



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXVI — Nº 137

QUARTA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 1981

BRÁSILIA — DF

## CONGRESSO NACIONAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 284.<sup>a</sup> SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE NOVEMBRO DE 1981

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Discursos do Expediente

**DEPUTADO CELSO PEÇANHA** — Reivindicação dos compositores profissionais do Estado do Rio de Janeiro, no que diz respeito à escolha de membro do Sindicato dos Compositores de Música daquele Estado, como seu representante no Conselho Nacional dos Direitos Autorais.

**DEPUTADO LUDGERO RAULINO** — Apelo ao Sr. Ministro da Previdência Social e ao Sr. Presidente do INAMPS, em favor da revogação de resolução daquele Instituto, que impede as internações clínicas e cirúrgicas seletivas.

**DEPUTADO RUY CÔDO** — Projeto de lei de autoria de S. Ex.<sup>a</sup> em tramitação na Câmara dos Deputados, que dispõe sobre o reajuste dos salários, todas as vezes em que houver aumento do custo de vida.

##### 1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

##### 1.3 — ORDEM DO DIA

##### 1.3.1 — Leitura de Mensagem Presidencial

N.º 100/81 (n.º 304/81, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.876, de 15 de julho de 1981, que dispensa do pagamento de foros e laudêmios os titulares do domínio útil dos bens imóveis da União, nos casos que especifica, e dá outras providências.

1.3.2 — Designação da Comissão Mista. Fixação do calendário para tramitação da matéria.

##### 1.4 — ENCERRAMENTO

#### 2 — ATA DA 285.<sup>a</sup> SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE NOVEMBRO DE 1981

##### 2.1 — ABERTURA

##### 2.2 — EXPEDIENTE

##### 2.2.1 — Discursos do Expediente

**DEPUTADO GERALDO GUEDES** — Exaltação do gesto do Sr. Fernando de Oliveira, contratando deficientes físicos para a função de cobradores em suas empresas de ônibus.

**DEPUTADO CELSO PEÇANHA** — A alta elevação dos juros que vem ocorrendo no País.

**DEPUTADO ISRAEL DIAS-NOVAES** — Aspectos do "jogo do bicho" no Estado do Rio de Janeiro, face a peculiaridades de fatos que menciona sobre o assunto.

**DEPUTADO ELQUISSON SOARES** — Declaração do Sr. Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, favorável à oficialização do "jogo do bicho". Declaração do Sr. Ministro da Agricultura, atinente a não existência, no País, de alimentos em estoque.

**DEPUTADO NELSON MORRO** — Apreciação de colocações feitas pelos Srs. Israel Dias-Novaes e Elquisson Soares, em seus pronunciamentos proferidos na presente sessão.

**DEPUTADO ELQUISSON SOARES** — Reparos ao pronunciamento do orador que o antecedeu na tribuna.

**DEPUTADO ANTÔNIO MORIMOTO** — Realização, em São Paulo, da I Feira Internacional de Informática, juntamente com o XIV Congresso Nacional de Informática.

**DEPUTADO VICTOR FACCIONI** — Desenvolvimento alcançado pela Companhia Rio-Grandense de Saneamento — CORSAN.

**DEPUTADO NELSON MORRO**, como Líder do PDS — Considerações sobre argumentos expendidos pelo Sr. Elquisson Soares, na presente sessão.

##### 2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

##### 2.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição n.º 54, de 1981, que altera o artigo 151, parágrafo único, alínea e, da Constituição Federal. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum.

##### 2.4 — ENCERRAMENTO

#### 3 — ATAS DE COMISSÕES MISTAS

## EXPEDIENTE

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

MARCOS VIEIRA

Diretor Executivo

FRANCISCO OLÍMPIO PEREIRA MARÇAL

Diretor Industrial

GERALDO FREIRE DE BRITO

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

## ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre ..... Cr\$ 2.000,00

Ano ..... Cr\$ 4.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 3.500 exemplares

ATA DA 284.<sup>a</sup> SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE NOVEMBRO DE 19813.<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária, da 46.<sup>a</sup> Legislatura

## PRESIDÊNCIA DO SR. JORGE KALUME

AS 11:00 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Gabriel Hermes — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcos Freire — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Lázaro Barboza — Benedito Canelas — Valdon Varjão — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Eevlácio Vieira — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Pedro Simon.

## E OS SRS. DEPUTADOS:

## Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Nabor Júnior — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

## Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Rafael Faraco — PDS; Ubaldino Meirelles — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

## Para

Antonio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Jader Barbalho — PMDB; João Menezes — PP; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PP; Manoel Ribeiro — PDS; Nélio Lobato — PP; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

## Maranhão

Edison Lobão — PDS; Edson Vidigal — PP; Epitácio Cafeteira — PMDB; Freitas Diniz — PT; João Alberto — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Luiz Rocha — PDS; Marão Filho — PDS; Nagib Haickel — PDS; Temístocles Teixeira, Victor Trovão — PDS; Vieira da Silva — PDS.

## Piauí

Carlos Augusto — PP; Correia Lima — PDS; Hugo Napoleão — PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Paulo Ferraz — PDS; Pinheiro Machado — PP.

## Ceará

Adauto Bezerra — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Antônio Morais — PP; Cesário Barreto — PDS; Claudino Sales — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio —

PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart — PDS.

## Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; Carlos Alberto — PDS; Djalma Marinho — PDS; Henrique Eduardo Alves — PP; João Faustino — PDS; Pedro Lucena — PP; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

## Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Alvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Antônio Mariz — PP; Arnaldo Lafayette — PMDB; Carneiro Arnaud — PP; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Marcondes Gadelha — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Wilson Braga — PDS.

## Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Incêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Joaquim Guerra — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Milvernes Lima — PDS; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PDT; Thales Ramalho — PP.

## Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Geraldo Bulhões; José Alves — PDS; José Costa — PMDB; Mendonça Neto — PMDB; Murilo Mendes — PMDB.

## Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Raymundo Diniz — PDS.

## Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PP; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Henrique Brito — PDS; Hlderico Oliveira — PMDB; Honorato Vianna — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Amorim — PDS; José Penedo — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Menandro Minahim — PDS; Ney Ferreira — PDS; Odulfo Domingues — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Rogério Rego — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Roque Aras — PMDB; Ruy Bacelar — PDS; Stoessel Dourado — PDS; Ubaldino Dantas — PP; Vasco Neto — PDS; Wilson Falcão — PDS.

## Espírito Santo

Christiano Dias Lopes — PDS; Feu Rosa — PDS; Gerson Camata — PMDB; Luiz Baptista — PP; Mário Moreira — PMDB;

Max Mauro — PMDB; Theodorico Ferraz — PDS; Walter de Prá — PDS.

#### Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Alcir Pimenta — PP; Álvaro Valle — PDS; Célio Borja — PDS; Celso Peçanha — PMDB; Daniel Silva — PP; Darcílio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PP; Délio dos Santos — PMDB; Edson Khair — PMDB; Felipe Penna — PMDB; Florim Coutinho — PMDB; Hydekel Freitas — PDS; Joel Lima — PP; Joel Vivas — PP; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PP; José Bruno — PP; José Frejat — PDT; José Maria de Carvalho — PMDB; José Mauricio — PDT; José Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PP; Léo Simões — PDS; Leonidas Sampaio — PP; Lygia Lessa Bastos — PDS; Mac Dowell Leite de Castro — PP; Marcello Cerqueira — PMDB; Marcelo Medeiros — PP; Márcio Macedo — PP; Miro Teixeira — PP; Modesto da Silveira — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Oswaldo Lima — PP; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PP; Peixoto Filho — PP; Péricles Gonçalves — PP; Rubem Dourado — PP; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Silva — PMDB.

#### Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Altair Chagas — PDS; Antônio Dias — PDS; Batista Miranda — PDS; Bento Gonçalves — PP; Bias Fortes — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PP; Castejon Branco — PDS; Christovam Chiaradia — PDS; Dário Tavares — PP; Delson Scarano — PDS; Edgard Amorim — PMDB; Edilson Lamartine Mendes — PDS; Fued Dib — PMDB; Genival Tourinho — PP; Hélio Garcia — PP; Homero Santos — PDS; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Ferraz — PP; Jorge Vargas — PP; José Carlos Fagundes — PDS; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PP; Luiz Baccarini — PP; Luiz Leal — PP; Luiz Vasconcellos — PDS; Magalhães Pinto — PP; Melo Freire — PP; Moacir Lopes — PDS; Navarro Vieira Filho — PDS; Newton Cardoso — PP; Paulino Cicero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Renato Azeredo — PP; Ronan Tito — PMDB; Romburgo Romano — PP; Sérgio Ferrara — PP; Silvío Abreu Jr. — PP; Tarcísio Delgado — PMDB; Telêmaco Pompei — PDS; Vicente Guabiroba — PDS.

#### São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Adhemar de Barros Filho — PDS; Ailton Sandoval — PMDB; Ailton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Alberto Goldman — PMDB; Antônio Morimoto — PDS; Antônio Russo — PMDB; Antônio Zacharias — PDS; Athiê Coury — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Baldacci Filho; Benedito Marcílio — PT; Bezerra de Melo — PDS; Caio Pompeu — PP; Cantídio Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Francisco Rossi — PDS; Freitas Nobre — PMDB; Glória Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Herbert Levy — PP; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novais — PMDB; Jayro Maltoni — PDS; João Arruda — PDS; João Cunha — PMDB; Jorge Paulo — PDS; José Camargo — PDS; José de Castro Coimbra — PDS; Mário Hato — PMDB; Natal Gale — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Pedro Carolo — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Carvalho — PDS; Ruy Codo — PMDB; Ruy Silva — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Santilli Sobrinho — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

#### Goias

Adhemar Santillo — PMDB; Anísio de Souza — PDS; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Guido Arantes — PDS; Hélio Levy — PDS; Iram Saraiva — PMDB; José Freire — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Siqueira Campos — PDS.

#### Mato Grosso

Bento Lobo — PP; Carlos Bezerra — PMDB; Corrêa da Costa — PDS; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Louremberg Nunes Rocha — PP; Milton Figueiredo — PP.

#### Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — PT; João Câmara — PMDB; Leite Schmidt — PP; Ruben Figueiró — PP; Ubaldino Barém — PDS; Walter de Castro.

#### Paraná

Adolpho Franco — PDS; Adriano Valente — PDS; Alvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Amadeu Gears — PMDB;

Antônio Annibelli — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Ary Kffuri — PDS; Aroldo Moletta — PDS; Borges da Silveira — PP; Braga Ramos — PDS; Ernesto Dall'Oglio — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hermes Macedo — PDS; Igo Losso — PDS; Italo Conti — PDS; Lúcio Cioni — PDS; Maurício Fruet — PMDB; Nivaldo Krüger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Paulo Pimentel — PDS; Pedro Sampaio — PP; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Vilela de Magalhães PTB; Walber Guimarães — PP; Waldmir Belinati — PDS.

#### Santa Catarina

Abel Ávila — PDS; Adhemar Ghisi — PDS; Angelino Rosa — PDS; Arnaldo Schmitt — PP; Ernesto de Marco — PMDB; Francisco Libardoni — PMDB; João Linhares — PP; Juarez Furtado — PMDB; Luiz Cechinel — PT; Mendes de Melo — PP; Nelson Morro — PDS; Pedro Collin — PDS; Pedro Ivo — PMDB; Sady Marinho — PDS; Walmor de Lucá — PMDB; Zany Gonzaga — PDS.

#### Rio Grande do Sul

Alcebiades de Oliveira — PDS; Alceu Collares — PDT; Aldo Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Aluizio Paraguassu — PDT; Ary Alcântara — PDS; Cardoso Fregapani — PMDB; Carlos Chiarelli — PDS; Carlos Santos — PMDB; Cláudio Strassburger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Eloar Guazelli — PMDB; Emídio Perondi — PDS; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PDT; Harry Sauer — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Magnus Guimarães — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Odácir Klein — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Túlio Barcellos — PDS; Victor Faccioni — PDS; Waldir Walter — PMDB.

#### Amapá

Antônio Pontes — PDS.

#### Rondônia

Isaac Newton — PDS; Jerônimo Santana — PMDB.

#### Roraima

Hélio Campos — PDS; Júlio Martins — PDS.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — As listas de presença acusam o comparecimento de 43 Srs. Senadores e 407 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Peçanha.

**O SR. CELSO PEÇANHA** (PMDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desde Humberto Teixeira, grande líder dos compositores do Brasil, nunca mais ouvimos uma voz representativa do Sindicato dos Compositores Musicais do Rio de Janeiro no Parlamento brasileiro. Recordo-me de Humberto Teixeira, porque fui seu colega na Câmara dos Deputados, quando funcionava no Rio de Janeiro. Era uma voz autorizada, um espírito voltado para o interesse público e um homem culto. Na verdade, retratava o panorama existente no seio dos compositores e traduzia todas as suas aspirações. Hoje, depois de ter feito uma visita à sede do Sindicato na Rua Visconde de Inhaúma 134, sala 318, no Rio de Janeiro, venho veicular desta tribuna uma das muitas reivindicações de todos os compositores profissionais que fazem parte daquele Sindicato. Integram sua Diretoria os Srs. Francisco Xavier de Caldas, Odilon Pinto Noronha, Expedito Cordeiro e Valdenir da Silva — Efetivos; Srs. José da Providência, Donys Taiguara, Haroldo Francisco e Anselmo Peixoto — Suplentes; Conselho Fiscal: Srs. Altamiro Baptista, Nicolino Cupello — membros efetivos; Srs. José Carlos Silva, Hilda Maria Silva Pinto e Júlio Nascimento — membros suplentes; a Secretária Executiva é a Sr.<sup>a</sup> Marilú Vicente Xavier.

A reivindicação mais cara dessa categoria neste momento, Sr. Presidente, é ver escolhido um dos sindicalizados como seu representante no Conselho Nacional dos Direitos Autorais. Creio que o que pedem é justo, porque os compositores têm de ter, defendendo sua classe, alguém que seja escolhido ou eleito e do próprio Sindicato. Sei que o sindicato acima referido tem trabalhado com muita dedicação em favor da classe. Visitem o serviço médico e o serviço técnico de gravação. Vi documentos que comprovam para breve a assinatura de um convênio com uma clínica dentária.

Saudando todos os diretores do Sindicato dos Compositores Musicais do Rio de Janeiro, sindicato, aliás, que deveria denominar-se Sindicato Nacional dos Compositores, desta tribuna faço, repito, um apelo ao Sr. Ministro do Trabalho, no sentido de que, para integrar o Conselho Nacional de Direitos Autorais, escolha, se possível através de escrutínio, um dos membros do sindicato.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — Com a palavra o nobre Deputado Ludgero Raulino.

**O SR. LUDGERO RAULINO** (PDS — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na semana passada, ocupamos esta tribuna para alertar o Presidente do INAMPS, Dr. Júlio Dickstein, quanto à resolução que, embora verbal, foi ditada ao Superintendente Regional daquela autarquia no Estado do Piauí, mandando sustar as internações clínicas e cirúrgicas eletivas. Naquela ocasião, Sr. Presidente, chamamos a atenção de S. S.<sup>a</sup>, como também do Ministro da Previdência e Assistência Social, Deputado Jair Soares, para os perigos que adviriam daquela ordem, porque a assistência médica no meu Estado é feita sobretudo para hospitais particulares.

Na semana que passou, o Dr. Alsenor Barboza de Almeida, Presidente da Sociedade de Proteção ao Câncer, em entrevista ao "O Estado do Piauí", anunciou a possibilidade da desativação do Hospital São Marcos, mantida por aquela sociedade, em virtude de o faturamento do mesmo decorrer, em mais de 90%, da Previdência Social.

Ora, Sr. Presidente, se realmente ele for desativado, não só uma grande massa de doentes do Piauí e do Maranhão deixarão de contar com assistência especializada, como, é bom frisar, 170 pessoas serão demitidas, entre as quais 160 funcionários burocráticos e paramédicos e 10 médicos plantonistas. Num Estado onde o desemprego é marcante, a perda desses 170 empregos é muito significativa para a sua economia. E V. Ex.<sup>a</sup>, conhecendo as dificuldades existentes nesse setor em todo o País, há de concluir que, se o Piauí é a unidade mais pobre da Federação, o fechamento daquele hospital, fatalmente, provocará profundas modificações na sociedade piaulense.

Portanto, confiando na sensibilidade humanitária de que S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Ministro, é possuidor, assim como o Presidente do INAMPS, apelamos mais uma vez no sentido de que considerem a situação grave que o Piauí enfrentará no setor hospitalar, se mantida a resolução que impede as internações clínicas e cirúrgicas eletivas.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — Com a palavra o nobre Deputado Ruy Codo, último orador inscrito.

**O SR. RUY CODO** (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, há algum tempo o Sr. Ministro do Trabalho apresentou projeto de lei instituindo a semestralidade no reajustamento dos salários. Manifestei-me contrário à pretensão e apresentei projeto, no sentido de que se fizesse a unificação dos salários no mês de janeiro e de que, todas as vezes em que houvesse aumento do custo de vida da ordem de 10%, em 10% fossem, automaticamente, aumentado o salário do trabalhador.

Lamentavelmente, as nossas palavras não foram ouvidas. A Nação continuou surda, o Sr. Murillo Macedo parece não perceber a situação caótica, vexatória por que passam os assalariados brasileiros. Em São Paulo há desemprego em massa. O IBGE, em "O Globo" de sexta-feira, informa que houve uma queda no percentual de desempregados. Não é verdade, Sr. Presidente. Se constituíssemos uma Comissão Especial para examinar o assunto no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas ou — mais importante ainda — nas Câmaras Municipais, certamente constataríamos que o índice de desemprego no Brasil é muito grande.

O Ministro espera um consenso para solucionar esse problema, o que mais ainda me entristece. As pequenas e médias empresas não têm condições de atender ao apelo de S. Ex.<sup>a</sup>. O nosso projeto, entretanto, visava a possibilitar o atendimento ao trabalhador, não inflacionando a nossa economia, Sr. Presidente, ao passo que o do Ministro, estabelecendo o aumento semestral, inflaciona.

Além disso, os funcionários públicos, municipais, estaduais ou federais, não gozam dessa vantagem. Existem, então, leis para cada classe? A lei deve ser para o País inteiro. O nosso projeto prevê a criação do salário mínimo para toda a Nação, com que evitaríamos as migrações constantes. Enquanto há essa débacle nacional, provocada pelo aumento semestral, vemos diuturnamente baterem às nossas portas, nos nossos escritórios, nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras Municipais, pessoas implorando-nos uma cartinha de recomendação para que possam arrumar um emprego.

A verdade é que a indústria está demitindo empregados, ou, então, ficam eles, às vezes trabalhando na mesma empresa três meses sem carteira assinada. As de tecelagem, por exemplo, quando uma despede determinado empregado, ele é admitido imediatamente em outra, mas com o salário de um ano atrás. É o que ocorre, mas o IBGE lamentavelmente não acompanha o que se passa no País e vem dizer que houve baixa do índice de desemprego. Não é verdade, repito. Acontece que as indústrias não têm interesse em informar exatamente o número de desempregados. A inflação é tão aviltante que um pai de família, desesperado, trabalha por qualquer salário.

Achamos que o Governo está de olhos fechados, Sr. Presidente, quanto a esse problema. Temos três projetos em tramitação na Câmara dos Deputados visando à unificação dos dissídios coletivos, e a que todas as vezes em que houver um aumento do custo de vida na ordem de 10%, seja aumentado automaticamente, o salário do trabalhador, depois de levantados os dados pelo DIEESE e pela Fundação Getúlio Vargas.

Somente assim, Sr. Presidente, poderemos levar o País adiante. Da forma preconizada pelo Ministério do Trabalho, sentimos que o trabalhador, daqui a um ano, precisará de três caminhões para receber o seu dinheiro e de um para comprar mercadorias. Vejam a disparidade que está havendo. A miséria campeia no País e o Governo continua surdo aos reclamos de justiça dos brasileiros. Os funcionários públicos não são abrangidos pela lei do aumento semestral. O Governo manda que assim se pague ao trabalhador, mas não faz o mesmo quanto aos seus servidores. Gostaria de ler somente um dos meus projetos, o terceiro, que, tenho certeza, a Câmara haverá de examinar, assim como o de n.º 837, que virá a plenário. Este é o de n.º 5.294 e diz o seguinte:

**"Estabelece normas para padronização, correção e aumento dos salários das diversas categorias profissionais, unifica o salário mínimo, e determina outras providências.**

**"Art. 1.º** Esta Lei disciplina a remuneração do trabalho como fator de produção.

**Art. 2.º** Todo empregado com igual nível de qualificação ou que exerça a mesma função tem direito, em qualquer parte do território nacional, ao mesmo salário, que não pode ser inferior ao salário mínimo.

**§ 1.º** Entendem-se como de igual qualificação, para os fins desta Lei, os empregados que executem trabalho ou tarefa que exijam o mesmo nível de conhecimento técnico, ou cujos instrumentos e métodos devam ser executados com o mesmo grau de dificuldade.

**§ 2.º** O salário de que trata o caput deste artigo refere-se à remuneração base, comum à categoria profissional.

**§ 3.º** Integram a mesma categoria profissional os empregados que exerçam a mesma função ou executam a mesma atividade.

**§ 4.º** O salário mínimo será único em todo o País.

**Art. 3.º** A padronização salarial prevista no artigo anterior será estabelecida com base no salário mais elevado existente no País, para cada categoria profissional, na data do início da vigência desta Lei.

**Art. 4.º** Nas regiões ou áreas em que a remuneração base, comum à categoria profissional, venha a ser elevada, a diferença será absorvida no período máximo de 4 (quatro) anos.

**Art. 5.º** Sempre que a elevação do índice Nacional de Preços ao Consumidor atingir 10% (dez por cento), a contar da última correção salarial, o valor monetário dos salários será corrigido em igual percentual, independentemente de negociação coletiva e poderá ser reclamada individualmente pelos empregados.

**§ 1.º** As correções salariais de que trata o caput deste artigo efetivar-se-ão simultaneamente para todas as categorias profissionais.

**§ 2.º** Tomar-se-á como termo inicial, para efeito das correções de que trata este artigo o primeiro dia do mês subsequente ao do início da vigência da presente Lei.

**§ 3.º** Para efeito de operacionalização da sistemática prevista neste artigo, o empregado que integre atual categoria profissional, cuja data-base não coincida com a data prevista no parágrafo anterior, terá seu salário corrigido, na primeira aplicação desta Lei em percentagem igual à taxa de elevação do índice Nacional de Preços ao Consumidor, desde a última correção até aquela data.

**Art. 6.º** O aumento dos salários poderá ser estipulado por convenção, acordo coletivo ou sentença normativa com fundamento no acréscimo da taxa de produtividade da economia nacional, definida esta como o aumento da renda nacional per capita no ano imediatamente anterior, segundo o cálculo efetuado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

**Parágrafo único.** O aumento dos salários ocorrerá simultaneamente para todas as categorias profissionais em primeiro de janeiro de cada ano.

**Art. 7.º** O salário mínimo será aumentado na mesma proporção do acréscimo da taxa de produtividade da eco-

nomia nacional e na mesma época em que se efetivarem os aumentos salariais das diversas categorias profissionais.

Art. 8.º O cálculo da correção e do aumento dos salários por hora de trabalho efetivar-se-á de conformidade com os arts. 5.º e 6.º desta Lei.

Art. 9.º As correções e aumentos salariais previstos nesta Lei aplicam-se aos servidores públicos federais, estaduais e municipais, qualquer que seja o regime jurídico, bem como aos empregados cujas correções e aumentos salariais obedeçam a resoluções do Conselho Nacional de Política Salarial.

Art. 10. Cabe ao Ministério do Trabalho:

I — organizar cadastro de todas as ocupações e empregos existentes no País, por nível de qualificação exigida pelo mercado de trabalho e por nível de remuneração;

II — promover, mediante contrato ou convênio com instituições idôneas, cursos de formação de mão-de-obra, de acordo com as exigências de cada mercado de trabalho.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação, prazo em que será regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

Parece haver razoável consenso que o esforço de desenvolvimento já realizado pelo País não se tem refletido na melhoria das condições de vida de significativa parcela da nossa população. Realmente, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 1979, revelam que mais de 20% (vinte por cento) da População Economicamente Ativa (PEA) percebem remuneração não superior a um salário mínimo. Isso significa que todo esse contingente populacional se situa na linha de pobreza absoluta ou de indigência. São dezenas de milhões de pessoas privadas do essencial, impossibilitadas até mesmo de se alimentarem de forma a alcançar o desenvolvimento normal do organismo.

A experiência tem demonstrado que, particularmente nas regiões menos desenvolvidas do País, o processo repartitivo da renda, pela via salarial reflete o estado de orfandade em que se encontra o trabalhador brasileiro, face à legislação trabalhista vigente, que atribui aos mecanismos de mercado o papel de regulador dos padrões salariais, precisamente onde tais regras não podem ser estabelecidas sem a interferência do Estado, dadas as desproporções de força entre capital e trabalho. Observa-se, então, aí, evidente paradoxo, que se consubstancia no fato de ser em tais áreas geoeconômica que o trabalhador é mais fortemente atingido pelos efeitos perversos do processo inflacionário, e onde a remuneração do trabalho configura-se mais aviltante.

Inquestionavelmente, trata-se de distorções que, associadas a outras, induzem o fenômeno das migrações inter-regionais, responsáveis pelo processo de "inchamento" da periferia das metrópoles onde se concentra a essência do nosso parque industrial, engendrando grandes tensões sociais.

Buscando eliminar tais distorções, vimos de submeter a apreciação desta Casa o presente projeto de lei. Por ele procuramos, de início, criar uma espécie de salário mínimo profissional para todas as categorias profissionais, entendidas estas como o conjunto de empregados que exercem a mesma função ou atividade. Como se vê, elas passam a ganhar uma dimensão nacional, em transcendendo o domínio local ou regional, ingrediente necessário e essencial para que as reivindicações de feições trabalhista se revistam de maior consistência e assim produzam melhor ajustamento das relações capital/trabalho no atual contexto da nossa realidade histórica.

Na mesma linha de objetivos cuidamos de inserir na nossa proposta cláusula que prevê a unificação do salário mínimo. Esse importante mecanismo regulador das relações capital/trabalho, além de ter constantemente aviltado o seu valor monetário, quer em razão da política de "arrocho" salarial que viveu até recentemente, quer em razão do crônico processo inflacionário da nossa economia, experimenta injustificável diferenciação de valor entre regiões.

Uma das características que diferenciam o salário das outras remunerações dos fatores de produção (juro, lucro,

renda), é sua rigidez no sentido descendente. Por isso, fomos suficientemente cautelosos ao prever a padronização salarial a partir do nível mais elevado existente no País, para cada categoria profissional ao início da vigência da presente lei. A esse mister, visando prevenir eventuais efeitos perversos que um processo de tratamento de "choque" pudesse engendrar, estabelecemos uma sistemática gradualista de padronização salarial nas áreas ou regiões onde se fizer necessária sua elevação.

Fiel aos postulados que orientam a nossa iniciativa, o comando inscrito no art. 5.º visa dotar a política salarial de mecanismos mais dinâmicos, com relação ao processo de recomposição do valor de compra dos salários, tendo em vista a escalada inflacionária. Assim, como previsto, sempre que o INPC experimentar elevação de 10% (dez por cento), a partir da última correção, o valor monetário dos salários será elevado em igual percentual. Esse, é, inquestionavelmente, importante instrumento amortecedor das reivindicações trabalhistas e, conseqüentemente, de tensões sociais.

A simultaneidade prenunciada para referida correção tem como pano de fundo, se não conter, mas abrandar a ânsia especulativa por que são tomados determinados segmentos do setor produtivo e do comércio, ao promoverem concomitantes reajustes de preços de seus produtos, sempre que ocorre revisão salarial de alguma categoria independentemente de haver ou não efeitos reflexos na estrutura dos seus itens de custos. Nesse sentido, entendemos que a nossa proposta abriga mecanismo inibidor do processo inflacionário.

A exemplo da vigente lei salarial, nossa proposta procura estabelecer distinção entre correção, cujo objetivo é recompor o poder de compra da prestação pecuniária estipulada no contrato de trabalho, continuamente deteriorado pela constante elevação dos preços, do aumento real dos salários. Este deve ter como fundamento a taxa média de crescimento da produtividade de economia nacional, como tal entendido o aumento da renda nacional per capita. Eleito tal parâmetro como termo inicial para livre negociação entre empregados empregadores, entendemos, estarem prevenidas dificuldades ocorrentes nos setores onde a produtividade é difícil ou impossível de ser mensurada.

O instituto do aumento real dos salários se inscreve no contexto de uma visão mais abrangente que procura alcançar melhor participação na renda nacional de significativo segmento da nossa sociedade.

A limitação do campo de incidência da lei salarial em vigor, deixando à margem os servidores públicos dos três níveis de governo, constitui odiosa discriminação que não mais pode ser tolerada. É facilmente perceptível que, ao implementar política de idêntico caráter, o governo adota o escuso expediente de impor às empresas privadas nacionais a correção dos salários dos seus empregados, enquanto, ele próprio, se exime de tal obrigação.

A feição iníqua da política dos salários imposta pelo governo aos seus empregados fica completamente desnudada quando, numa análise retrospectiva se constata que os reajustamentos que vêm sendo concedidos ao longo de todos os anos de autoritarismo se situam em níveis substancialmente inferiores à taxa de elevação de preços verificados no período a que se reportam esses mesmos reajustamentos. Apenas para se ter uma pequena mostra desse descompasso, em 1981 foi concedida uma taxa média de reajustamento dos salários dos servidores públicos em torno de 74% (setenta e quatro por cento), quando no ano anterior a taxa de inflação atingiu o patamar de 110% (cento e dez por cento). Esses dados, por si, justificam a medida que pleiteamos na presente iniciativa.

Finalmente, para atermo-nos apenas às grandes linhas da nossa proposta, vale registrar que as medidas preconizadas no art. 10 visam dar caráter de operacionalidade essencialmente àquelas tendentes a inibir os fluxos migratórios inter-regionais e com isso viabilizar tecnicamente a presente proposição.

Dado o alcance econômico e social que o nosso projeto envolve, e na certeza de haveremos logrado sensibilizar a consciência política dos ilustres Pares, nutrimos a expectativa de que ele se converta em lei, e para tanto esperamos contar com o inestimável apoio dos órgãos técnicos desta Casa.

Sr. Presidente, no instante em que a Nação atravessa uma fase muito difícil o aumento semestral ocasiona a inflação, mas



não quando o percentual do aumento do custo de vida é repassado para o salário. Ocorre que, para novembro, os supermercados já aumentaram o preço de seus produtos duas vezes; enquanto que o salário mínimo previsto não dá mais para nada, sendo que a elevação em 95% nos aluguéis neste fim de ano ocasionará maiores dificuldades ainda para o trabalhador. (Muito bem!) -

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume)** — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à discussão da Proposta de Emenda à Constituição n.º 54, de 1981, que altera o artigo 51, parágrafo único, alínea e, da Constituição Federal.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume)** — Passa-se à

### ORDEM DO DIA

A presente sessão destina-se à leitura da Mensagem Presidencial n.º 100, de 1981-CN, que será feita pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lida a seguinte

### MENSAGEM N.º 100, DE 1981 (CN)

(N.º 304/81, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do § 1.º do art. 55 da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda e Extraordinário para a Desburocratização, o texto do Decreto-lei n.º 1.876, de 15 de julho de 1981, publicado no *Diário Oficial da União* do dia subsequente, que "dispensa do pagamento de foros e laudêmos os titulares do domínio útil dos bens imóveis da União, nos casos que especifica, e dá outras providências".

Brasília, 28 de julho de 1981. — João Figueiredo.

E.M. n.º 150

Em 14 de julho de 1981.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Em cumprimento às diretrizes do Programa Nacional de desburocratização, temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência Projeto de Decreto-lei que: a) dispensa os titulares do domínio útil dos bens imóveis do patrimônio da União do pagamento de foros de pequeno valor; b) isenta de laudêmos as transferências desses bens aos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações compreendidas no seu âmbito administrativo, assim como as empresas públicas e sociedades de economia mista, quando, com relação a estas, destinadas à realização de programas habitacionais; c) isenta, igualmente, do pagamento de laudêmio a transferência do domínio útil feita por qualquer das entidades acima referidas, quando vinculada a programas habitacionais de interesse social.

2. Por coerência, o parágrafo único do art. 2.º do projeto estende a isenção aos foros, quando o domínio útil dos imóveis for transferido às entidades mencionadas e enquanto permanecerem em seu patrimônio.

3. O parâmetro para definir o interesse social, a que se refere o art. 3.º do projeto, é dado pelo valor de venda da unidade habitacional, que não poderá ser superior ao valor de 1.350 (mil trezentos e cinquenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

4. O foro, por sua natureza jurídica, é imutável e perpétuo, insuscetível, portanto, de atualização. Ao cabo de alguns anos, a depreciação da moeda torna o foro, na grande maioria das vezes, insignificante e de valor apenas simbólico. Tanto assim que dos imóveis da União sujeitos ao regime de aforamento — aproximadamente 42.000 unidades — apenas 2% dos respectivos foros são de valor superior a cinco Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), e cerca de 3.000 unidades pagam apenas Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) por ano. É óbvio, portanto, que, nesses casos, o custo administrativo da cobrança excede o valor arrecadado. Além de onerosa para a Administração, a cobrança de montantes tão irrisórios constitui transbordo desnecessário para os titulares do domínio útil dos imóveis da União.

5. De acordo com o art. 1.º do Decreto-lei ora proposto, não mais serão cobrados foros de valor igual ou inferior a cinco Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN). Apesar de a medida abranger 98% dos imóveis aforados, a perda de receita para a União será inexpressiva, vez que os remanescentes 2% respondem por dois terços do total de foros arrecadados.

6. A isenção do laudêmio nas transferências feitas a unidades federativas justifica-se amplamente, dado o irrecusável interesse público de que se revestem.

7. De outra parte, sempre procurando facilitar aos adquirentes de baixa renda o acesso ao imóvel próprio, o projeto estabelece, também, a isenção do laudêmio sobre os imóveis transferidos às empresas públicas e sociedades de economia mista, quando destinadas a programas habitacionais, bem assim, a isenção dos foros, enquanto os imóveis permanecerem no patrimônio dessas entidades, de forma a propiciar menor custo quando da alienação ao comprador de unidade residencial.

8. As medidas relativas às isenções ora propostas visam a atender anseio generalizado dos administradores municipais brasileiros e das autoridades estaduais encarregadas de aumentar a oferta de habitação para população de baixa renda. Ambos se defrontam com gravíssimas dificuldades para implantar seus programas habitacionais de natureza social, em decorrência dos entraves de natureza burocrática para regularização da titularidade dos bens imóveis da União.

9. Com a isenção do laudêmio, elimina-se um primeiro entrave à normalização-fundiária desses imóveis, até que se equacione, mais amplamente, a simplificação do regime jurídico que governa a propriedade, a transferência e o uso de tais imóveis.

10. Versando sobre matéria financeira e referindo-se a medidas urgentes, destinadas a agilizar a execução das políticas públicas adotadas pelo Governo de Vossa Excelência, justifica-se a expedição de Decreto-lei, com fulcro no art. 55, inciso II, da Constituição.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de nosso mais profundo respeito. — **Ernane Galvêas**, Ministro da Fazenda — **Hélio Marcos Penna Beltrão**, Ministro Extraordinário para a Desburocratização.

### DECRETO-LEI N.º 1.876, DE 15 DE JULHO DE 1981

**Dispensa do pagamento de foros e laudêmos os titulares do domínio útil dos bens imóveis da União, nos casos que especifica, e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Não será cobrado, do titular de domínio útil de bem imóvel da União, o foro que, em cada exercício não exceder ao valor correspondente a cinco Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN).

Parágrafo único. Para os fins previstos neste artigo, será considerado o valor de uma Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN), em janeiro do ano em relação ao qual for devido o foro, desprezadas as frações inferiores a Cr\$ 1.000.000 (um mil cruzeiros).

Art. 2.º São isentas do pagamento de laudêmio as transferências do domínio útil de bens imóveis foreiros à União:

I — quando os adquirentes forem:

a) os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como as autarquias e as fundações por eles mantidas ou instituídas; e

b) as empresas públicas e sociedades de economia mista, nas transferências destinadas à realização de programas habitacionais.

II — quando feitas a pessoas físicas, por qualquer das entidades referidas neste artigo, desde que vinculadas a programas habitacionais de interesse social.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo abrange também os foros, enquanto os imóveis permanecerem no patrimônio das referidas entidades.

Art. 3.º Considera-se de interesse social, para efeito da isenção de que trata o inciso II do artigo anterior, a transferência de bem imóvel foreiro à União, relativo a unidade habitacional vendida por preço não superior à importância correspondente a 1.350 (mil trezentos e cinquenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN).

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de julho de 1981; 160.º da Independência e 93.º da República. — **João Figueiredo** — **Ernane Galvêas** — **Hélio Beltrão**.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume)** — De acordo com as indicações das Lideranças, e tendo em vista o que lhe faculta o § 1.º do art. 9.º do Regimento Comum, a Presidência designa, para a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — Senador Marcos Freire, Henrique Santillo, Nelson Carneiro e os Srs. Deputados Ronan Tito, Walter Silva e Elquisson Soares.

Pelo Partido Popular — Senadores Valdon Varjão e José Fragelli.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — A Comissão Mista ora designada deverá reunir-se dentro de 48 horas para eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

O parecer da Comissão deverá ser apresentado até o dia 23 de novembro e concluir pela apresentação de projeto de decreto legislativo aprovando ou rejeitando o decreto-lei.

O prazo de tramitação da matéria se encerrará em 29 de março de 1982.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 30 minutos.)

## ATA DA 384.<sup>a</sup> SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE NOVEMBRO DE 1981

### 3.<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária, da 46.<sup>a</sup> Legislatura

#### PRESIDÊNCIA DO SR. JORGE KALUME

AS 18 HORAS E 30 MINUTOS ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Gabriel Hermes — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcos Freire — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Lázaro Barboza — Benedito Canelas — Valdon Varjão — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Eevlácio Vieira — Lenoir Vargas — Paulo Brössard — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS:

#### Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amilcar de Queiroz — PDS; Nabor Júnior — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

#### Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Rafael Faraco — PDS; Ubaldino Meirelles — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

#### Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Jader Barbalho — PMDB; João Menezes — PP; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PP; Manoel Ribeiro — PDS; Nélio Lobato — PP; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

#### Maranhão

Edison Lobão — PDS; Edson Vidigal — PP; Eptácio Cafeteira — PMDB; Freitas Diniz — PT; João Alberto — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Luiz Rocha — PDS; Marão Filho — PDS; Nagib Haickel — PDS; Temístocles Teixeira; Victor Trovão — PDS; Vieira da Silva — PDS.

#### Piauí

Carlos Augusto — PP; Correia Lima — PDS; Hugo Napoleão — PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Paulo Fetráz — PDS; Pinheiro Machado — PP.

#### Ceará

Adauto Bezerra — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Antônio Moraes — PP; Cesário Barreto — PDS; Claudino Sales — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart — PDS.

#### Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; Carlos Alberto — PDS; Djalma Marinho — PDS; Henrique Eduardo Alves — PP; João Faustino — PDS; Pedro Lucena — PP; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

#### Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Antônio Mariz — PP; Arnaldo Lafayette — PMDB; Carneiro Arnaud — PP; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira PDS; Marcondes Gadelha — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Wilson Braga — PDS.

#### Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Carlos Wilson PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Coelho — PMDB;

Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Joaquim Guerra — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Milvernes Lima — PDS; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fluzza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PDT; Thales Ramalho — PP.

#### Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Geraldo Bulhões; José Alves — PDS; José Costa — PMDB; Mendonça Neto — PMDB; Murillo Mendes — PMDB.

#### Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Raymundo Diniz — PDS.

#### Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PP; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamin — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Henrique Brito — PDS; Hilderico Oliveira — PMDB; Honorato Vianna — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Amorim — PDS; José Penedo — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Menandro Minahim — PDS; Ney Ferreira — PDS; Odulfo Domingues — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Rogério Rego — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Roque Aras — PMDB; Ruy Bacelar — PDS; Stoessel Dourado — PDS; Ubaldino Dantas — PP; Vasco Neto — PDS; Wilson Falcão — PDS.

#### Espírito Santo

Christiano Dias Lopes — PDS; Feu Rosa — PDS; Gerson Camata — PMDB; Luiz Baptista — PP; Mário Moreira — PMDB; Max Mauro — PMDB; Theodorico Ferraço — PDS; Walter de Prá — PDS.

#### Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Alcir Pimenta — PP; Álvaro Valle — PDS; Célio Borja — PDS; Celso Peçanha — PMDB; Daniel Silva — PP; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PP; Délio dos Santos — PMDB; Edson Khair — PMDB; Felipe Penna — PMDB; Florim Coutinho — PMDB; Hydekel Freitas — PDS; Joel Lima — PP; Joel Vivas — PP; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PP; José Bruno — PP; José Frejat — PDT; José Maria de Carvalho — PMDB; José Maurício — PDT; José Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PP; Léo Simões — PDS; Leonidas Sampaio — PP; Lygia Lessa Bastos — PDS; Mac Dowell Leite de Castro — PP; Marcello Cerqueira — PMDB; Marcelo Medeiros — PP; Márcio Macedo — PP; Miro Teixeira — PP; Modesto da Silveira — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Osvaldo Lima — PP; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PP; Peixoto Filho — PP; Péricles Gonçalves — PP; Rubem Dourado — PP; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Silva — PMDB.

#### Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Altair Chagas — PDS; Antônio Dias — PDS; Batista Miranda — PDS; Bento Gonçalves — PP; Bias Fortes — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PP; Castejon Branco — PDS; Christovam Chiaradia — PDS; Dario Tavares — PP; Delson Scarano — PDS; Edgard Amorim — PMDB; Edilson Lamartine Mendes — PDS; Fued Dib — PMDB; Genival Tourinho — PP; Hélio Garcia — PP; Homero Santos — PDS; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Ferraz — PP; Jorge Vargas — PP; José Carlos Fagundes — PDS; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PP; Luiz Baccarini — PP; Luiz Leal — PP; Luiz Vasconcellos — PDS; Magalhães Pinto — PP;

Melo Freire — PP; Moacir Lopes — PDS; Navarro Vieira Filho — PDS; Newton Cardoso — PP; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Renato Azeredo — PP; Ronan Tito — PMDB; Rosenburgo Romano — PP; Sérgio Ferrara — PP; Silyio Abreu Jr. — PP; Tarciso Delgado — PMDB; Telêmaco Pompei — PDS; Vicente Guabiroba — PDS.

#### São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Adhemar de Barros Filho — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Alberto Goldman — PMDB; Antônio Morimoto — PDS; Antônio Russo — PMDB; Antônio Zacharias — PDS; Athié Coury — PDS; Audalio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Baldacel Filho, Benedito Marcílio — PT; Bezerra de Melo — PDS; Calo Pompeu — PP; Cantídio Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Del Bosco Amaral — PMDB; Diego Nomura — PDS; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Francisco Rossi — PDS; Freitas Nobre — PMDB; Glória Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Herbert Levy — PP; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; Jayro Maltoni — PDS; João Arruda — PDS; João Cunha — PMDB; Jorge Paulo — PDS; José Camargo — PDS; José de Castro Coimbra — PDS; Mario Hato — PMDB; Natal Gale — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Pedro Carolo — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Carvalho — PDS; Ruy Codo — PMDB; Ruy Silva — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Santilli Sobrinho — PMDB; Tidel de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

#### Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Anísio de Souza — PDS; Brasílio Calado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Guido Arantes — PDS; Hêlo Levy — PDS; Iram Saraiva — PMDB; José Freire — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Siqueira Campos — PDS.

#### Mato Grosso

Bento Lobo — PP; Carlos Bezerra — PMDB; Corrêa da Costa — PDS; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Louremberg Nunes Rocha — PP; Milton Figueiredo — PP.

#### Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — PT; João Câmara — PMDB; Leite Schmidt — PP; Ruben Figueiro — PP; Ubaldo Barém — PDS; Walter de Castro.

#### Paraná

Adolpho Franco — PDS; Adriano Valente — PDS; Álvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Amadeu Geara — PMDB; Antônio Annibelli — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Ary Kfiuri — PDS; Aroldo Moletta — PDS; Borges da Silveira — PP; Braga Ramos — PDS; Ernesto Dall'Oglio — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Hêlo Duque — PMDB; Hermes Macedo — PDS; Igo Lasso — PDS; Ítalo Conti — PDS; Lúcio Cioni — PDS; Mauricio Fruet — PMDB; Nivaldo Krüger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Paulo Pimentel — PDS; Pedro Sampaio — PP; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Vilela de Magalhães PTB; Walber Guimarães — PP; Waldimir Belinati — PDS.

#### Santa Catarina

Abel Ávila — PDS; Adhemar Ghisi — PDS; Angelino Rosa — PDS; Arnaldo Schmitt — PP; Ernesto de Marco — PMDB; Francisco Libardoni — PMDB; João Linhares — PP; Juarez Furtado — PMDB; Luiz Oechinel — PT; Mendes de Melo — PP; Nelson Morro — PDS; Pedro Collin — PDS; Pedro Ivo — PMDB; Sady Marinho — PDS; Walmor de Luca — PMDB; Zany Gonzaga — PDS.

#### Rio Grande do Sul

Alcebiades de Oliveira — PDS; Alceu Collares — PDT; Aldo Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Aluizio Paragussu — PDT; Ary Alcântara — PDS; Cardoso Fregapani — PMDB; Carlos Chiarelli — PDS; Carlos Santos — PMDB; Cláudio Strassburger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Eloar Guazelli — PMDB; Emídio Perondi — PDS; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PDT; Harry Sauer — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Magnus Guimarães — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Odacir Klein — PMDB; Pedro Germa-

no — PDS; Rosa Flores — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Túlio Barcellos — PDS; Victor Facconi — PDS; Waldir Walter — PMDB.

#### Amapá

Antônio Pontes — PDS.

#### Rondônia

Isaac Newton — PDS; Jerônimo Santana — PMDB.

#### Roraima

Hêlo Campos — PDS; Júlio Martins — PDS.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume)** — As listas de presença acusam o comparecimento de 43 Srs. Senadores e 407 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Geraldo Guedes.

**O SR. GERALDO GUEDES (PDS — PE. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em meio a essa festa indiscutível de distribuição de medalhas e condecorações no País, que inflaciona até o mérito nacional, penso que há uma que precisa ser urgentemente criada. Não é a medalha dos direitos humanos, porque esta é universalmente consagrada e é conferida a todos aqueles que se empenham extraordinariamente ou tenham praticado gestos valorosos em favor dos direitos humanos. Não será, evidentemente, a Medalha dos Guararapes, que esta já é conferida a todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, se têm mostrado sensíveis a grande luta que nós, pernambucanos e brasileiros, tivemos em defesa da nacionalidade. Não será também a Medalha da Inconfidência, que a generosidade do povo mineiro e a justiça de seus sentimentos sempre atribuíram a todos aqueles que se têm distinguido no País em favor da causa da confiança libertária. Não será também a Medalha do Ipiranga, com que se celebra o "Dia da Independência", nem tampouco outras que andam por aí a troca de nada. Sr. Presidente, tenho dito aqui, algumas vezes, que o Brasil, nesta hora, está precisando mais de orações do que de medalhas, ou de condecorações. Mas esta, à qual aludo, é necessária, porque vem, efetivamente, reconhecer atos valorosos, gestos grandiloquentes daqueles que, como diria o poeta, "se vão da lei da morte libertando". Mereceria, por exemplo, essa medalha o Sr. Fernando de Oliveira, um modesto empresário de transportes da cidade de Paulista, Pernambuco, que, a meu ver, revelou grande sentimento de altruísmo ao determinar o aproveitamento, em sua empresa, daqui por diante, nas vagas que ali ocorram, dos deficientes físicos, e, em outra etapa, dos paraplégicos, como cobradores, numa atividade que é bem apropriada a quem, infelizmente, só pode operar com poucos gestos.

Este sim, Sr. Presidente, a meu ver, é um gesto de grandeza humana de Fernando de Oliveira, que marca, com elevada significação, sem ele próprio o saber, o Ano Internacional do Deficiente Físico. Para mim, esse ato vale muito mais do que todas as leis, decretos, projetos, propostas, conferências e discursos que se fizeram, este ano, em torno de tal tema.

Sr. Presidente, para que fique bem consignada a posição maravilhosamente humana e de grande significação social desse empresário pernambucano, passo a ler telegrama estampado no jornal "O Globo", ao lado de um outro telegrama que, curiosamente, se reporta à outorga de uma Medalha de Direitos Humanos a alguém de grande importância nacional. Eis o telegrama:

#### "EMPRESA DE PERNAMBUCO ATESTA EFICIÊNCIA

Recife (O Globo) — O empresário Fernando de Oliveira, dono de uma das principais empresas de ônibus do Estado, decidiu contratar somente cobradores com deficiências físicas e hoje já tem dez empregados nestas condições. Ele afirma que a experiência feita inicialmente com dois deficientes foi muito positiva, apontando como principais vantagens a responsabilidade e a vontade de mostrarem à sociedade que não estão incapacitados para o trabalho.

— Infelizmente — acrescenta — ainda não podemos contratar paraplégicos, porque teríamos de improvisar espaços para a cadeira de rodas e isso não é possível no momento. Porém, vamos chegar lá e tenho certeza que dará bom resultado.

A princípio, Fernando Oliveira pediu ajuda ao Serviço Nacional de Emprego (SINE), solicitando os dez deficientes que já estão trabalhando. Agora resolveu aumentar o quadro de funcionários e pediu mais 50 candidatos.

O coordenador do SINE-PE, José Luiz Cavalcanti, disse que a empresa quase não fez exigências e 135 deficientes candidataram-se dos quais muitos não concordaram com o salário de Cr\$ 10 mil, outros não tinham noção de matemática e alguns eram doentes mentais.

— Os inscritos — afirmou — serão examinados e orientados por psicólogos e, a seguir, encaminhados para a empresa, que até o momento não recusou nenhum deles."



Sr. Presidente, a imprensa brasileira deveria não só aplaudir, mas também registrar na primeira página dos jornais esse gesto como um exemplo digno de ser louvado e aplaudido por todos nós.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Celso Peçanha.

**O SR. CELSO PEÇANHA** (PMDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quando éramos jovens ouvíamos falar muito mal dos agiotas, que eram quase apedrejados nas pequenas cidades do País. No meu Estado o agiota era apontado como um ser pernicioso à coletividade; afastado do meio social como alguém indesejável, a ele não se faziam convites para festas, vivia no silêncio de sua casa a guardar os juros e a pensar quanto teria que receber no outro dia, esfolando a economia popular. Mas, hoje, os bancos agem pior do que os agiotas de outrora, cobrando 12% por mês para o desconto de uma promissória. E que dizer das financeiras? Elas também estão aumentando os juros numa proporção assustadora. Já não se pode mais retirar dinheiro para a aquisição de uma casa ou de qualquer outro bem. A situação é triste, Sr. Presidente, Srs. Congressistas. Eu pergunto: quem manda neste País? Poderia até repetir aquela pergunta já consagrada, que deu renome a um político: que País é este? Que País é este, em que um cidadão paga uma prestação mensal de Cr\$ 31.200,00 e, de uma hora para outra, ela sobe a Cr\$ 54.000,00? O saldo devedor de 2 milhões e 200 mil cruzeiros deu um salto para 4 milhões de cruzeiros. Nem o João do Pulo seria capaz de saltar tão alto quanto os juros neste País. É lamentável. Por que não se coloca um freio nessa situação?

Falei dos juros pagos para aquisição de imóveis; falei de descontos de promissórias. Mas o que dizer sobre os juros cobrados aos agricultores? Lembro-me de que há cerca de 2 anos concedeu-se empréstimo agrícola a juros de 15% para plantação de laranjas em Rio Bonito. Hoje o Banco está cobrando 68%. Sr. Presidente, os produtores de hortigranjeiros já não podem viver. Como podem os pequenos e médios proprietários, que querem plantar feijão, milho e arroz, suportar juros tão altos?

A Nação precisa cuidar dessa questão.

Ainda ontem ouvi na televisão debates em torno das causas da inflação. Economistas, homens de negócios, banqueiros e estudiosos dos problemas sociais afirmavam que os juros altos incrementam mal a inflação do que a política de reajuste semestral dos salários. Creio que alguém precisa surgir em meio a esta tempestade e salvar esta Pátria. O País está no descaminho, os homens que trabalham, que produzem, já estão temerosos, o empresariado nacional não fala em outra coisa senão nos juros altos, eu diria altíssimos. Enquanto o Ministro do Planejamento passeia pela Europa adquirindo locomotivas, comprando navios em detrimento da nossa indústria naval, os juros subiram. Até quando, Sr. Presidente? A quem esta situação calamitosa beneficiará? Os agiotas de ontem estão rindo nos seus túmulos porque hoje os próprios bancos, insuflados pelo Ministério da Fazenda, conduzem os juros para superar talvez a barreira do som; altíssimos juros cobrados neste País. País que ainda não pode cuidar dos que trabalham, dos que produzem e cuida mais dos agiotas da nova geração.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — Com a palavra o nobre Deputado Israel Dias-Novae.

**O SR. ISRAEL DIAS-NOVAES** (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nobre Senador Jorge Kalume, V. Ex.<sup>a</sup> sabe da quase obrigação que sentimos de vir à tribuna, quando V. Ex.<sup>a</sup> preside a sessão, tal a elegância com que o faz. A sua simples presença já nos estimula ao uso da palavra. (Muito bem.)

Estamos preocupados com a situação moral brasileira. V. Ex.<sup>a</sup> perde esse tom um tanto acariano e a frase um tanto cediça, mas acontece que estamos testemunhando, no Rio de Janeiro, a um fenômeno altamente contristador e causador de muitas apreensões. Há algum tempo a ex-Capital do País foi abalada por um delito de certa forma esperado, porque o personagem principal teria que receber, no fim da vida, algo compatível com o seu evoluir. Refiro-me ao cidadão de nome Mariel Mariscott. Esse cidadão — V. Ex.<sup>a</sup> tem presente o fato — foi assassinado quando buscava comparecer a um congresso de banqueiros do bicho, no centro do Rio de Janeiro. Ali foi morto, ele que tivera, ao longo da vida, aventuras quase todas sangrentas. Um antigo "homem de ouro" da Polícia transformado em bandido, como aconteceu com a maioria desses homens "dourados".

Todavia, Sr. Presidente, nunca se poderia esperar que daquele acontecimento de *fait divers* se gerasse uma onda repressora para uma contravenção extraordinariamente enraizada na antiga Guanabara. Há 90 anos, desde o instante em que o Sr. Barão de Drummond, em hora de má inspiração, inventou o jogo do bicho, essa prática ilegal se instalou e até hoje prospera no Rio de Janeiro. Mas bastou haver esse crime de sangue para que se levantasse uma onda extraordinária de repressão. Essa repressão era normal, por-

que existe a Polícia de um lado e de outro o contraventor. E o jogo do bicho é uma contravenção, portanto um assunto de Polícia. Mas, no Rio de Janeiro, nunca deu impressão de o ser. V. Ex.<sup>a</sup> sabe que o jogo do bicho estava mais ou menos permitido na ditadura, naquela ditadura, não a que V. Ex.<sup>a</sup> está pensando agora, a primeira, de Getúlio Vargas. Naquela ditadura o jogo do bicho prosperou extraordinariamente ao lado dos cassinos; estávamos na era da batota. V. Ex.<sup>a</sup> sabe, como psicólogo social, que as ditaduras recorrem a expedientes como o jogo para distrair o povo do seu destino. O jogo aliena o sentimento popular, e as ditaduras recorrem à batota para que o povo, empenhado e obstinado no jogo, esqueça os seus direitos mais elementares, que ficam postergados. Mas, terminada a ditadura, tivemos a lei em boa hora assinada pelo Presidente Dutra, que devolveu ao bicho a condição de contravenção: o seu praticante passava a ser um contraventor, portanto um homem fora da lei. Mas a partir daquele momento começou-se a travar um, digamos assim, jogo de representações: de um lado, a Polícia representando que agia, que desempenhava o seu papel, e de outro o bicho e os bicheiros, fingindo-se de acossados. Era um jogo de mistificações. Até que começaram a surgir idéias esdrúxulas sobre o meio de combater o jogo. V. Ex.<sup>a</sup>, creio, era Deputado quando aqui na Casa, ainda no glorioso Governo do Sr. Costa e Silva, cuja memória reverenciamos como cristãos, não como políticos, apareceu na Comissão de Saúde um primeiro projeto visando a oficializar o jogo do bicho para com isto financiar-se a LBA. Imagine V. Ex.<sup>a</sup>, um projeto semi-oficial. Fui daqueles, como V. Ex.<sup>a</sup>, que se opuseram a esta tentativa de menoscabo da ordem jurídica. Com o correr do tempo, numerosas outras propostas semelhantes foram apresentadas. E V. Ex.<sup>a</sup> sabe que não passa semana sem que se apresente um projeto, ora de oficialização do "bicho" ora da legalização dos cassinos. Muitos não se conformaram, até agora, com a extinção dos cassinos e se lembram daqueles tempos ditatoriais, das lantejoulas, do Rio de Janeiro, em que os cassinos rebrilhavam, dando uma falsa impressão do Brasil. País no íntimo tão pobre como eu e V. Ex.<sup>a</sup> sabemos. Mas, passado o tempo, ocorreu ao Governo, já então depois de 64, uma tese paradoxal. O Governo alegou, Sr. Senador Presidente, que para combater o "bicho" nada melhor do que o seu antídoto. Então, criou-se algo semelhante ao "bicho", mas que não era "bicho". No caso, chama-se Loteria Esportiva. A Loteria Esportiva destinava-se a carrear para os cofres públicos aquilo que até então ia para o bolso dos banqueiros. Porque o banqueiro do "bicho", sabe V. Ex.<sup>a</sup>, não é o pobre agente de rua, que é o delinquente, que é o contraventor. O banqueiro está lá em cima, financiando o carnaval e envenenando o futebol. Apareceu a loteca. Com ela nada se conseguiu, porque o "bicho", à sombra dela prosperou ainda mais. Até que tivemos uma mensagem governamental criando a que na intimidade é conhecida por "bixoteca", hoje a Loto. Com a Loto, Sr. Presidente, tivemos mais do que a oficialização da batota, tivemos um requinte em matéria de bicho, só que oficializado. É o bicho "chapa branca". O Governo criou a Loto, na impressão de que ela combateria o bicho, de que ela seria preferida aos bicheiros ilegais, porque seria o bicho legalizado. Só que ela é muito mais difícil de se acertar. V. Ex.<sup>a</sup> sabe que o bicho tem a sua mecânica. A sua prática é a unidade, a dezena e a centena. A Loto é muito mais difícil. São 5 dezenas. O pobre diabo toda semana arrisca com a quase total impossibilidade de ganho, enquanto, no bicho é mais fácil. E agora trava-se uma batalha de rua em rua, de casa em casa, de homem a homem, entre o bicheiro oficial, que é o Governo, através da Loto, que ele banca, que é a contravenção travestida de coisa legal, e, do outro lado, o bicheiro na sua contravenção habitual, que já tem 90 anos. O bicheiro continua minando a moral nacional e o Governo, o oficialismo, perdeu a força para combater o bicheiro, eis que o Governo também é bicheiro e também banca o jogo. A Loto, V. Ex.<sup>a</sup> sabe que nunca escondeu a sua condição de bicho. Cada dezena corresponde a um bicho. Mas está claro. Então, é o Governo bicheiro a perseguir, sem força moral, o bicheiro particular, que financia o carnaval carioca, que tem clubes de futebol à sua mercê e daí por diante.

Anóia-me o Deputado Jairo Brum, homem de bem, homem de respeito geral da Casa, que já liderou facções em diferentes oportunidades neste Congresso — e sempre o fez com grandeza — ao dizer que esta é a maior e a mais insuportável contradição.

Pois o que acontece, Sr. Presidente? Em decorrência da morte de Mariel Maryscott surgiu a onda repressora e aí os bicheiros acossados resolveram o que, Sr. Presidente? Os contraventores resolveram entrar em greve. Contravenção em greve! Nunca se ouviu contar algo semelhante no mundo. O Brasil é o País das surpresas estardalosas. Aparece esta agora. A contravenção anuncia ao Governo que está em greve, e mais, diz ao Governo que a greve tem conteúdo e tem substância social, porque — afiançam os banqueiros do bicho — temos 180 mil empregados que irão para a rua da amargura. O caso é social e, mais, esses 180 mil empregados são todos fichados como contraventores. Portanto, se forem pedir um novo emprego não podem apresentar a folha corrida, porque é manchada pela contravenção. Não há remédio e eles se trans-

formarão, dizem os contraventores, em delinquentes: vão assaltar, vão cometer delitos. Imagine V. Ex.<sup>a</sup>, aí vem o General Chefe de Polícia e faz um apelo ao patriotismo dos contraventores, dizendo: "não acredito que os senhores banqueiros do bicho cheguem a esse extremo de entrar em greve". O General é ignorante até nos termos técnicos. Não é greve, é **lock out**, porque quem quer entrar em greve não é o pobre, o agente do bicho, o banqueiro de esquina, é o banqueiro lá de cima, é o patrão. Então seria o **lock out** da contravenção. S. Ex.<sup>a</sup> apela ao patriotismo da classe. Vejam V. Ex.<sup>as</sup>: os banqueiros reuniram-se e examinaram o pedido do General, o apelo do General ao patriotismo deles, contraventores. E o que resolveram, Sr. Presidente? Resolveram atender ao General, mas em forma de trégua, não de suspensão, não de cancelamento. Eles suspenderam por alguns dias essa greve tão danosa à ordem social brasileira. Que ordem social é essa, Sr. Presidente, que está à mercê da contravenção? Se for perseguida a contravenção acaba-se a ordem social no Brasil.

Sr. Presidente, o Governo encontra-se num beco sem saída. Nunca vi situação semelhante em que a ordem depende da contravenção. O que fará o Governo neste momento? Participo da perplexidade de V. Ex.<sup>a</sup> e, como V. Ex.<sup>a</sup> e os Deputados presentes, estou certo de que nos todos, doravante, vamos ficar atentos à evolução do fato. Vamos ver como ele evolui. Neste momento a situação está neste pé: os contraventores resolveram atender ao pedido angustiado do Chefe de Polícia e adiarão a greve. Vamos ver como isso prossegue, como isso evolui. Participo, Sr. Presidente, da mesma perplexidade de V. Ex.<sup>a</sup> (Palmas. Muito bem.)

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — Com a palavra o nobre Deputado Elquisson Soares.

**O SR. ELQUISSON SOARES** (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Nos últimos dias, através dos meios de comunicação, as autoridades brasileiras deram um verdadeiro show de incompetência e, até, de irresponsabilidade.

O General Waldir Muniz, Secretário da Segurança Pública do Rio de Janeiro, foi a primeira autoridade a escandalizar a opinião pública nacional, quando, pateticamente, pediu "pelo amor de Deus" a oficialização do jogo do bicho no Estado do Rio de Janeiro, onde, com o aval do Serviço Nacional de Informações, o seu nome foi "aclamado" para cuidar da segurança da população. Sem dúvida, o dramático apelo do Secretário, por muito comprometedor, por si só, justificaria sua exoneração. Mas não ficou somente aí o horror. Quando os bicheiros anunciaram uma paralisação de suas atividades — o que seria uma grande contribuição à ação policial — o General Muniz apelou novamente, com ar patético e, ao mesmo tempo, de êxtase: "Eles não vão assumir essa atitude impatriótica!"

Eu não sei em que arma o estranho General foi buscar sua especialização nos meios castrenses, e, como razoável conhecedor da cidade maravilhosa, não me lembro da existência de nenhuma escola militar na Praça Barão de Drumond, na terra de Noel Rosa.

Do mesmo modo, posso assegurar, ainda que não seja perito em assuntos militares, que, em razão da rigidez dos cursos militares e da destinação de seus ensinamentos, não existe naqueles currículos qualquer matéria referente ao jogo do bicho ou a outra qualquer contravenção. Daí decorre o estarecimento da opinião pública nacional, surpreendida com essa repentina declaração de amor do General Muniz pela contravenção dos bichos — ou do bicho!

Agora, estou na expectativa do pronunciamento do SNI, sem cujo aval o General Muniz não teria chegado àquele posto.

Entendo que, se não retirar o seu aval ao nome do General Muniz, o SNI estaria, pelo silêncio, endossando a absurda preferência do Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, o que será o caos!

Do contrário, será inevitável a reformulação dos textos, hoje obrigatórios em todas as escolas brasileiras, dos manuais de "moral e civismo", para que haja a inserção desse novo e, certamente, heróico patriota — o bicheiro!

Em segundo lugar, igualmente estarecedora é a declaração do Sr. Ministro da Agricultura — o sábio Dr. Amaury Stábile — segundo a qual o Brasil não possui estoque de nenhum alimento, nem mesmo de arroz.

Num país de vocação estritamente agropecuária, com imensas áreas agrícolas, férteis, com assombroso índice de desemprego e de famintos, causa espanto e desalento uma tal atitude. Afinal, produzir alimentos é a tarefa básica do Ministério da Agricultura, pelo menos é o que parece.

É o caso, então, de se perguntar: o que está fazendo o Ministério da Agricultura? Para que serve esse Ministério?

Ainda ontem, entrevistado por um canal de televisão, um subordinado do Ministro Stábile, um tagarela do "reino do sol nascente", com a maior falta de cerimônia, falava, com entusiasmo, das milhares e milhares de toneladas de grãos que os seus invisíveis planos de colonização estão produzindo. Não parece, tudo isso, uma panacéia?

O Ministro, imobilizado pela sinistra Secretaria de Planejamento, declara à imprensa, com certo realismo, que não há feijão, milho, trigo nem arroz no País. Anuncia a fome até para quem tem dinheiro, e são poucos os brasileiros que o têm!

Por outro lado, o protegido do Sr. Delfim Netto — Paulo Yokota, Presidente do INCRA — anuncia à Nação que está produzindo milhares de toneladas de grãos. Como pode? Onde estão estocados esses viveres?

Ou, então, o que é mais provável, quem estará mentindo à Nação?

Não há como duvidar: o Brasil vai mal; o Brasil não está bem administrado; o País está à beira do caos.

Urge a união dos brasileiros, de todos os brasileiros, fardados ou não, para mudar a rota do barco, que navega em mar revolto de águas turvas!

São poucos os países da terra com as mesmas potencialidades do Brasil, especialmente no que diz respeito à produção de alimentos! Porém, há que se mudar sua rota, que não está dirigida no rumo dos interesses do seu povo!

O Governo não tem o dever de apresentar lucros em seus negócios, posto que não se podem confundir as tarefas de uma nação independente e soberana com as atividades de um botequim qualquer.

A tarefa do Governo é a satisfação das necessidades e anseios de seu povo. E nenhum povo desenvolveu-se com fome.

Mude o Governo a sua filosofia, sua política, seus rumos, e o povo o acompanhará. A ordem não deve ser no sentido de poupar, que ninguém poupa o que não tem. A ordem deve ser no sentido de produzir, e produzir muito e cada vez mais. E que o Governo se compenetre de que para produzir é preciso criar as condições, é preciso estimular e estimular sempre.

Para tanto, quem sabe, é necessário retardar — para quando houver, ao menos, comida em cada lar brasileiro — o ambicioso e dispensável Programa Nuclear, que nenhum homem simples da rua jamais solicitou.

Ouçá o Governo os clamores que vêm de toda parte — da cidade e do campo, das fábricas e das escolas — por onde ronda, ameaçador, o espectro da fome, a filha preferida da recessão econômica, que, por sua vez, é filha da imprevidência e de má gestão dos negócios públicos.

Ai estão os nossos vales úmidos, espalhados por toda essa imensidão do território brasileiro, no mais das vezes solitários, intocáveis, quando menos intocados pela mão multiplicadora do lavrador, tocados apenas, e impunemente, pelas mãos criminosas dos grileiros e dos especuladores!

Dê o Governo uma oportunidade a agricultura, ao lavrador, ao pecuarista, ao criador, ao homem do campo, enfim, e o País, muito cedo, bem cedo, logo conhecerá a fartura e a bonança.

Quer o Sr. Ministro Stábile saber por que faltam alimentos com que suprir as necessidades brasileiras? Porque não se pode esperar nada de homens enganadores como o Sr. Paulo Yokota! Porque não se pode entregar um banco como o Banco Nacional de Crédito Cooperativo a um estrangeiro, que retém o dinheiro para fazer especulação, ao invés de destiná-lo às suas finalidades.

Ora, o BNCC é um banco do Ministério da Agricultura; no entanto, ele não financia nada a nenhuma cooperativa nacional, mas despidoradamente escreve para as cooperativas oferecendo dinheiro a 6% ao mês e 90 dias de prazo.

Por isso é que este grande País passa fome. Porque o Ministério da Agricultura prefere a agiotagem à produção de grãos e alimentos!

E ao povo, o que restará?

A tragédia, dirá a posteridade!

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — Com a palavra o nobre Deputado Nelson Morro.

**O SR. NELSON MORRO** (PDS — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ouvimos nesta sessão do Congresso Nacional considerações extensas e profundas sobre aspectos da vida nacional — setorialmente, é bem verdade — especificamente do Estado do Rio de Janeiro. As considerações que ouvimos procuraram reproduzir, até certo ponto com alguma fide-

lidade, fatos ocorridos na antiga Capital Federal, no Estado do Rio de Janeiro. Curiosamente o Estado é comandado por um Governador que faz parte da federação de oposições deste País. S. Ex.<sup>a</sup> é quem, sem qualquer dúvida, sem querer negar uma verdade incontestável, tem a responsabilidade da condução dos destinos do Estado, como também da sua segurança. Daí por que a contravenção penal ocorrida naquele Estado está diretamente afeta a quem preside seus destinos e sua segurança. Levantada a contravenção, cabe à Justiça tomar as providências, julgar cada caso de per se, condenando ou absolvendo, de acordo com a prova dos autos. São nessas condições que o quadro se nos apresenta. Não temos, naturalmente, qualquer posicionamento que não seja aquele do estrito cumprimento da lei.

O que me surpreende sobremaneira curiosamente, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, mesmo agredindo a ação desenvolvida por quem preside os destinos daquele Estado, e, pois, de sua segurança, porque deve tomar providências contra os contraventores penais, é que, quem vem levantar um assunto que se restringe ao Estado do Rio de Janeiro são dois ilustres Parlamentares, um do Estado de São Paulo e outro da Bahia. E digo curiosamente, porque, a rigor, deveriam aqui comparecer ilustres Parlamentares daquele Estado, diretamente interessados nos acontecimentos. É evidente que os dois eminentes Deputados, representantes do povo, podem abordar qualquer tema. Mas, hoje, na Liderança, estamos argumentando sobre o que foram as afirmativas desses dois ilustres Parlamentares: o Deputado Elquisson Soares e o Deputado Israel Dias-Novais. E, na verdade, suas presenças surpreendem, porque, mesmo sendo o Governo do Rio de Janeiro da Oposição, esses Deputados não são daquele Estado, apesar de criticarem as assertivas do Secretário de Segurança, no sentido da legalização daquilo que a lei coíbe. É um fato curioso que se me afigura.

Por outro lado, hoje, na Liderança do meu partido, estou habilitado, avaliado, endossado para que teça essas considerações. Considerando que o assunto é setorial, os Deputados do Rio de Janeiro estariam numa posição mais legítima para tecerem essas críticas, não havendo, entretanto, ilegitimidade na posição que os ilustres Parlamentares que me antecederam adotaram em abordar este tema. Mas a verdade é que as agressões, os ataques ficaram restritos à própria Oposição, pois que, numa análise global, aquele Estado está comandado por um dos partidos de Oposição, por um Governador que pertence a um dos partidos da federação de oposições, como gostam V. Ex.<sup>as</sup> de referir.

Por outro lado, gostaria, ainda, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, de tecer algumas considerações e lamentar, até certo ponto, a preocupação de alguns Parlamentares da Oposição de sempre colocarem este País numa situação de caos. Sabemos que aquele que age e realiza tem margem de erros; quem não é responsável pelas ações que pratica não sofre as consequências das palavras que pronuncia. Toda colocação feita por quem está no Governo tem consequência político-administrativa e reflete uma retroação. Porém, quem fica apenas na argumentação, nas palavras, não alcança consequências. Daí por que não vejo razão na atitude daqueles que querem transformar as dificuldades que vivemos em caos, em inviabilidades para a Nação. Acho que a fase difícil que estamos atravessando só poderá ser vencida sem perplexidade e com confiança no povo brasileiro e no Brasil.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, realmente confiamos no povo brasileiro. Ele será, sem pessimismos, sem derrotismos e sem sinistroses, capaz de superar essas dificuldades que não são só brasileiras, mas mundiais. E haveremos de consegui-lo com otimismo, segurança, tranquilidade, patriotismo e espírito público, pois estamos plenamente convencidos de que só assim haveremos realmente de superar os problemas que ora vivemos, atingindo aquele patamar de desenvolvimento que está reservado ao povo brasileiro e ao Brasil.

O Sr. Deputado Elquisson Soares — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

O SR. ELQUISSON SOARES (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o ilustre Deputado, Líder do Partido do Governo, chamou-nos à colação e eu gostaria de explicar as razões por que fizemos a acusação. É regimental e gostaria que me permitisse.

O Sr. Nelson Morro — Sr. Presidente, peço a palavra para contradiar a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Com a palavra o nobre Deputado Nelson Morro.

O SR. NELSON MORRO (PDS — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, na verdade, não acredito — posso até estar equivocado — que haja sustentação regimental para a colocação do ilustre Deputado Elquisson Soares. Mas, se por liberalidade, V. Ex.<sup>a</sup> quiser conceder-lhe a palavra, a Liderança do Governo concorda plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Com a palavra o nobre Deputado Elquisson Soares.

O SR. ELQUISSON SOARES (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, evidentemente que não morro de amores pelo sistema vigente no Brasil, como morre o nobre Deputado Nelson Morro. Mas veja V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que o ilustre Líder do Governo comete um grave equívoco, mas por conveniência. O Deputado Nelson Morro é moço, é inteligente, é culto e, afinal de contas, é um Deputado que está cotado para as mais altas missões neste País, vez que, ainda agora, S. Ex.<sup>a</sup> está viajando para o "país do sol nascente", onde certamente cuidará dos interesses do nosso País.

E não deve S. Ex.<sup>a</sup> ficar espantado nem estarrecido com o fato de Deputados de outras Unidades da Federação comparecerem a plenário para fazer a condenação de um ato que compromete toda a história, não só da sociedade civil brasileira, mas também da sociedade militar, na medida em que estamos condenando a ação o fato que S. Ex.<sup>a</sup> não pode desconhecer: não há Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, nomeado pelo SNI. É este o fato que S. Ex.<sup>a</sup> não pode desconhecer: não há Secretário de Segurança Pública, neste País, que não seja nomeado pelo SNI. É isto é norma da legislação vigente. Mas S. Ex.<sup>a</sup> o desconhece, porque é da sua conveniência negar este fato, no momento.

Se S. Ex.<sup>a</sup> fosse atento, notaria que hoje, no plenário da Câmara dos Deputados, vários representantes cariocas condenaram as declarações do General Muniz, as quais, na verdade, só encontram defesa nas palavras da Liderança do PDS, nesta Casa. Afinal, o PDS é o pai do caos neste País, pois é quem sustenta o sistema que está levando o povo brasileiro ao desespero. É o PDS o responsável pela dívida externa deste País. É o PDS o responsável pela falta de alimentos neste País, como declarou, hoje, não um membro da Oposição, mas o próprio Ministro da Agricultura. É o PDS o responsável pelo BNCC, o banco destinado a estimular a agricultura, que faz agiotagens, ao invés de financiar a agricultura. O PDS, portanto, é o pai do caos.

E, para evitar o caos, queremos derrotar seu pai, de maneira que, em 1982, o povo tenha, na verdade, oportunidade de recuperar seu caminho, de devolver o País ao seu verdadeiro leito. E, para tanto, é fundamental e indispensável que fique batido no caminho, estendido e sem vida, este partido que, enquanto teve vida, matou este País.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Com a palavra o nobre Deputado Antônio Morimoto.

O SR. ANTÔNIO MORIMOTO (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, foi-me dado, na semana passada, o prazer de visitar a I Feira Internacional de Informática, realizada em São Paulo, juntamente com o XIV Congresso Nacional de Informática. Preciso registrar que a visita a essa feira e a esse congresso, foi para mim uma lição. Eu sabia que, desde 1977, o governo tinha procurado fazer com que se estabelecesse no Brasil uma indústria autônoma de computadores, para fabricar esses equipamentos e fornecê-los ao usuário brasileiro. Consegui verificar, nessa visita, o sucesso que essa iniciativa alcançou, ultrapassando a minha expectativa quanto ao desenvolvimento do setor de informática.

Fabricamos hoje, no Brasil, todos os tamanhos de computadores, com todos os seus periféricos. Os computadores grandes, ainda hoje, são fabricados por empresas multinacionais que, para atingir economia de escala, exportam seus produtos de acordo com quotas estabelecidas pelo Governo, contribuindo, assim, para a melhoria da balança comercial. Mas, muito mais importante do que isso, a grande maioria dos sistemas que hoje estão sendo instalados no Brasil, de pequeno e médio porte, são fabricados por indústrias de capital brasileiro, com tecnologia já absorvida pelo Brasil. Se, no início, muito corretamente se decidiu que o caminho mais rápido de estabelecer a capacitação tecnológica adequada seria através da compra de conhecimentos, não há dúvida de que, no entretanto, a tecnologia adquirida foi aproveitada e sobre ela se construiu tecnologia verdadeiramente nacional, aumentando-se o tamanho e, em consequência, a capacidade de processamento dos sistemas com equipamentos de projeto brasileiro.

No primeiro congresso, realizado há 14 anos, apenas 500 m<sup>2</sup> eram ocupados totalmente por empresas multinacionais. Hoje, em 15.000 m<sup>2</sup>, bem mais de metade são ocupados por empresas brasileiras, que mostram sistemas completos — COBRA, EDISA, LABO, SID e SISCO — integrando as suas unidades centrais de processamento com os terminais, as unidades de disco, as unidades de fita e outros equipamentos periféricos, além dos programas aplicativos, totalmente elaborados no Brasil para as necessidades brasileiras. São eles o núcleo dos associados da AIBCOMP — Associação Brasileira da Indústria de Computadores e Periféricos — ao redor dos quais grande número de fabricantes de periféricos e empresas de sistemas e de "Software" desenvolvem as suas atividades, todas elas de capital nacional.



Há na feira, também, empresas multinacionais naqueles setores que não foram reservadas à indústria brasileira, para que ela pudesse adquirir a necessária solidez para assegurar a autonomia nacional. Mas elas complementam, ao invés de sufocar, esse núcleo verdadeiramente brasileiro.

Os números dão bem uma idéia do porte já atingido pela indústria. Suas vendas, no primeiro semestre do corrente ano, atingiram Cr\$ 12,1 bilhões em mercadorias e Cr\$ 1,3 bilhões em serviços. Foram entregues aos usuários 300 minicomputadores e 820 microcomputadores, para processamento de dados, e 70 para processamento de textos. O total de pessoal empregado no final do primeiro semestre era de 8.019, dos quais 28% eram de nível superior, principalmente engenheiros eletrônicos, matemáticos, físicos e bacharéis em Ciências de Computação. Em algumas empresas, a proporção de pessoal de nível superior atingiu 50%. As empresas faturaram no semestre Cr\$ 1,4 bilhões de IPI, Cr\$ 1,7 bilhões de ICM e Cr\$ 37 milhões de ISS, não tendo recebido incentivos ou isenções fiscais de nenhuma espécie, que afetasse essa receita do Fisco. E importaram, para compor seus produtos, apenas 15 milhões de dólares, cerca de 10 por cento do valor faturado, montante esse que já no segundo semestre está sendo reduzido.

Desejo ainda registrar o alto nível das contribuições técnicas, apresentadas a esse congresso, promovido mais uma vez pela SUCESU — Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários — uma das maiores organizações desse gênero no mundo. Os trabalhos de altíssimo nível apresentados por técnicos brasileiros, tanto em áreas básicas de computação, como em campos pioneiros — por exemplo, os de aplicações agropecuárias, inteligência artificial, banco de dados e projeto de fabricação com auxílio de computadores, estes conhecidos pela sigla CAD/CAM — mostram quão adiantada já é a técnica brasileira. Além disso, em claro sinal de que a nossa autonomia tecnológica não precisa apresentar lavos de xenofobia, foram convidados técnicos de primeira linha, de todo o mundo, para participar do congresso e falar sobre as suas experiências. A comunidade brasileira de informática, junto com o órgão oficial que coordena suas atividades, a Secretaria Especial de Informática do Conselho de Segurança Nacional, podem, com razão, orgulhar-se do esforço despendido e do êxito obtido.

Manifesto a confiança e a certeza de que a indústria de Informática haverá de consolidar-se, dentro da sadia orientação de equilíbrio entre iniciativa privada e estatal, edulcorando e desenvolvendo cada vez mais a própria tecnologia, para que possa ser, decisiva e efetivamente, um dos estelos do desenvolvimento nacional.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — Com a palavra o nobre Deputado Victor Faccioni.

**O SR. VICTOR FACCIONI** (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, criada no ano de 1966, com o objetivo fundamental de recuperar o déficit de abastecimento de água no Rio Grande do Sul a Companhia Rio-Grandense de Saneamento — CORSAN — ostenta hoje posição invejável entre as congêneres em funcionamento no País. Sua criação deu-se à época do Governo Ildo Meneghetti, tendo como primeiro Presidente o Sr. Waldyr Maggi.

No momento é a terceira maior Companhia de Saneamento do Brasil, somente ultrapassada pelas do Rio de Janeiro e São Paulo, mesmo sem contar com o abastecimento da capital, Porto Alegre, que em relação ao número de economias, representa 40% do que a CORSAN tem em 234 localidades. Este registro é feito para assinalar que a CORSAN acaba de completar dez milhões de metros de rede de águas, atendendo a cerca de oitocentos mil economias, e a rede de esgotos, atendendo a 60.000 economias, com 380.000 metros de extensão.

A adesão da CORSAN ao PLANASA, em 1975, permitiu atender à quase totalidade dos municípios gaúchos, através de investimentos volumosos na implantação de novos sistemas de abastecimento de água e na ampliação de outros. Desta forma, os serviços, que no início de suas atividades eram representados por 103 municípios em abastecimento de água e 14 de esgoto, atualmente, após 15 anos, contam com 234 sistemas, abrangendo 210 sedes municipais e mais 24 outras localidades, como distritos e vilas.

Este ano de 1981 é particularmente significativo na vida dessa empresa gaúcha, pois a rede de água da CORSAN atingiu a 10.000.000 (dez milhões) de metros, servindo a 800.000 economias, e a rede de esgotos atende a 60.000 economias, com 380.000 metros. Lança ainda a CORSAN um amplo programa de complementação da rede de esgoto e água.

Um dado que caracteriza a interiorização das atividades da CORSAN é o de que 64% das localidades atendidas por ela têm menos de 5.000 habitantes.

Outros números igualmente expressivos são os que se referem à população urbana atendida no Estado, ou seja, 4.460.000 habitantes, equivalente a 85% da população urbana e à produção de água num volume de 210.000.000 (duzentos e dez milhões) de metros cúbicos.

Como se referiu acima, ao atingir a marca dos dez mil quilômetros de rede de abastecimento, a CORSAN está na prática ultrapassando as metas previstas pelo Plano Nacional de Saneamento — PLANASA — e a recomendação da Organização das Nações Unidas — ONU — de levar água potável à 80% das populações urbanas.

Segundo o Diretor da Carteira de Saneamento do BNH, o Rio Grande do Sul tem talvez o índice de atendimento mais alto do País, em termos de abastecimento de água (85% da população citadina do Estado).

Ante o exposto, é possível afirmar que os serviços de saneamento no Rio Grande do Sul estão contribuindo em alto grau para que sua população desfrute de níveis mais elevados de higiene e bem-estar.

Faço o registro para cumprimentar a Direção e funcionários da CORSAN, que tem a sua frente Edson Molina Bello. Cumprimentar, igualmente, ao Governador José Augusto Amaral de Souza, pela compreensão que teve da prioridade do saneamento básico, ponto alto em seu Governo, e ao colega desta Casa, Deputado licenciado Alberto Hoffmann, Secretário de Estado do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, Pasta responsável pelo saneamento básico no Rio Grande do Sul, e a quem atendi no primeiro período do atual Governo do Estado.

Desejo especialmente cumprimentar ao Ministro Mário Andreazza, líder incontestado do saneamento básico neste País, e à Direção do BNH, nas pessoas do Presidente José Lopes de Oliveira e do Diretor da área de saneamento básico, Sr. Alpheu Amaral, e de cuja administração dependem os principais recursos financeiros para água e esgoto no Brasil.

Graças ao BNH-PLANASA e ao Fundo de Água e Esgoto do Governo do Estado, nos dois últimos anos mais um milhão de gaúchos tiveram suas casas ligadas à rede de água tratada, que, acrescidos aos rio-grandenses antes já atendidos, dá ao Rio Grande do Sul uma posição de liderança nesse serviço de alto interesse da Saúde Pública.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — Com a palavra, na qualidade de Líder, o nobre Deputado Nelson Morro.

**O SR. NELSON MORRO** (PDS — SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, desejo, rapidamente, apenas dizer que estou tendo lições sobre Segurança Nacional, porque se passou a afirmar que o Serviço Nacional de Informações, cujas atribuições estão estabelecidas em lei, escolhe os Secretários de Segurança nos Estados.

Naturalmente, essa afirmação não representa senão um sofisma, no desejo de alicercar uma argumentação completamente infundada. O ilustre Deputado Elquisson Soares sofismou quando procurou contraditar os argumentos que expendi. Outra coisa não fez S. Ex.<sup>a</sup> Deus nos livre de que ele consiga impingir a imagem que faz deste País e de seus homens públicos ao povo brasileiro. Se ele conseguisse realizar tal façanha, expostas nas suas últimas considerações, haveríamos até de nos está agredindo e matando nas ruas por este Brasil afora, o que não é o objetivo do PDS, absolutamente consciente e responsável da sua missão perante o povo brasileiro. As suas Lideranças têm, através dos anos, exatamente procurado fazer o que afirmamos. Aliás, quero aqui lançar o desafio às Oposições — qualquer partido da Oposição que chegar ao poder, que entendemos deva também lhe estar reservado, porque somos daqueles que defendem a alternância no poder. No momento em que tiver a responsabilidade não só das palavras, mas também das suas consequências, não se haverá de ouvir mais do Deputado Elquisson Soares as considerações que acabou de tecer. Muito pelo contrário, haverá ele de se preocupar, de ter mais responsabilidade para com a Nação e para consigo mesmo, ao proferir argumentos contrários a quem quer que seja.

Estamos plenamente conscientes de que desenvolvemos a nossa atividade com a maior responsabilidade, com bom senso e espírito público, visando, acima de tudo, a consecução do bem comum, indo ao encontro dos interesses de todo o povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — Está esgotado o período destinado para breves comunicações.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à votação das Propostas de Emenda à Constituição n.º 37, de 1981, que modifica o § 4.º e acrescenta os §§ 5.º e 6.º ao art. 15, da Constituição Federal; e 60, de 1981, que altera a redação do § 4.º do art. 15 da Constituição Federal.



O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Passa-se à

# ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 54, de 1981, que altera o art. 151, parágrafo único, alínea e da Constituição Federal, tendo

PARECER, sob n.º 110, de 1981-CN, da Comissão Mista, pela aprovação da Proposta, com voto em separado do Senhor Senador Hugo Ramos.

## ATA DAS COMISSÕES

### COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei n.º 22, de 1981 — (CN), que “altera as Leis n.ºs 3.807, de 26 de agosto de 1960, e 6.205, de 29 de abril de 1975, fixa novo limite máximo do salário de contribuição e dá outras providências”.

#### 2.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 1981

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e um, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores José Lins, Aderbal Jurema, Bernardino Viana, Amaral Furlan e Deputados Josias Leite, Jairo Magalhães, Nilson Gibson, Túlio Barcelos, Amadeu Gears, Délio dos Santos, Epitácio Cafeteira, Carneiro Arnaud e Carlos Cotta, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei número 22, de 1981 — (CN), que “altera as Leis n.ºs 3.807, de 26 de agosto de 1960, e 6.205, de 29 de abril de 1975, fixa novo limite máximo do salário de contribuição e dá outras providências”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Aloysio Chaves, Lomanto Júnior, Franco Montoro, Humberto Lucena, Henrique Santillo, Gastão Müller, Alberto Silva e Deputados João Alves e Castejon Branco.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Deputado Amadeu Gears, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Senhor Presidente comunica que dois assuntos ficaram para ser solucionados nesta reunião. O primeiro é uma resposta a questão de ordem formulada pelo Senhor Deputado Délio dos Santos, levantando dúvidas se a Mensagem n.º 85, de 1981 — (CN), que encaminha o projeto em exame, foi realmente lida na Sessão do Congresso Nacional, realizada às dez e trinta horas do dia dezoito do corrente mês e, se as fitas que contêm a gravação da referida Sessão foram entregues a Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — (PMDB).

Respondendo a questão de ordem do Senhor Deputado Délio dos Santos, o Senhor Presidente comunica que enviou Ofício ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Jarbas Passarinho, obtendo dele informações de que a Mensagem n.º 85, de 1981 — (CN), foi lida na Sessão Conjunta do Congresso Nacional, realizada às dez e trinta horas do dia dezoito desse mês e que, em atendimento a requerimento do Senhor Deputado Odacir Klein, Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — (PMDB), na Câmara dos Deputados, determinou providências no sentido de que lhe fossem entregues as fitas da referida Sessão.

Em seguida, o Senhor Deputado Délio dos Santos agradece o Senhor Presidente da Comissão por ter procurado responder de forma satisfatória a questão de ordem por ele formulada.

O segundo assunto, diz respeito ao requerimento apresentado, na reunião anterior, pelo Senhor Senador Humberto Lucena, convidando os Senhores Jair de Oliveira Soares, Ministro da Previdência e Assistência Social, Delfim Netto, Ministro da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Hélio Beltrão, Ministro Extraordinário da Desburocratização, a prestarem esclarecimentos, nesta Comissão, sobre o Projeto em exame.

Posto em discussão, o Senhor Senador José Lins pede a palavra para propor questão de ordem, para que o requerimento seja destacado, convidando apenas o Ministro da Previdência e Assistência Social, por ser o Projeto de competência de sua Pasta.

Respondendo a questão de ordem, o Senhor Presidente esclarece que o requerimento não pode ser destacado pela Comissão e que apenas o Senador Humberto Lucena, como autor da proposição, poderia concordar com tal procedimento, mas ele teve que viajar para o seu Estado e só estará de volta na próxima segunda-feira.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo oradores, declaro encerrada a discussão.

A matéria exige “quorum” qualificado para deliberação. Sendo evidente a falta de número em plenário, deixa de ser procedida

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 25 minutos.)

Prosseguindo, fazem uso da palavra os Senhores Senadores Bernardino Viana, Aderbal Jurema e os Deputados Délio dos Santos e Epitácio Cafeteira, estes, apelando para que a Bancada do Partido Democrático Social — (PDS), aprove o requerimento como foi apresentado.

O Senhor Senador José Lins, falando em nome da Bancada do Partido do Movimento Democrático Social — (PDS), responde negativamente aos apelos formulados pelos Deputados Délio dos Santos e Epitácio Cafeteira, reafirmando que os membros de seu partido apoiariam um requerimento convidando o Ministro da Previdência e Assistência Social.

Diante do exposto, o Senhor Deputado Epitácio Cafeteira apresenta requerimento oral, convidando o Senhor Jair de Oliveira Soares, Ministro da Previdência e Assistência Social, a comparecer a este órgão técnico, para prestar esclarecimentos sobre o projeto de lei em questão.

Posto em discussão e votação, é o requerimento aprovado, por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu Frederico Pinheiro Barreira, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação, juntamente com os apanhamentos taquigráficos dos trabalhos da Comissão.

**ANEXO À ATA DA 2ª REUNIÃO, DA COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL, INCUMBIDA DE EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 22, DE 1981-CN, QUE “ALTERA AS LEIS Nºs 3.807, DE 26 DE AGOSTO DE 1960, E 6.205, DE 29 DE ABRIL DE 1975, FIXA NOVO LIMITE MÁXIMO DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, REALIZADA NO DIA 23 DE SETEMBRO DE 1981, ÀS DEZESSEIS HORAS E TRINTA MINUTOS, INTEGRA DOS APANHAMENTOS TAQUIGRÁFICOS COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, DEPUTADO AMADEU GEARS.**

O SR. PRESIDENTE (Amadeu Gears) — Declaro aberta esta reunião.

Dois assuntos ficaram para uma solução nesta data. O primeiro deles é uma resposta à questão de ordem formulada pelo ilustre Deputado Délio dos Santos, levantando dúvidas acerca da leitura da mensagem na Sessão do Congresso Nacional.

Esta Presidência entendeu de oficiar ao Presidente do Congresso Nacional, para que fornecesse as informações indispensáveis à resposta a questão de ordem.

Leio o Ofício n.º 118.

É lido o seguinte ofício

CN/118/81

21 de setembro de 1981

A sua Excelência o Senhor Deputado Amadeu Gears, Presidente da Comissão Mista incumbida do estudo do Projeto de Lei n.º 22/81 — CN

Senhor Presidente

Em atendimento ao solicitado por V. Ex.ª, através do ofício n.º 48/81/SCM, de 18 do corrente mês, cabe-me responder afirmativamente a ambas as perguntas formuladas.

A Mensagem n.º 85, de 1981-CN, foi, realmente, lida na sessão conjunta, realizada às 10:30 horas do dia 17 do corrente, e esta Presidência, em atendimento ao requerido pelo nobre Deputado Odacir Klein, Líder do PMDB na Câmara, determinou providências no sentido de lhe ser entregue fita gravada da referida sessão. Na oportunidade, reitero a V. Ex.ª protestos de estima e consideração.

Jarbas Passarinho  
Presidente do Senado Federal

Desta forma, fica praticamente respondida a questão de ordem do Deputado Délio dos Santos.

O SR. DÉLIO DOS SANTOS — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amadeu Gears) — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

O SR. DÉLIO DOS SANTOS — Quando levantei a questão de ordem, não foi para pôr em dúvida a palavra do Presidente do Congresso Nacional. Mas, de fato, a gravação com a palavra do Senador deixa dúvida, porque, até certo ponto, sentimos que a leitura não se processou em termos regimentais.

Mas também considerando que, em termos regimentais, nada mais resta a fazer e o nosso objetivo exatamente não é obstruir os trabalhos da Comissão Mista e sim permitir que ela tenha o seu andamento normal, aceito a decisão de V. Ex.<sup>a</sup>, o que me faz lembrar, também, ao aceitar, de uma frase expressa por um ilustre Juiz, no antigo Estado da Guanabara, que, após prolatar uma sentença de que estava convencido de que estava de acordo com as provas dos autos, viu, mais adiante, a mesma ser reformada pelo Tribunal de Justiça, disse "Não de acordo, mas cumpra-se o venerando acórdão."

Então agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> as providências que foram tomadas na questão de ordem suscitada por mim e dizendo, cumpra-se o Regimento Interno, prossiga-se com os trabalhos.

Muito grato. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Amadeu Gears) — O segundo item diz respeito ao requerimento do Senador Humberto Lucena, nos seguintes termos:

É lido o seguinte Requerimento:

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex.<sup>a</sup>, ouvida a Comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em dia e hora a serem previamente marcados, os Srs. ministros da Previdência Social, do Planejamento e da Desburocratização, para debaterem com os seus membros os vários aspectos da proposição governamental.

Sala da Comissão Mista, 18 de maio de 1981. — Senador Humberto Lucena.

Está, portanto, em discussão o requerimento do Senador Humberto Lucena.

O SR. JOSÉ LINS — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amadeu Gears) — Pois não.

O SR. JOSÉ LINS — Eu gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> explicitasse se o requerimento do Senador Humberto Lucena é um só se referindo a três ministros.

O SR. PRESIDENTE (Amadeu Gears) — Um só, Sr. Senador, apenas um documento, no qual solicita a presença dos três ministros.

O SR. JOSÉ LINS — Eu Perguntaria a V. Ex.<sup>a</sup> da possibilidade de votarmos, em separado, quanto aos ministros.

O SR. PRESIDENTE (Amadeu Gears) — A Presidência não vê condições, Sr. Senador. Então, dê-se um destaque no requerimento que é um do Senador Humberto Lucena, porque não teríamos regimentalmente como proceder a esta forma que V. Ex.<sup>a</sup> propõe.

De qualquer maneira, lamentando, inclusive, a ausência do Senador Humberto Lucena, que, talvez, aqui presente pudesse ter um entendimento diferente desse da Presidência.

Quero, da forma mais democrática possível, colocar a questão à apreciação do Plenário. Trata-se de um caso omissivo e, então, deixo à consideração do Plenário a possibilidade de ter o destaque.

O SR. JOSÉ LINS — Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amadeu Gears) — Pois não.

O SR. JOSÉ LINS — Eu faria uma proposta a V. Ex.<sup>a</sup>, se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, em respeito à ausência do Senador Humberto Lucena que, certamente, gostaria de defender o seu requerimento, proponho a Mesa que, num requerimento à parte, que seria apresentado no momento, nós votássemos o convite ao Ministro da Previdência e deixássemos o requerimento do Senador Humberto Lucena, para ser votado, com a sua presença, em outra oportunidade.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amadeu Gears) — Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA — Sr. Presidente, eu poderia contra-argumentar o nobre Senador José Lins, dizendo primeiro,

que o Senador Humberto Lucena disse, na reunião de abertura desta Comissão, que havia um entendimento no Senado, numa comissão onde foi discutido o assunto, que não chamariam os três ministros ao Senado, não convidariam os três ministros, porque estaria em vias de acontecer a instalação desta Comissão e que melhor seria ouvi-los na Comissão.

Ora, S. Ex.<sup>a</sup> foi contestado, na ocasião, pelo Senador Aloysio Chaves que não havia um acordo, havia um entendimento, entendimento de cavalheiros, e está aqui o nobre Senador Humberto Lucena para defender o seu ponto de vista.

Agora, temos que entender uma coisa: que o problema da Previdência Social não ficou adestrado ao Ministro Jair Soares. Ele foi trabalhado pelo Executivo, através de três ministros, que são os três citados no requerimento. Então, se foram os três que apresentaram cada um o seu ponto de vista, claro está que o Ministro Jair Soares pode responder por uma parcela deste projeto.

E eu concordaria, com muito gosto, com o nobre Senador José Lins, se a Bancada do PDS assumisse um compromisso: de votar o projeto e as emendas em função do entendimento do Ministro Jair Soares. Se a Bancada do PDS acompanhasse esse Ministro que ela quer destacar para trazer a esta Casa, se o que S. Ex.<sup>a</sup> aqui dissesse, o que aqui defendesse, fosse acompanhado pelo PDS.

Porque eu conheço a posição do Ministro Jair Soares. E a posição de S. Ex.<sup>a</sup>, é contra esse projeto. Foi assim que S. Ex.<sup>a</sup> se pronunciou, na Comissão de Saúde, quando convocado, há poucos dias, pela Câmara dos Deputados.

Então, nós vamos ouvir um Ministro, cujo ponto de vista é quase que diametralmente oposto ao projeto. Isto não vai nos ajudar, não vai ajudar a bancada de V. Ex.<sup>a</sup> a nos convencer a aprovar o projeto.

É preciso que venha um ministro, cuja posição é contrária a do Ministro Jair Soares, para que nos convença de que a mensagem tem, realmente, embasamento em dados positivos e que é o caminho da saída para a Previdência Social.

Aí, na mensagem, há muita coisa que nós haveremos de ver, durante o transcorrer dos trabalhos desta Comissão, nós vamos verificar uma série e, eu diria até, de incoerências.

E para citar, só en passant, com a qual concordou o próprio Ministro Jair Soares, na hora em que se aumenta o limite do desconto de 15 para 20 salários, resolve-se o problema de hoje, mas começa-se a aposentar sobre 20 salários e aumenta a despesa de amanhã. É um simples protelar de crises, porque nenhum desses associados têm reservas técnicas, porque a Previdência Social tem um patrimônio que mal dá para dois meses de déficit.

Então, acho importante, aqui, nesta Comissão, ouvir os três ministros. Por isso gostaria que a bancada do Governo, até para ter argumentos, na hora de discutirmos o parecer e o relatório, na hora de nos posicionarmos, que trouxesse aqui os ministros que determinaram quase que o rumo dessa mensagem.

Então, não vejo porque o Ministro Delfim Netto não deva estar presente a esta Comissão. S. Ex.<sup>a</sup> foi, na realidade, o grande mentor dessa mensagem.

Por este motivo, acho que é preciso que se defina, até para que não fique nos ombros dos três ministros, se coloque nos ombros daquele responsável por isso que aí está proposto. Assim, vamos saber disso, na hora em que estiverem os ministros aqui. Afinal de contas, S. Ex.<sup>as</sup> precisam entender que estão num pedestal não tão alto, que não possam vir ao Congresso Nacional.

Acho que esta Casa, que é a Casa do povo, tem condições e merece o respeito de todos os Ministros de Estado. Não entendo porque o PDS procura livrar o Ministro Delfim Netto de uma explicação que S. Ex.<sup>a</sup> deve a este País, que deve a todos os trabalhadores do Brasil, por isso que está propondo e que nos veio por intermédio da Presidência da República.

Por isso sou contrário, Sr. Presidente. Acho que houve um entendimento de cavalheiros e até estranho que venha exatamente de um Senador, porque foi um entendimento de cavalheiros dentro do Senado Federal.

Era o meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Amadeu Gears) — Antes de conceder a palavra ao nobre Senador José Lins, a Mesa faz uma comunicação:

Tivemos informações, agora, que o Senador Humberto Lucena está impossibilitado de comparecer ao Congresso Nacional até a próxima segunda-feira. Avulta, portanto, a necessidade de uma definição desta Comissão, com referência à convocação dos Ministros, se não, perderemos a oportunidade, até, de ouvir S. Ex.<sup>as</sup>, podendo, com base nas suas posições assumidas perante esta Comissão, tomarmos uma definição em razão do parecer, que será exarado pelo ilustre Relator.

O SR. JOSÉ LINS — Sr. Presidente, creio que não há mais dúvidas, nesta Comissão, a respeito da posição das Lideranças quanto a compromissos para convocação de ministros. O Sr. Senador Aloysio Chaves, que participou dos entendimentos, já mais de uma vez, se pronunciou nesta Comissão a respeito do assunto e, certamente, se se houvesse compromisso, esse compromisso seria totalmente honrado. Mas, não há compromisso. O assunto simplesmente passou para o âmbito da Comissão e aqui deverá ser discutido, analisado e decidido. Este é o primeiro ponto.

O segundo ponto, Sr. Presidente, diz respeito à convocação dos dois ministros. Não nos parece que os ministros estejam no pedestal, nem que constitua falta de respeito à Comissão a ausência dos ministros aqui. Não se trata de qualquer dificuldade maior, porque esta Comissão não é um pelourinho. Mas, o que entendemos é que o projeto é especificamente da Previdência e que as posições pessoais do ministro, que poderão ser conhecidas da Comissão, não invalidam a análise da posição do Governo, também feita pelo Ministro da Previdência, já que hoje o projeto é do Governo, da Pasta do Ministro Jair Soares, e não um projeto particular do Ministro Jair Soares.

Mantenho, Sr. Presidente, a minha posição. Não temos nenhuma objeção a que seja votada, é claro, e nem poderíamos ter, já que a Comissão é soberana para decidir quanto a apreciação e votação do requerimento do nobre Senador Humberto Lucena. Mas, proponho, também, à Comissão, a separação, de algum modo, se houver um entendimento para a votação. A bancada do PDS seria contrária à convocação dos três ministros, mas poderia concordar com a convocação do Ministro Jair Soares, ou com o convite ao Ministro Jair Soares, para comparecer a esta Comissão, já que se trata de um projeto da sua Pasta e sobre o qual S. Ex.<sup>a</sup> está totalmente informado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Amadeu Gears) — Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardino Viana.

O SR. BERNARDINO VIANA — Eu queria apenas, depois de ter apreciado 32 emendas, que já foram apresentadas por vários companheiros do Congresso Nacional, dizer que já temos bastante material para selecionarmos algumas medidas que tornam o projeto altamente humano, sobrecarregando principalmente as pessoas que podem.

Com todas as emendas que já temos, já podemos ter uma idéia de que podemos melhorar consideravelmente o projeto.

Então, se o Ministro Jair Soares viesse aqui, se apresentássemos a S. Ex.<sup>a</sup>, na hora dos debates, todas essas medidas que já temos, acho que poderíamos aperfeiçoar o projeto, tornando-o humano e é o que queremos.

O SR. PRESIDENTE (Amadeu Gears) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Carneiro Arnaud.

O SR. CARNEIRO ARNAUD — Sr. Presidente, lamentavelmente o Sr. Senador Humberto Lucena não se encontra, nesta ocasião, para justificar o seu requerimento. Mas, temos certeza de que a sua intenção é de trazer a esta Comissão os três ministros. E cremos, assim como explanou o Deputado Epitácio Cafeteira, nós que estivemos na Comissão de Saúde da Câmara, quando o Sr. Ministro Jair Soares, em diversas ocasiões, declarou de que era o Ministro da Previdência, mas não era o Governo e que, por isso, não poderia tomar determinadas providências, não poderia agir como, às vezes, gostava de proceder, com relação a determinados fatos e acontecimentos, porque S. Ex.<sup>a</sup> era Ministro da Previdência, mas não era Governo.

Desta forma, acho que é por demais salutar e esclarecedor, para todos nós que fazemos parte desta Comissão, para analisarmos assunto de tamanha importância, de que os Srs. ministros todos compareçam e prestem os esclarecimentos que os Srs. membros, com certeza, farão na oportunidade.

É este o meu ponto de vista, com relação ao requerimento do nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. ADERBAL JUREMA — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amadeu Gears) — Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, para uma questão de ordem.

O SR. ADERBAL JUREMA (Pela ordem) — diante da discussão do problema, tenho a impressão de que já poderíamos submeter à votação, porque esta sala, como as demais, não convida à permanência de parlamentares. Isto que estamos assistindo é um atentado à saúde, por isso peço que seja votada a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Amadeu Gears) — A Presidência desta Comissão, atendendo às ponderações do nobre Senador José Lins, quando alertava para a necessidade da presença do Sr. Senador Humberto Lucena, para um debate amplo deste requerimento de convocação, havia deixado à consideração do plenário a decisão de votarmos este requerimento, pelo menos em parte, aguardan-

do a presença do ilustre Senador, para decidirmos sobre o restante da questão. Mas, o fato novo que surge é a impossibilidade de o Senador Humberto Lucena estar presente a este Congresso, até segunda-feira. E, para que este convite não seja extemporâneo, não perca a oportunidade, não temos outro caminho a não ser colocarmos em discussão e votação o requerimento como está na íntegra, portanto, fazendo o convite aos três ministros.

É o que está em discussão e votação, portanto, o requerimento do Senador Humberto Lucena.

O SR. DÉLIO DOS SANTOS — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amadeu Gears) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Délio dos Santos.

O SR. DÉLIO DOS SANTOS — Acho, pode ser que eu esteja até equivocado, que não podemos, de maneira alguma, fracionar aquilo que o ilustre Senador Humberto Lucena solicitou. Ou votamos o requerimento do mesmo, como foi feito, no seu inteiro teor, cada membro da Comissão assumindo a responsabilidade do seu voto, ou então, que surja uma outra proposta no sentido do adiamento. Mas, V. Ex.<sup>a</sup> fez uma ponderação muito justa, que é exatamente esta: são os prazos e a impossibilidade do Senador estar presente até segunda-feira.

Então, proponho que seja feita a votação. Acho que para a própria Bancada do PDS seria altamente honrosa a presença do Ministro Delfim Netto, não só pela sua cultura, sapiência, como também sabemos que, dada à soma de atribuições que S. Ex.<sup>a</sup> tem no Ministério, S. Ex.<sup>a</sup> exerce, na verdade, uma função até de "premier" do próprio Ministério, tendo em vista a legislação abundante e a prática que existe em relação à Secretaria Geral do Planejamento.

Então, acho que, para todos nós, a presença seria altamente honrosa do Ministro Jair Soares, mas também honrosa a do Ministro Delfim Netto, como o outro Ministro, o da Desburocratização.

Então, faço um apelo, neste momento, à Bancada do PDS, para que nos permita conhecer, porque, em verdade, embora a Previdência Social seja uma matéria privativa do Ministério dirigido pelo Ministro Jair Soares, entretanto, nós sabemos, através dos diversos mecanismos que se processaram na tramitação e elaboração desta mensagem, que foi enviada aqui para o Congresso Nacional, o Ministro Delfim Netto, se não teve, vamos dizer, a palavra final, decisiva, porque, em verdade, ela coube ao Senhor Presidente da República de então, entretanto, a opinião de S. Ex.<sup>a</sup> foi fundamental. E nós gostaríamos de saber exatamente os detalhes, porque o texto frio da mensagem não revela, muitas vezes, o espírito verdadeiro da mensagem.

Então, é um apelo que eu gostaria de fazer, neste momento, à Bancada do PDS, para que esta Comissão pudesse ouvir esta figura proeminente da República, que é o Sr. Delfim Netto.

O SR. PRESIDENTE (Amadeu Gears) — A questão de ordem que V. Ex.<sup>a</sup> levanta já foi decidida pela Mesa.

Está em discussão e votação o requerimento do nobre Senador Humberto Lucena, convidando os três Ministros.

O SR. JOSÉ LINS — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amadeu Gears) — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

O SR. JOSÉ LINS — Sr. Presidente, em primeiro lugar, não creio que é uma questão de honra a mais ao Ministro Delfim Netto, ou a nós, a presença de um ou mais Ministros aqui na Comissão. Em segundo lugar, não podemos, de qualquer forma, desdobrar. Se não podemos desdobrar para um Ministro, também não poderíamos desdobrar para dois.

Então, a declaração de voto que faço, neste momento, é que nós votaremos contra o requerimento, mas não votaríamos contra um segundo requerimento que fosse apresentado, no caso da convocação do Ministro Jair Soares.

Era só o que eu gostaria de informar.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA — Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Amadeu Gears) — Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA — Sr. Presidente, informado pelo nobre Senador José Lins que a Bancada do PDS vai votar contra o requerimento, que, posteriormente, até não se antecipa por convidar o Ministro Jair Soares, mas se compromete a, se alguém requerer a presença do Ministro Jair Soares, a bancada votará a favor.

Quero dizer, deixar claro o meu voto, mas votarei pelo requerimento. Mas, aceitarei um convite ao Ministro Jair Soares, se o compromisso do PDS não se restringir a trazer o Ministro Jair Soares a esta Casa. Mas, que ele vá mais além, que o PDS se comprometa a prestigiar a esse Ministro que está desejoso de ouvir.

Então, dizia o seguinte, que o PDS concorda em que, se alguém apresentar um requerimento, convidando o Ministro Jair Soares,

o PDS vota a favor. Não o convida. Bem entendido, não faz o requerimento convidando. Se alguém convidar, o PDS concorda com a vinda.

Agora, entendo que o Governo deveria de ser uma coisa ou outra. E o Ministro do Governo deveria, na hora em que é S. Ex.<sup>a</sup> o único possível de ser ouvido, que S. Ex.<sup>a</sup> aqui dissesse, os pontos de vista que aqui externasse fossem acatados pelo PDS.

Veja V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que eu até concordaria, embora sendo um parlamentar da Oposição, eu acompanho o Ministro Jair Soares e assumo até o compromisso de acompanhar o pensamento do Ministro Jair Soares, se S. Ex.<sup>a</sup> vier aqui. Agora, o que me causa surpresa é que o PDS não possa apoiar, previamente, o Ministro Jair Soares. Se fosse um Ministro do meu Partido, eu o apoiaria de olhos fechados. Mesmo sendo um Ministro do partido de V. Ex.<sup>a</sup>, ainda assumo o compromisso de apoiar o ponto de vista de S. Ex.<sup>a</sup> O que entendo é que não se deva trazer só um Ministro e o que S. Ex.<sup>a</sup> aqui disser for posto na cesta do lixo ou no esquecimento, como se aqui S. Ex.<sup>a</sup> não tivesse vindo. Esse é o meu ponto de vista. Voto pelo requerimento, porque eu gostaria que, não só esta Comissão, mas até a Nação, soubesse quais são os Ministros, entre os três, que defendem aqueles pontos de vista constantes da mensagem, porque não há um pensamento dos três em torno desse ponto. Talvez, cada ponto esteja defendido por um dos três Ministros que queremos ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Amadeu Gears) — Não havendo mais quem queira encaminhar a votação, passa-se à votação.

Os Srs. Congressistas que estiverem favoráveis ao requerimento permaneçam sentados. (Pausa.)

Está rejeitado o requerimento do Senador Humberto Lucena.

Está esgotada a pauta e, portanto, encerrada a presente reunião, estendendo esta Presidência de marcar outra para a próxima sexta-feira, às 10 horas, em função da iminência de um novo requerimento a ser apresentado pela convocação do Sr. Ministro Jair Soares.

O SR. DÉLIO DOS SANTOS — Antes de V. Ex.<sup>a</sup> encerrar a reunião, não entendi bem, e talvez seja um problema até de audição ou de gravação, parece-me que um Senador havia dito que apresentaria hoje o requerimento no sentido da convocação. Então, apresento nesses termos. Mas eu acho o seguinte, se de fato...

O SR. JOSÉ LINS — V. Ex.<sup>a</sup> me permite?

O SR. DÉLIO DOS SANTOS — Pois não.

O SR. JOSÉ LINS — Eu fui muito claro. Votamos contra o requerimento do Senador Humberto Lucena. Mas, outro requerimento nós analisaríamos, em outros termos, se fosse, por exemplo, convocando o Ministro Jair Soares.

O SR. DÉLIO DOS SANTOS — Mas, Sr. Presidente, eu achava que se o pensamento da Bancada do PDS trazer a esta Comissão o ilustre Ministro da Previdência Social, eu acho que o requerimento, nesse sentido, poderia ser formulado. Até, é uma questão de economia, porque eu não pedi, de forma alguma (inaudível). E ficou bem claro aqui, pela palavra do ilustre Senador, que é pensamento do PDS trazer o Ministro Jair Soares a esta Casa.

Então, eu indagaria a V. Ex.<sup>a</sup>, talvez não haja nem termos regimentais como indagar ao ilustre Senador, da possibilidade do requerimento ser feito hoje, para que, de fato, V. Ex.<sup>a</sup>, deferido o requerimento, se for o caso, V. Ex.<sup>a</sup> tomar as medidas de praxe no sentido da convocação.

Então, acho que nós estaríamos dando um grande passo, no sentido de apressarmos os trabalhos desta Comissão, e facilitar também os estudos e os trabalhos do ilustre Sr. Relator. Eu gostaria que fosse discutido isso, pois acho de grande importância para todos nós.

O SR. JOSÉ LINS — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. DÉLIO DOS SANTOS — Pois não.

O SR. JOSÉ LINS — Eu creio que a coisa já está bastante clara. Nós não vamos apresentar nenhum requerimento; nós não prometemos apresentar requerimento. Para nós, o assunto morreu. A não ser que matéria nova surja...

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA — Sr. Presidente, eu peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Amadeu Gears) — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA — Eu apresento requerimento, convidando o Ministro Jair Soares para que conheçamos o seu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Amadeu Gears) — A Presidência recebe requerimento oral, de V. Ex.<sup>a</sup>, convidando o Ministro Jair Soares para comparecer perante esta Comissão. Temos condições, ainda, nesta reunião, uma vez que não a declarei encerrada, de apreciar o requerimento oral formulado. É o que faço neste instante.

Está em discussão e votação o requerimento oral do nobre Deputado Epitácio Cafeteira, convidando o Ministro Jair Soares para depor perante esta Comissão.

O SR. JOSÉ LINS — Peço a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amadeu Gears) — Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Senador José Lins.

O SR. JOSÉ LINS — Nós votamos favoravelmente ao requerimento e pedimos para que V. Ex.<sup>a</sup> e o nobre Relator façam o entendimento direto com o Sr. Ministro, marcando dia e hora. Se possível, eu pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que fosse para o começo da semana. A não ser que haja necessidade urgente da Comissão de ouvir o Ministro ainda esta semana.

O SR. PRESIDENTE (Amadeu Gears) — Senador José Lins, se aprovado o requerimento, manteremos contato, ainda hoje, com S. Ex.<sup>a</sup> e definiremos o dia, provavelmente no início da próxima semana, porque acredito mesmo que, nesta semana, será impossível nós acordarmos a presença de S. Ex.<sup>a</sup> nesta Casa.

Continua ainda em discussão.

O SR. CARLOS COTTA — Só que em vez de segunda-feira, fosse terça ou quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Amadeu Gears) — Nós acertaremos, com o Ministro, e comunicaremos aos membros da Comissão.

Em votação.

Os Srs. Congressistas que forem a favor do requerimento permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às .... horas e .... minutos.)

#### COMISSÃO MISTA

Do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n.º 22, de 1981, que "altera o item III e a letra "b" do § 1.º do artigo 26 da Constituição Federal".

#### 4.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 1981

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de mil novecentos e oitenta e um, às dezessete horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Aloysio Chaves, Henrique Santillo, Mauro Benevides e Deputados Adhemar de Góis, Christovam Chiaradia, Osvaldo Melo, Vicente Guabiroba, Marcelo Cordeiro, Jerônimo Santana e Jorge Ferraz, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n.º 22, de 1981, que "altera o item III e a letra "b" do § 1.º do artigo 26 da Constituição Federal".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Almir Pinto, Milton Cabral, Lenor Vargas, Lomanto Júnior, Passos Pôrto, Roberto Saturnino, Afonso Camargo, José Fragelli e Deputados Adolpho Franco, Delson Scarano, Fernando Cunha e Osvaldo Lima.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Senador Mauro Benevides, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Senhor Presidente esclarece que a finalidade da reunião é ouvir os conferencistas convidados pela Comissão, através de requerimentos aprovados na reunião do dia 10 de junho passado, relacionando-os, de acordo com a ordem seguinte, estabelecida para as palestras: Doutor Arilo Holanda, Presidente da Comissão de Minas, em organização no Estado do Ceará; Doutor Manoel Alcides Rocha, representante da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM), no Estado do Ceará; Doutor Márcio Garcia Vilela, Secretário da Fazenda do Estado de Minas Gerais; Doutor Fernando Fagundes Neto, Secretário de Ciências e Tecnologia de Minas Gerais e Doutor José Carlos Boanova, Presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Mineração — (ABEMIN).

Em seguida, fazem uso da palavra os Senhores Arilo Holanda e Manoel Alcides Rocha.

Retomando a palavra, o Senhor Presidente comunica haver chegado ao fim a pauta de expositores, um vez que os Senhores Márcio Garcia Vilela e Fernando Fagundes Neto, respectivamente, Secretários da Fazenda e de Ciências e Tecnologia do Estado de Minas Gerais, não se fizeram presentes e que o Senhor José Carlos Boanova, Presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Mineração (ABEMIN), embora presente, ter preferido fazer parte dos debates que seguirão às palestras.



Dando continuidade aos trabalhos da Comissão, o Senhor Presidente, concede a palavra obedecendo a ordem de inscrição estabelecida para os debates, aos Senhores Senador Murilo Badaró, primeiro signatário da Proposta em debate, José Carlos Boanova e Deputados Oswaldo Melo, Jorge Ferraz, Marcelo Cordeiro e Adhemar Ghisl.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Frederic Pinheiro Barreira, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação, juntamente com os apanhamentos taquigráficos dos trabalhos da Comissão.

**ANEXO A ATA DA 4ª REUNIÃO, DA COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL, INCUMBIDA DE EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 1981, QUE "ALTERA O ITEM III E A LETRA "B" DO § 1º DO ARTIGO 26 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 1981, ÀS DEZESSEIS HORAS, INTEGRAL DOS APANHAMENTOS TAQUIGRÁFICOS, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, SENADOR MAURO BENEVIDES.**

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Srs. Congressistas:

Desde, ontem, nesta Comissão Mista incumbida de apreciar a Proposta de Emenda Constitucional, de que é primeiro signatário, no Senado, o nobre Senador Murilo Badaró, houve expositores e técnicos a respeito dessa iniciativa do representante de Minas Gerais. Durante a tarde de ontem, foram sete os expositores que se fizeram ouvir por esta Comissão Mista.

Hoje, a nossa pauta, anteriormente elaborada, prevê o comparecimento de quatro expositores, que foram formalmente convocados pela Presidência da Comissão, no caso o Dr. Márcio Garcia Villela, Secretário da Fazenda do Estado de Minas Gerais; o Dr. Fernando Fagundes Neto, Secretário de Ciências e Tecnologia do Estado de Minas Gerais; o Dr. Arylo Holanda, Presidente da Comissão de Minas, em organização no Estado do Ceará e o Geólogo Manoel Alcides Rocha, Representante da CPRM no Estado do Ceará.

São estes, portanto, os expositores que, durante a tarde de hoje, se farão ouvir nesta Comissão.

Ocorre que os dois primeiros Secretários de Estado, de Minas Gerais, não compareceram até o presente momento. Em razão disso, e para dar continuidade aos nossos trabalhos, convidaria o Professor Arylo Holanda, Presidente da recém-criada Comissão de Minas, no Estado do Ceará.

S. S.<sup>a</sup> é um estudioso desses problemas e é um homem de destacada atuação no Magistério Superior, Professor que é da Universidade Federal do Ceará.

Portanto, convido o Dr. Arylo Holanda a tomar assento à direita da Presidência.

Com a palavra o Dr. Arylo Holanda.

O SR. ARYLO HOLANDA — Nobre Senador Mauro Benevides, a quem neste momento rendo as minhas homenagens como cearense, conterrâneo e cidadão, pela maneira séria e competente com que se distingue em todas as delegações que lhe são conferidas; Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de empresas vinculadas ao setor de minerais, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Os impostos, especialmente aqueles de competência da União Federal, podem sofrer, ao longo do tempo, ajustamentos e adaptações, no intuito de melhor se adequar à realidade.

Essa realidade pode ser visualizada tanto sob o enfoque de suas fontes geradoras como, e sobretudo, sob a perspectiva de sua aplicação, dentro de critérios ditados por circunstâncias diferenciadas.

Essa flexibilidade não seria novidade por parte da elaboração e uso dos recursos oriundos da arrecadação dos impostos, eis que a atividade tributária é mero componente da administração pública, a qual, por seu turno, é caracterizada por momentos políticos bem visíveis em cada época.

Os fatos geradores dos impostos espelham, obviamente, condições típicas da economia e da administração pública, tendo em vista a elaboração de programas e prioridades, os quais evoluem em função de vetores históricos e conjunturais. Não poderão os legisladores entenderem como rígidos os fundamentos anteriormente definidos, porquanto dependem de fenômenos econômicos típicos.

No segmento de aplicação, nada mais factível do que, em dadas circunstâncias, ocorra um redirecionamento no plano de uso de recursos advindos dos impostos já que, vez por outra, têm os governantes que promover estímulos em segmentos determinados da economia. A expectativa é de que, cada vez que isso seja posto em prática o seja por critérios os mais concretos possíveis, de modo a assegurar ao produto do imposto uma orientação a mais rentável possível dentro da ótica específica que, pela sua natureza, lhe caiba como a mais relevante.

O que estamos dizendo com isso é tão-somente que não são rígidos os impostos; conseqüentemente, eles evoluem com o tempo e nada mais lógico do que uma tributação, um rateio a ser motivo de apreciação até por emenda constitucional, tentando a modificação ou a atualização dessa mecânica tributária.

### II — O caso do IUM

O imposto único sobre minerais já é, como sua denominação o indica, um tributo de origem e características bem típicas. Haja vista ao seguinte:

a) o campo de sua arrecadação é restrito a atividades muito bem caracterizadas, porquanto relaciona, exclusivamente, a transferência de matérias-primas minerais, a partir das jazidas, até os locais e/ou unidades de beneficiamento; trata-se de um fenômeno físico de extração, lavra e retirada de materiais bem determinados, perfeitamente quantificáveis, e tal tipo de tributação, por isso mesmo, é algo simples, concreto, real, palpável e de imediata e intuitiva avaliação;

b) a concretização do fato gerador tem, como conseqüência imediata o fenômeno da exaustão, o empobrecimento dos sítios de onde é retirada a matéria-prima indicada: trata-se, pois, de um fenômeno irreversível, não espelhando senão o desfazimento de reservas e riquezas potenciais, mediante sua transformação posterior;

c) o IUM, por isso, encerra aspectos da mais alta relevância, tanto sob o ponto de vista estratégico quanto sob o aspecto de que a lavra e beneficiamento de minérios redundará, caso se não apercebam disso os legisladores, em acelerada erosão de recursos potencialmente valiosíssimos, convertidos, pelo beneficiamento, em riquezas transitórias, monetizáveis;

d) a gravidade do fenômeno acima apresentado engendraria toda uma doutrina sobre a melhor forma de recompor, a nível de comunidade, de Estado ou de Município, as riquezas naturais exauridas, através de uma reorientação na aplicação dos recursos decorrentes da arrecadação do IUM, formando um todo de programas e projetos aptos, pelo correto uso, a gerarem riquezas, inclusive de cunho social, substitutivas à altura, do potencial convertido em bens eventualmente passageiros.

O Decreto-lei n.º 1.038, de 21-10-69, estabeleceu um sistema completo de normas sobre o IUM. Destacamos estes itens:

a) definiu-o como imposto único, com a exclusão dos demais encargos fiscais, dentro do limite estrito da competência e abrangência do IUM;

b) deixou bem claros os fundamentos e amplitude do seu correspondente fato gerador;

c) estabeleceu mecanismos de rateio da receita dele advinda, determinando estes critérios:

— 10% — à União Federal

— 70% — ao Estado e/ou Território onde haja ocorrido a extração do minério;

— 20% — aos Municípios, onde houver ocorrido a mineração.

Ressalvada a criação do Fundo Nacional de Mineração e de outros mecanismos de pesquisa e administração do setor mineralógico do País, o mencionado Decreto-lei n.º 1.038 fixou procedimentos relativos à aplicação de recursos do rateio do IUM ao nível de Estados e Municípios, a saber:

a) Os Estados investirão tais recursos em programas de investimentos que, direta ou indiretamente, interessem à mineração.

E aqui frisamos o termo indiretamente, porque vamos nos referir a isso.

b) Os Municípios, Territórios e Distrito Federal, em investimentos que podem relacionar educação, saúde pública, assistência social, construção de estradas, energia elétrica, ou em setores que interessem à mineração, através de financiamentos.

A análise da situação acima configurada poderá levar-nos a algumas observações de interesse, como as que, a seguir, serão mencionadas, sempre levando em conta a evolução de necessidades e de atualização de programas prioritários que, a partir da vigência do citado Decreto-lei, parece terem ocorrido.

Em primeiro lugar, a fatia maior, deixada aos Estados, ensejou a garantia de que cada Unidade Federativa, com os recursos advindos do rateio, poderia levar à frente um programa objetivo de desenvolvimento mineral, capacitando seu setor mineiro a assumir lugar de destaque no planejamento econômico a nível estadual.

Por seu turno, os Estados vêm demonstrando nível razoável de entendimento quanto às prioridades a desenvolver nesta ordem de idéias, de sorte a promoverem, de forma orgânica e sistemática, a implantação de organismos aptos, por sua natureza, a oferecerem suporte adequado ao esforço pelo desenvolvimento do setor.

Vale ressaltar que a palavra "indiretamente", inserida no texto do Decreto, pode gerar distorções em suas aplicações e, em casos extremos, disvirtuá-los completamente. Seria de todo conveniente sua eliminação.

A aplicação pelos Estados deveria ser de origem direta e não esse termo "indireto".

Sabemos que no princípio de vasos comunicantes, ou sistema econômico, esse indireto tudo comporta e isso leva à distorção.

No segundo plano, a competência do município de 20%, que não está vinculada por nenhum diploma legal ao setor de mineração. Inexiste uma determinação que oriente essa aplicação às obras ou às inversões que mais de perto digam respeito ao setor de mineração. Mas não achamos, na nossa opinião, isso mal, porque o próprio Município brasileiro, extremamente carente de recursos, os tem aplicado de acordo com a norma legal em obras de educação, saúde e assistência. Se ao Estado os seus 70% ele aplica diretamente ao setor, não achamos nada, não vemos nenhum óbice que a quota dos 20% do Município possa ser aplicado em obras de assistência social de interesse comunitário.

Quando pagos, tais recursos se inserem no orçamento global do município, sem que se atenda à exigência da aplicação restrita.

E, agora, a Emenda Constitucional do nobre Senador Murilo Badaro apresenta uma alteração substancial e profunda no que diz respeito à distribuição das quotas. Sugere que 40% fique com os Estados. É uma redução substancial; reduzir de 70% para 40% é reduzir mais de 40%; que se eleve dos municípios de 20% para 40%; e que os 20% sejam recambiados para o Fundo Nacional de Exaustão. O achatamento da destinação de recursos aos Estados põe a nu, a nosso ver, um aspecto indesejável da emenda: a de enfraquecer o suporte financeiro dos Estados, especialmente os do Nordeste, diminuindo as possibilidades de eles realizarem programas mais intensivos e amplos de estímulo à produção mineral. Recorde-se que, para alguns dos Estados da Região Nordeste, cujas finanças se exercitam em níveis extremamente críticos, essa redução é muito comprometedor sob este aspecto. Os Estados, com certa flexibilidade de recursos, poderiam exercer papel mais dinâmico nesse tocante, cumprindo-se fixar e administrar programas e projetos de grandes prioridades em áreas mineiras de seus respectivos territórios. Nessa transição de uma economia predominantemente agrária para a diversificação industrial ou mineralógica, não se afiguraria oportuno fossem diminuídos os recursos de que poderiam dispor para a reorganização e dinamização do setor mineiro, excelente absorvedor de mão-de-obra egressa de uma agricultura insubstancial e de baixíssima produtividade. Assim fragmentados, tais recursos terminariam por inviabilizar, a nível de Estado, o programa básico de estímulo, sob as mais variadas formas, ao setor mineiro, tanto sob a modalidade de estímulo à pesquisa, as prospecções, de financiamento às pequenas e médias empresas, de origem local, etc.

Essa redução de 70% para 40% nos parece bastante danosa ao próprio setor mineiro. Haja vista que os nossos números de mineração são números muito baixos ainda muito embora dos anos 1975 aos anos 1979, a preço constante, a nossa produção mineral cresceu de 16 milhões a 23 bilhões de cruzeiros. Isso significa passar de um índice 100 para o índice 141. E se isto se faz em cinco anos, é quase um crescimento de 10% ao ano. É aquele crescimento que recebe o apelido de milagre, milagre brasileiro, quando crescemos a 10%. Seria um milagre mineral, crescendo realmente de 10% de 1975/79.

Mas crescemos de uma base tão baixa que tudo isso ainda significa um produto mineral apenas 1,9% do produto nacional. Crescemos de uma base tão baixa que todo o setor mineral é responsável apenas por 1,6% de emprego, em termos de população economicamente ativa. E se nós nos compararmos com outros países, vamos ver que a posição do Brasil deixa muito a desejar.

O BIT nos mostra que a Argentina, Peru e Venezuela estão muito acima de nós.

Nossa produção, em termos de quilômetros quadrado só é superior, em termos de América Latina, ao Paraguai e ao Uruguai, e a nossa produção per capita só é superior à Colômbia, Paraguai e Uruguai. E nós dependemos 70% da nossa produção que está afeta, para ser mais preciso 67,4% a quatro produtos: gás natural minério

de ferro, pedras britadas e calcário. E 90% do produto mineral diz respeito apenas a trinta empresas nacionais e multinacionais.

Esses números, meus Srs. são tirados do Modelo Mineral Brasileiro, do Ministério das Minas e Energia, publicação de março de 1981. Isso mostra que, mesmo crescendo a 10% nos últimos 4 anos, nosso nível ainda está muito baixo. E se nós tirarmos a fonte de recursos que é o IUM do Estado, nós iremos agravar esse problema. Por esse motivo é que achamos nós que a Emenda apresentada pelo Senador não atende à realidade da economia mineral brasileira.

Em síntese, expressamos o nosso pensamento da seguinte maneira:

Primeiro — A Emenda como proposta, data venia, não atende aos interesses maiores do setor mineral da economia brasileira, do Estado e da própria municipalidade. Deve-se manter o status quo em termos de rateio do IUM.

Segundo — A criação do Fundo de exaustão parece-nos medida economicamente justa e inadiável, sendo o mecanismo adequado para compensar as comunidades municipais das externalidades negativas decorrente da exploração e exaustão de suas riquezas minerais.

Claro que explorar uma atividade mineira no município representa uma externalidade negativa, isso representa uma agressão ao meio-ambiente, isso representa um dano à comunidade e como tal ela deve ser recompensada por isso. Então, achamos que deve haver realmente, o Fundo de Exaustão.

E nos permitimos — só para concluir, Sr. Senador, como balizamento para sua operacionalidade — sugerir três medidas:

a) que esse fundo venha a ser constituído de uma taxa específica de faturamento de cada empresa mineral;

b) que essa taxa seja flexível, em função da agressão que a empresa apresente ao ramo. Uma exploração de subsolo agride menos do que uma exploração a céu aberto. Então, que seja 1% a céu aberto e 0,5% em subsolo.

c) que seja dada uma flexibilidade de sua aplicação a nível municipal, de modo a atender às características regionais.

Sr. Presidente, apenas para concluir, uma das coisas que muito se comete neste País, é tratar um país tão diferenciado de modo uniforme. E me permite apenas citar Lacordaire, quando diz que a suprema regra da igualdade é tratar igualmente aos iguais e desigualmente aos desiguais e na exata medida em que se desigualem.

Então, não podemos ter um tratamento uniforme para municípios e para regiões tão profundamente diferenciadas.

Srs. Senadores e Srs. Deputados, eram essas as minhas considerações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Vamos ter o prazer de ouvir agora mais um dos expositores, no caso, o Geólogo, Dr. Manoel Alcides Rocha, que representa o CPRM, no Estado do Ceará.

O SR. MANOEL ALCIDES ROCHA — Sr. Presidente, nobre Senador Mauro Benevides, Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais, Presidente das Companhias Estaduais de Mineração, caro Presidente da Coordenação Nacional dos Geólogos, prezados companheiros: cumpre-nos agradecer ao Exm.<sup>o</sup> Sr. Senador Mauro Benevides, Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional, por nos ter distinguido de tão honroso convite para comparecer a esta Comissão, a fim de externar a nossa posição face à matéria em exame e questionada, e fazendo uma retificação, não como empregado da CPRM, mas como um profissional do setor mineral.

Por um dever profissional, temos que aproveitar tão rara oportunidade que se nos apresenta, permita-nos antes de declarar o nosso pensamento em relação à Emenda do nobre Senador Murilo Badaró, expressarmos alguns pontos, considerados de vital importância ao desenvolvimento mineral brasileiro.

Por isso não iremos detalhar algumas facetas, mas nos prenderemos a uma visão panorâmica daqueles pontos de estrangulamento que entram a mineração brasileira.

Imbuído do mais patriótico e cristalino sentimento, e na certeza, que reside no Congresso Nacional ponderável parcela de responsabilidade na condução da economia do País, foi que aqui vimos prestar a nossa colaboração.

Nossa palavra deva merecer, por parte desta Comissão, a melhor acolhida, porque é proferida por um profissional que milita na atividade mineral, exerce cargo em empresa estatal de pesquisa mineral, conhece a problemática setorial e, sobretudo, acredita que para soerguer a curto, médio e longo prazos, a economia nacional, a mais plausível saída, será indubitavelmente — a mineração.

Os países desenvolvidos atingiram o estágio que hoje se encontram porque souberam avaliar a importância dos seus recursos minerais. Não será por uma causalidade ou acaso, que as nossas riquezas minerais serão descobertas, mas, somente pelas pesquisas geológicas desenvolvidas pelos órgãos do setor: CPRM, Empresas Estatais e de Mineração.

Já dizia um minerador do Rio Grande do Norte: "O Brasil que já tem idade para ser um País do presente, será pelo menos um País de futuro próximo. E o que fazer no presente para que o futuro se avizinha? "Primeiro, criar uma mentalidade mineira entre os nossos dirigentes, de modo a convencê-los que a atividade mineral, em face da abundância dos nossos subsolos, e acelerada escassez de minérios essenciais nos países que governam o mundo, é interesse absolutamente prioritário. Segundo, destinar amplos recursos para a pesquisa e lavra, de substâncias minerais que careçamos, e de fácil penetração no exterior, para ajudar nossa balança de pagamento.

O formidável potencial dos nossos recursos minerais, patrimônio alienável da Nação brasileira, dos quais a província de Carajás, com seus números estonteantes, é uma amostra significativa, que levou o próprio Presidente João Figueiredo, a professar que será aquela importante província mineral — a redenção do nosso País.

A excessiva e paradoxal dependência do Brasil de insumos minerais é inexplicável, ou tem sua explicação, pela falta de adoção de medidas, em prol de incremento da produção mineral.

A mineração assume, portanto, extraordinário relevo como solução a médio e grande prazos, por atender à dramática dificuldade do País e principalmente do Norte e Nordeste. Mais do que a gricultura será a mineração, talvez, o mais importante instrumento de que poderá dispor o Governo central, para corrigir as disparidades regionais. E, com certeza, terminar com a eterna dependência da ajuda caridosa dos governantes, dos ricos e generosos irmãos do sul do País. Só a mineração, será capaz de mudar a imagem do Nordeste flagelado.

Esperamos, portanto, que nesta Casa, se ajuntem às vozes, do Senador Henrique Santillo, dos Deputados Marcelo Cordeiro e Jorge Ferraz, aqueles brasileiros, para que juntos possamos buscar uma ação firme e ordenada, no sentido de tornar o setor mineral — prioridade nacional.

As diretrizes governamentais, no campo específico da mineração, expostas no III PND, no II Plano Decenal de Mineração e no Modelo Mineral Brasileiro, estão corretas, mas esmaecem e disfiguram-se ante a escassez de recursos, porque a mineração, não é prioridade nacional, por incrível que pareça. Em vez de receber aportes financeiros, sofre rudes golpes de verbas, deixando os órgãos do Setor Mineral, no caso a CPRM, DNPM, e as empresas de mineração e a comunidade geológica, em grave e profunda crise, comprometendo a quebra do ciclo de geração de novas jazidas minerais, e, transformando a profissão de geólogo, ontem chamada profissão do futuro, hoje, uma preocupação nacional, caminhando para a insolvência e para o aviltamento profissional.

Por tudo isto Senhores Senadores e Deputados, a Emenda à Constituição do Sr. Senador Murilo Badaró, se teve méritos que conduziram o nobre Senador mineiro a apresentar a emenda, um mérito mais importante e proeminente já se fez concretizado: a presença, nesta Comissão, de profissionais de geologia, que aqui virão expor as dificuldades do setor mineral, por certo, daqui para a frente a bandeira da mineração brasileira hasteada a meia altura passará a ser uma bandeira da Comissão de Minas e Energia do Senado e da Câmara Federal, na busca de uma urgente saída para a mineração brasileira.

Srs. Senadores e Deputados, os indicadores econômicos usados para dimensionar o Setor Mineral, expressam uma verdade parcial, quando demonstram que a participação do setor mineral no PIB é pequena e daí o tratamento não prioritário, porque esquecem os economistas dos efeitos multiplicadores dos bens minerais, na geração de outros tributos, no seu poder germinativo. Se tivéssemos tempo disponível para analisarmos os efeitos multiplicadores dos produtos minerais, do pólo petroquímico da Bahia, do Projeto Carajás, do Complexo Industrial Sergipano, V. Ex.<sup>as</sup> pasariam ante a modificação estrutural da economia daquelas áreas.

Concluindo este preâmbulo, gostaríamos de citar o jornalista Joelmir Beting, do jornal O Globo, quando ao comentar o livro, "Tempo de Mudar" do empresário Severo Gomes, assim se expressou: "A produção mineral se constitui ao lado da agricultura, o setor mais estratégico de qualquer economia".

#### Emenda Murilo Badaró

Passando à análise da Emenda à Constituição apresentada pelo Senador Murilo Badaró, chegamos à conclusão, no que pese o respeito que devemos tributar ao eminente Senador, ela é extemporânea, e ostensiva. Porque, a proposta da modificação do ratelo no IUM, vem provocar a falência do Sistema Estadual de

Mineração, será danosa à continuidade do conhecimento do subsolo brasileiro e provocará a demissão de geólogos das empresas de mineração, que ficarão impotentes para levar avante a consecução de suas atividades. Fere a essência de uma categoria de profissionais, verdadeiros bandeirantes das Minas Gerais, que constroem o alicerce mineral do edifício econômico de nossa Pátria.

O Dr. Mário Moacir Porto, Presidente da Mineração Tomaz Salustiano S.A., em palestra proferida no fórum de abertura do Curso Internacional sobre Economia Mineral aplicada aos países em desenvolvimento, realizado em João Pessoa, em setembro de 1980, disse:

"Não sabemos ainda o que temos em minério, dada a vastidão continental do nosso território, mas o minério que já temos, é bastante para alforriar o País, e particularmente o Nordeste, de uma herança secular de penúria. Pesa sobre os governantes deste País uma imensa responsabilidade, qual seja a de não subtrair, por incompetência ou levandade, o legítimo usufruto das suas riquezas. É este o grande e histórico desafio. Como dizia José Américo, há uma desgraça maior do que morrer de fome no deserto, e não ter o que comer na terra de Canaã. Confiamos que os brasileiros de todos os quadrantes, notadamente os moços desta hora undécima, lutem hoje, agora, pela preservação do nosso patrimônio mineral, do qual Carajás não traduz a extensão de sua potencialidade, mas apenas significativa amostra de sua riqueza previsível. Lutem, agora, repetimos pois, os frutos do futuro são uma consequência da indecisão do presente."

Em conclusão podemos enfatizar: A Emenda do Senador Murilo Badaró não atende aos interesses do setor mineral brasileiro, estruturado na sua grande parte, pelas Companhias Estaduais de Mineração. É prejudicial aos interesses de 99% dos municípios brasileiros, e o Fundo de Exaustão não virá resolver a questão em definitivo e será mais um casuismo setorial, além do agravante da evasão de recursos financeiros do setor mineral para outros setores, já que os municípios aplicam a quota parte do IUM em estradas, saúde, educação.

A Emenda do Senador Murilo Badaró teve o grande mérito de provocar a discussão em torno dos pontos de estrangulamentos que entravam o desenvolvimento do setor mineral. Por tudo isto, somos grato ao Senador e fazemos votos que se constitua de agora em diante numa voz em defesa de um segmento tão importante para o desenvolvimento nacional.

Que à luz das diretrizes governamentais, inseridas no II Plano Decenal de Mineração e do Modelo Mineral Brasileiro, a Comissão de Minas e Energia do Senado e da Câmara possa ajudar aos propósitos do Sr. Ministro das Minas e Energia, Senador César Cals, de colocar a mineração na plenitude de sua capacidade, para a consecução dos grandes objetivos nacionais, entre outros, o crescimento da renda, a oferta de empregos, redução das disparidades regionais, equilíbrio da balança de pagamento.

Somente com apoio do Congresso Nacional ao Ministro das Minas e Energia, para a alocação de recursos para atendimento ao setor mineral poderemos ter um horizonte promissor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Srs. Congressistas, chegamos assim aos instantes finais da pauta de expositores, uma vez que os outros dois convidados, no caso o Dr. Márcio Garcia Vilela, Secretário de Fazenda do Estado de Minas Gerais e o Dr. Fernando Fagundes Neto, Secretário de Ciência e Tecnologia do mesmo Estado, não se fizeram presentes apesar de convidados formalmente pela Presidência da Comissão Mista.

O SR. MURILO BADARÓ — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Senador Murilo Badaró.

O SR. MURILO BADARÓ — Sr. Presidente, queria pedir a V. Ex.<sup>a</sup> permissão, como autor do projeto, para uma pequena explicação.

Acho que esta Comissão merece rasgados e francos elogios pela discussão da emenda feita com a maior seriedade. Ontem, assisti parte dos debates e fiquei profundamente impressionado pelo nível por eles alcançados. E, hoje, mais duas informações importantes propiciou ao Relator condições para o estudo da emenda, face às realidades aqui expostas pelos interessados e, também, em função das partes políticas de modificar a estrutura da cobrança de Impostos Únicos Sobre Minérios no País, sobretudo o problema das alquotas porque, a rigor, distribuir o que está aí é distribuir quase nada. Em segundo lugar encontrar formas e modos de vincular os recursos do Imposto Único Sobre Minério à produção mineral do País, à pesquisa mineral do País, etc.

Mas não poderia perder a oportunidade, Sr. Presidente, de opor reparos a uma entrevista que o Sr. José Carlos Boanova deu aos

jornais; e foi bom que S. S.<sup>a</sup> está aqui, e vai ouvir o que vou dizer — pensava que ele ia fazer o depoimento dele. S. S.<sup>a</sup> classificou a proposta de eleitoreira que, evidentemente, além de ser uma grosseria, uma indelicadeza, um Senador não merece isso, nem a Comissão merece isso, porque está examinando o assunto e não o examinaria se fosse uma proposta eleitoreira, e o Sr. José Carlos Boanova, certamente ou não sabe o que é isto, proposta eleitoreira, ou disse de forma impensada, o que também não o credencia por nada.

A proposta não é eleitoreira, ao contrário, a proposta é séria, ela atende uma aspiração do meu Estado, e eu estou representando o meu Estado, os interesses do meu Estado, eu não tive nunca, em hora nenhuma, a pretensão de ter encontrado a melhor fórmula, ao contrário, até acho que a fórmula proposta não é a melhor, mas foi uma abertura para que nós buscássemos a melhor solução, que vai ser encontrada porque isso é um problema de negociação política muito grande.

Mas apenas para que o Dr. José Carlos Boanova, que é Presidente da Cla. Mineral da Bahia, não voltasse para o seu Estado como se nos estivéssemos lido a sua entrevista sem reparo, eu estou fazendo o reparo aqui agora. S. Ex.<sup>a</sup> foi indelicado, descortez, ao taxar uma proposta séria, exame de um assunto sério da maior relevância para o País de proposta eleitoreira.

O SR. JOSÉ CARLOS BOANOVA — Gostaria, se possível, de dar uma resposta ao Senador Murilo Badaró, se o Sr. nos permitir.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Um instante. Concedo, primeiramente a palavra ao nobre Deputado Oswaldo Melo.

O SR. OSWALDO MELO — Gostaria de saber se os Secretários não apresentaram alguma justificativa para não vir depor nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Um dos Secretários nem sequer acusou o recebimento do ofício desta Comissão. O outro se manifestou, inclusive, assegurando o comparecimento. Mas no caso do Dr. Márcio Garcia Vilela, Secretário da Fazenda de Minas Gerais, S. Ex.<sup>a</sup> não chegou a confirmar nem sequer o recebimento do ofício. Já o Dr. Fagundes Neto expressou o seu desejo de agradecer ao convite que lhe foi dirigido pelo Presidente da Comissão.

O SR. JORGE FERRAZ — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. JORGE FERRAZ — Eu quero justificar a não presença do Secretário Márcio Vilela. Eu, ontem à tarde, dei conhecimento à Mesa, V. Ex.<sup>a</sup> não estava presidindo, mas falei com o Secretário da Comissão que ele tinha que estar em São Paulo, hoje, e talvez não pudesse chegar; ele ia fazer todos os esforços para ver se estava presente hoje à tarde. Evidentemente, deve ter havido algum impecilho de modo que o Dr. Márcio Vilela não estivesse presente à nossa reunião de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Então, o motivo é ponderável, a viagem do Secretário, e apenas se ele não chegou até agora lamentamos não ter tido o privilégio de ouvi-lo a respeito dessa importante proposição, através da qual o Senador Murilo Badaró, ao lado de propor uma emenda no texto constitucional, traz a debate um assunto da maior importância para a vida brasileira.

Concedo a palavra ao Dr. José Carlos que deseja falar.

O SR. JOSÉ CARLOS BOANOVA — Senador Badaró, certamente já deu entrevistas à imprensa e sabe de certas distorções que são aí colocadas por jornalistas. Ele não me deu em nenhum momento, ele examinou várias alternativas, mas não me deu o benefício da dúvida. Então, queria deixar claro aqui que, realmente, teria sido uma grosseria, uma indelicadeza, uma descortesia, se isso tivesse sido dito nesses termos aí. Eu também li a entrevista no jornal.

Quer dizer, atender os anseios de seu eleitorado me parece que é uma posição legítima de qualquer parlamentar, de certa maneira a vida parlamentar é feita disso.

De maneira que queria deixar bem claro que a entrevista foi dada, evidentemente, mas não nos termos em que foi publicada pela *Gazeta Mercantil*.

De maneira nenhuma teria dito aquilo nos termos de manobra eleitoreira, e coisas desse tipo.

De maneira que queria deixar bem claro, não só para o Senador como para toda a Comissão. Acho, realmente, se me desse o benefício da dúvida, ele teria conversado comigo, antes, sobre este assunto, porque chegamos, até, a conversar um pouco antes do início da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Então, acredito que com a manifestação do Dr. José Carlos estão feitos os reparos,

e, naturalmente, o debate que se tem travado é o indicador mais perfeito, mais correto, e que a proposição do nobre Senador, viabilizada ou não, significou, sobretudo, uma oportunidade de debate em torno de um assunto da maior importância para a vida nacional.

O SR. MARCELO CORDEIRO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu solicitei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, para indagar quais os prazos de tramitação que ainda temos na Comissão Mista.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A prorrogação, que solicitamos, se exaurirá no dia 6 de agosto. Mas, há poucos instantes, o nobre Senador Aloysio Chaves, Vice-Presidente desta Comissão, manteve contato com a Presidência e com o Relator, expressando o seu desejo que promovéssemos uma nova dilação desse prazo, a fim de que pudéssemos nos debruçar ainda mais aprofundadamente sobre este tema. E se a Comissão vier a concordar nós, utilizando uma faculdade regimental, postuláramos uma prorrogação por mais 10 dias. Neste caso, o prazo só se expiraria no próximo dia 16 de agosto e, durante esse lapso de tempo, 3 ou 4 dias antes de se exaurir o prazo, nós convocariamos a Comissão para conhecer o parecer do nobre Relator, nobre Deputado Christóvam Chiaradia.

O SR. MARCELO CORDEIRO — Sr. Presidente, eu agradeço os esclarecimentos de V. Ex.<sup>a</sup> e quero dizer, da minha parte, que uma ligeira intervenção do Senador Murilo Badaró, no que pese ligeira, muito esclarecedora para todos nós, do seu reconhecimento de que a fórmula proposta não se apresentou como a mais consentânea, e que há uma disposição de S. Ex.<sup>a</sup> em manter um diálogo, um debate construtivo conduzente a um processo que pudéssemos encontrar fórmulas adequadas para enfrentar os problemas que vivem, efetivamente, os municípios, sem prejuízo do sistema estadual de mineração, sem prejuízo dos altos objetivos da política mineral brasileira.

De modo que, de minha parte, quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que estou de pleno acordo com o adiamento do nosso prazo de apreciação da matéria.

Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Então, consulto à Comissão se concorda com a dilação do prazo por mais 10 dias. (Pausa.)

Está aprovado.

O SR. ADHEMAR GHISI — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adhemar Ghisi.

O SR. ADHEMAR GHISI — Sr. Presidente, para minha informação, gostaria de saber de V. Ex.<sup>a</sup> qual o prazo que teríamos para oferecer uma emenda a essa proposta de emenda constitucional?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência responde ao nobre Deputado Adhemar Ghisi que, nos termos do Regimento Comum, o prazo já se esgotou. São 8 dias após a leitura da emenda da constituição da Comissão Mista e já fluiu esse prazo, conseqüentemente nós temos que nos ater ao texto da proposição. Agora só o Relator pode emendá-la.

Nenhum assunto mais a tratar, a Presidência agradece o comparecimento de todos os seus expositores que trouxeram, realmente, dados precisos no instante em que esta Comissão Mista aprecia tão importante matéria.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 55 minutos.)

#### COMISSÃO MISTA

Do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n.º 22, de 1981, que "altera o item III e a letra "b" do § 1.º do art. 26 da Constituição Federal".

#### 5.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 1981

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e um, às dezessete horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Relação Exteriores, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Aloysio Chaves, Almir Pinto, Arno Damiani, Lomanto Júnior, Roberto Saturnino, Mauro Benevides, Affonso Camargo e Deputados Adhemar Ghisi, Josias Leite, Christóvam Chiaradia, Delson Scarano, Oswaldo Melo, Vicente Guabiroba e Jorge Ferraz, reúne-se a Comissão Mista, incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n.º 22, de 1981, que "altera o item III e a letra b do § 1.º do art. 26 da Constituição Federal".



Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Milton Cabral, Passos Pôrto, Henrique Santillo, José Fragelli e Deputados Marcelo Cordeiro, Fernando Cunha, Jerônimo Santana e Oswaldo Lima.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Senador Aloysio Chaves, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, comunicando que o Senador Mauro Benevides, titular da Presidência, teve que se ausentar por alguns instantes para presidir um Seminário sobre Carajás, que se realiza na Sala da Comissão de Finanças, no Senado. Em seguida, solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator da matéria, Deputado Christóvam Chiaradia, que emite parecer pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição n.º 22, de 1981, nos termos de Emenda Substitutiva que oferece.

Ao verificar o ingresso do Senhor Senador Mauro Benevides no local da Comissão, o Senhor Senador Aloysio Chaves convida-o a tomar lugar na Presidência.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Mauro Benevides põe o parecer em discussão, fazendo uso da palavra os Senhores Senadores Aloysio Chaves, Roberto Saturnino e Deputados Jorge Ferraz e Delson Scarano.

Em seguida, o Senhor Presidente comunica que, não havendo, naquele momento, o quorum necessário para deliberar e que o prazo concedido à Comissão, já prorrogado pela terceira vez, se encerrará na próxima segunda-feira, dia trinta e um, fica a Comissão praticamente impossibilitada de marcar uma nova reunião nesse intervalo de tempo para votação do parecer, devendo o mesmo ser proferido oralmente no Plenário do Congresso Nacional, por ocasião da discussão da matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Frederic Pinheiro Barreira, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão, e irá à publicação, juntamente com os apanhamentos taquigráficos dos trabalhos da Comissão.

**ANEXO À ATA DA 5ª REUNIÃO, DA COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL, INCUMBIDA DE ESTUDO E PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA Nº 22, DE 1981, QUE "ALTERA O ITEM III E A LETRA "B" DO § 1º DO ART. 26 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 1981, ÀS DEZESSETE HORAS, ÍNTEGRA DOS APANHAMENTOS TAQUIGRÁFICOS, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, SENADOR MAURO BENEVIDES".**

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Chaves) — Há nove membros da Comissão Mista incumbidos de examinar o Parecer sobre a proposta de Emenda à Constituição n.º 22, de 1981, que altera o item III e a letra b do § 1.º do art. 26 da Constituição Federal.

O Presidente desta Comissão Mista, como é do conhecimento dos eminentes colegas, é o Senador Mauro Benevides que, neste momento, preside um painel sobre Carajás, na sala da Comissão de Finanças.

Fui consultá-lo sobre a possibilidade do Senador Mauro Benevides presidir esta Comissão para a discussão do parecer do eminente Relator. S. Ex.ª declarou-me que está impossibilitado de sair, neste momento, do painel que preside sobre o Projeto Grande Carajás.

Na condição de vice-Presidente, assumo a direção dos trabalhos desta Comissão e solicito ao eminente relator a gentileza de ler seu parecer.

O SR. RELATOR (Christóvam Chiaradia) — Lê o seguinte parecer:

#### PARECER N.º

Da Comissão Mista incumbida de exame é parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n.º 22, de 1981, que "altera o item III e a letra "b" do § 1.º do art. 26 da Constituição Federal".

Relator: Deputado Christóvam Chiaradia

A proposta de emenda sob exame, de autoria do ilustre primeiro signatário, Senador Murilo Badaró, altera a sistemática de distribuição do produto da arrecadação do Imposto Único sobre Minerais, criando, ainda, o Fundo de Exaustão dos Recursos Minerais.

2. Na Justificação, após a descrição do quadro atual da arrecadação e distribuição do Imposto Único sobre Minerais, bem como da respectiva fiscalização, apresenta-se a criação do Fundo Nacional de Exaustão Mineral como necessidade imperiosa e sentida aspiração das áreas mineradoras, assinala-se que, "... em termos econômicos e psicossociais a mineração predatória castiga o homem, sobretudo o homem de Minas, que sabe pela experiência de seus antepassados que, uma vez exaurida a jazida, a pobreza será a tônica da região, e a falta de perspectivas de progresso será a projeção para as gerações vindouras", enfatizando-se: "Com a presente Proposta, pretendemos estabelecer critério de distribuição mais justo para o imposto sobre minerais do País, preservando divisão que beneficia Estados e Municípios produtores, além de proporcionar recursos à constituição do Fundo de Exaustão, os quais terão aplicação regulada em lei".

3. A Proposta está formalizada com obediência do requisito constante do § 2.º do art. 47 da Constituição, compatibilizando-se, ainda, com a redação prevista no § 1.º do mesmo artigo, estando conforme aos melhores cânones da técnica legislativa.

3.1 Objetiva ela, basicamente, a fixação de novo critério de distribuição do produto da arrecadação do Imposto Único sobre Minerais (IUM) e a criação do Fundo Nacional de Exaustão dos Recursos Minerais, tendo encontrado a mais ampla receptividade nas bancadas de todos os Partidos Políticos, a ponto de ter obtido o apoio de mais de 2/3 (dois terços) dos membros do Congresso Nacional.

A par de tão significativa receptividade congressual, ela repercutiu intensamente nos órgãos de imprensa e despertou fecundo debate, envolvendo os setores mais diretamente ligados à área da atividade mineral, tais como, entidades estaduais de mineração, governos estaduais e municipais de Estados mineradores, Ministérios das Minas e Energia, empresas de mineração, entidades de classe.

Das análises, das críticas e dos posicionamentos externados, e das gestões entre os vários setores envolvidos, resulta a nova fórmula consubstanciada na Emenda que adiante oferecemos. 1/10 (um décimo) do produto total da arrecadação do imposto será destinado ao Fundo Estadual de Exaustão dos Recursos Minerais. Dos 9/10 (nove décimos) restantes, 70% (setenta por cento) irão para os Estados, 20% (vinte por cento) para os Municípios, ficando, obviamente, a União com os outros 10% (dez por cento).

União, Estados e Municípios contribuirão, dessarte, para a constituição do Fundo, em índices proporcionais. Essa nova fórmula amplia na área estadual, a gestão de recursos provenientes da arrecadação do Imposto Único sobre Minerais, evita o risco de esvaziamento das entidades de mineração das unidades federativas, ampara os Estados e Municípios mineradores com o Fundo da Exaustão, voltado quer para o estímulo à pesquisa e o incremento às atividades do setor quer para o ressarcimento dos danos causados pela exploração e exaustão dos recursos minerais.

É de Justiça proclamar a contribuição do Deputado Jorge Ferraz, de Minas Gerais, um dos pioneiros da idéia de criação do Fundo de Exaustão.

Esperamos, com tal reformulação, atender aos justos anseios e preocupações das várias entidades envolvidas, em harmonia com o interesse nacional, de modo que a Emenda Substitutiva logre merecer a favorável acolhida dos membros do Congresso Nacional.

4. Ante o exposto, opinamos pela aprovação da Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva anexa.

É o parecer.

**Emenda Substitutiva n.º à Proposta de Emenda à Constituição n.º 22, de 1981, que "altera o item III e a letra "b" do § 1.º do art. 26 da Constituição Federal".**

**Acrescenta parágrafo ao art. 21, e dá nova redação ao item III e ao § 1.º, letra "b" do art. 26 da Constituição Federal.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1.º Acrescente-se ao art. 21 da Constituição Federal o seguinte parágrafo:

"Art. 21. ....

§ 7.º O Senado Federal, por proposta do Presidente da República, fixará, mediante resolução, as alíquotas máximas do imposto a que se refere o item IX."

Art. 2.º Dê-se ao item III e ao § 1.º, b do art. 26 a seguinte redação:

"Art. 26. ....

III — do produto da arrecadação do imposto sobre minerais do País, mencionado no item IX do art. 21, 1/10 (um décimo) do total para o Fundo Mineral de Exaustão do Recursos Minerais; dos 9/10 (nove décimos) restantes, 10% (dez por cento) para a União e 70% (setenta por cento) para os Estados com a aplicação vinculada ao setor mineral e 20% (vinte por cento) para os Municípios;

§ 1.º .....

a) .....

b) no caso do item III, proporcional à produção mineral."

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Em discussão o parecer do nosso eminente relator. (Pausa)

O SR. ALOYSIO CHAVES — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Para discutir, concedo a palavra ao eminente Senador Aloysio Chaves.

O SR. ALOYSIO CHAVES — Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados.

Em reunião anterior desta comissão tive oportunidade, de posicionar-me a respeito desta proposta de emenda constitucional. Em primeiro lugar, desejo explicitar que a subscrevi com o propósito de provocar o debate em torno desta matéria, porque sempre entendi injusta a participação atribuída aos municípios, na distribuição do imposto Único Sobre Minerais.

Aguardava que, através do debate amplo, como se fez desta matéria, pudéssemos chegar a uma fórmula que minimizasse esses efeitos prejudiciais, sobretudo em relação aos municípios.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, que, entre as várias fórmulas sugeridas, a que foi afinal agasalhada no parecer do eminente relator, encontra objeções fundadas em diferentes setores, tanto no meu Estado como em outros Estados da Federação.

Na realidade, a participação dos municípios não é melhorada. Ela é, para efeito prático, como arrecadação, como receita municipal, reduzida.

No momento, por força de dispositivo constitucional, 70% do imposto Único Sobre Minerais pertence ao Estado, 20% ao Município e 10% a União. Ora, dos 90% a serem distribuídos entre Estado e Município, nos teremos que retirar uma determinada parcela para constituir o fundo de exaustão estadual. É claro que este recurso fica dentro do Estado, mas a distribuição direta aos municípios ficaria sujeita a um planejamento que poderia atender à necessidade imediata do município ou não. Em outras palavras, o município irá, na prática, receber como recursos para vigorar no seu orçamento, para aplicar nas suas necessidades mais prementes, menos do que recebe de acordo com o texto atualmente vigente.

Para não me alongar neste debate, e já tive oportunidade de aduzir vários argumentos na reunião anterior, quero citar um exemplo que me parece extremamente elucidativo, com relação ao Estado do Pará. Tomando-se os dados oficiais do Departamento Nacional de Produção Mineral verificamos que os diferentes minerais extraídos no Estado do Pará, em 1980, geraram imposto Único sobre Minério da ordem de Cr\$ 175 756 282,40, retirando a parcela da União de 10%, resulta a importância de ... Cr\$ 158 181 000,00, em termos globais. A distribuir pelos municípios, este imposto Único de 20%, totaliza Cr\$ 41.636.200,00, para ratear, não por todos, mas por vários municípios. Da bauxita, do ouro da cassiterita, da água mineral, da areia, da argila, do calcário, da pedra, do caulim, da piroclita, do selxo, do feldspato, da brita, do salbro, enfim, de tudo quanto se extrai do Estado do Pará, vão os municípios beneficiados pelo imposto Único sobre Minérios receber, num ano, Cr\$ 41 000.000,00. Feito o rateio, é fácil verificar que é quase desprezível a importância a ser atribuída a esses municípios.

Vou lembrar ainda dois minérios, de maior importância para o meu Estado: a produção e exportação da bauxita para o Canadá, Noruega, Espanha, Estados Unidos e Holanda, gerou um imposto Único sobre Minérios, em 1980, da ordem de Cr\$ 31.606.000,00; vinte por cento disso representa Cr\$ 5 689.200,00, quantia quase desprezível, para ser rateada entre os municípios. Se considerarmos o ouro e verificarmos o seu volume e valor, o imposto Único sobre Minérios, em 1980, foi da ordem de Cr\$ 85 560 095,18, retirando-se 10% da União, restam, para distribuição, Cr\$ 77 000.004,00, vinte por cento para os municípios, Cr\$ 15 400 000,00, parcela também desprezível e insignificante. Nos reconhecemos a grande importância dos projetos, sobretudo dos projetos federais na região

amazônica, para o seu desenvolvimento. Sabemos que isto realmente constitui uma nova etapa em todo esse processo de ocupação e de integração da Amazônia à economia nacional. É um esforço louvável e admirável que se está fazendo, mas que está gerando alguns efeitos secundários perniciosos, que precisam ser eliminados, não através apenas desta solução, mas de uma solução mais abrangente.

Eu disse, na reunião anterior, que dentro desses projetos nós vamos encontrar a parte médica muitas vezes modelar, como a Companhia Camargo Corrêa, e diria mais: como no Rio Norte, no Trombetas, a parte de educação também sem reparos, os serviços de comunidades e as oportunidades de lazer também asseguradas à população; habitação de excelente padrão para todos os escalões da população que trabalha no projeto. Mas, na periferia desses projetos se adensa, cada vez mais, uma população que não é normalmente atendida pelo projeto, população carente de saúde, de instrução, população carente de habitação, de meios de transporte, de comunicação, de segurança. Necessidades que têm que ser atendidas, obrigatoriamente, pelo Estado e pelos municípios. Em Oriximiná, no Trombetas, sobretudo no fim-de-semana, centenas e centenas de trabalhadores descem do canteiro de obras do projeto para a sede do município, para as vilas do município de Faro, criando seriíssimos problemas para a população, para a prefeitura, para a administração municipal. No entanto, os senhores verificaram que o rateio que se faz com relação à bauxita, do imposto Único apurado em 1980, é de apenas Cr\$ 5.689.000,00. Então, Senhores Deputados, Senhores Senadores, não desejando me alongar absolutamente nesta matéria, mas convencido de que há necessidade de estudo mais amplo, global e abrangente, citaria aqui apenas uma ideia, uma sugestão, para efeito de exame e ponderação, porque ela envolve setores da administração federal. Da exportação desses minérios os Estados nada recebem. Não sei se seria uma ideia descabida pretender-se, por exemplo, numa reforma mais ampla, obter desse imposto de exportação uma parte para constituir-se o fundo de exaustão dos Estados e Municípios, como ideia, como sugestão, sem retirar, sem diminuir, sem atingir, agora, esta pequena parcela que é distribuída aos Estados e Municípios, parcela à qual nada se acrescenta, e diretamente se subtrai alguma coisa, para constituir esse fundo estadual de exaustão.

Esta a proposta do eminente Senador Murilo Badaró, que subscrevi para propiciar este debate, visando a encontrar uma fórmula que atendesse sobretudo aos Municípios, encontrou, como é sabido, grande assistência em todos os Estados, em todas as áreas. Aqui, em seminários realizados no decurso do prazo para exame pela comissão, nós ouvimos opiniões abalanzadas, e depoimentos de técnicos de renome nacional, opondo-se a esse projeto. Pessoalmente tenho aqui, e não adianta exibi-lo a comissão, telex, ofícios, de todos os setores, de todos os órgãos, a começar do Governo do Estado, entidades de administração direta e indireta, setores privados, contra essa proposta de emenda. O último foi um Congresso Jurídico que se realizou no Amazonas e no Pará, que emitiu afinal uma série de recomendações, entre as quais se encontra uma visceralmente contrária à alteração proposta, inclusive, agora, sob a forma deste substitutivo. Tanto que, lamentando não poder acompanhar, na votação o parecer do eminente relator, com quem já conversei, S. Ex.ª mesmo me disse da extrema dificuldade que teve para aferir essa média de opinião, e da disparidade de sugestões, do absoluto conflito entre muitas ideias que foram aqui apresentadas, e também entre muitas soluções que foram aventadas, S. Ex.ª reconhece que teve essa dificuldade, que todos nós podemos muito bem avaliar, muito bem imaginar. Esta é uma questão de natureza técnica, de natureza econômica, sem nenhuma conotação política, aberta para todos, para exame e para decisão no seio desta Comissão Mista. De sorte que, por testes argumentos que estou, resumidamente, expondo à Comissão, peço vênha ao eminente relator e, sobretudo, ao primeiro subscritor dessa proposta de emenda constitucional, meu ilustre colega Murilo Badaró, para declarar que voto contra a emenda e o substitutivo, na forma apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra, para discutir, ao nobre Deputado Jorge Ferraz.

O SR. JORGE FERRAZ — Na reunião anterior tive oportunidade de manifestar-me, em princípio, contra a emenda do Senador Murilo Badaró. Evidentemente, o que me levou a isso foi minha grande preocupação com a situação dos municípios mais do que com o Estado.

E como V. Ex.ª bem sabe, Minas Gerais participa perto de 48%, atualmente, e nos anos anteriores, do imposto Único de Minérios global. Nessa distribuição de 20% para as cidades mineiradoras, não tenho aqui o volume do que participam em cruzeiros, os municípios. Aquele mesmo argumento do nobre Senador do Pará, que me antecedeu, eles estão ainda caminhando na mineração. E S. Ex.ª fala nos serviços médicos, no apolamento das empreiteiras, que é o melhor possível, mas fala na periferia, nas cidades, nas vilas, junto dos canteiros de obra.

Agora, o que nós pleiteamos, Sr. Presidente, durante a discussão desse projeto, foi a presença, aqui, do Prefeito de Itabira e do

Vice-Prefeito de Congonhas, que, hoje, por coincidência, está também assistindo à nossa sessão.

No último Congresso das Cidades Mineradoras, um ilustre vereador de Itabira teve oportunidade de dar conhecimento de um apelo no sentido de uma melhor orientação do Governo no que diz respeito à ação depredatória das companhias de mineração, principalmente a do minério de ferro.

Nós, de Minas Gerais, estamos sofrendo, dia e noite, essa indiscriminação de centenas de carros a viajar, procurando o Porto de Vitória, para levar o minério de ferro. O minério que não é nobre, ao contrário, ele é vendido a preço vil, com o próprio Estado subsidiando, em parte, porque enquanto o Estado participa da venda do comércio interno, perto de Cr\$ 15,00, em alíquotas não verdadeiras, porque a pauta não é feita no preço exato até na exportação, o imposto cai para 7%. Evidentemente, teve aqui o nosso prefeito a oportunidade de mostrar que cada Expansão da Companhia Vale do Rio Doce, na cidade, dentro da cidade de Itabira, implica em centenas e milhares de operários, de peões, que vêm de outras regiões, enquanto há este trabalho. Cessado o serviço das empreiteiras, grande parte dos peões retornam às suas regiões, mas quase 50% deles, acostumados durante 1, 2 ou 3 anos naquela região, ali se estabelecem de qualquer maneira, e cabe, então, à prefeitura municipal, atender aos serviços de água, de esgotos, de educação, de serviços médicos, que ficam nas costas da prefeitura. De vez que o Estado entende que essas grandes cidades mineradoras, são cidades ricas, porque recebem um potencial um pouco maior do que o ICM de outras cidades. Mas, a verdade é que os encargos são cada vez mais altos, daí a razão de voltar ao ponto inicial, com as primeiras conversas de entendimento, concordando em que o Fundo de Exaustão, na forma aritmética estabelecida e idealizada pelo Senador Murilo Badaró, que se diz com a aquiescência do Ministro das Minas e Energia com referência a esse projeto.

Nós verificamos, Sr. Presidente, que o município, de certo modo, vai ser beneficiado com o Fundo de Exaustão, que S. Ex.<sup>a</sup> me prometeu que seria um Fundo de Exaustão municipal, bem como o ilustre Senador de Goiás, e o nosso colega Medeiros da Bahia, esse Fundo seria de cunho municipal.

Eu pediria que o ilustre Relator confirmasse-se em seu relatório conta como municipal. Com isso, os benefícios vão melhorar em 10%, porque, com relação ao Estado, ao contrário do ilustre Senador que prefere a contribuição maior para o Estado, no que se refere a Minas Gerais, o que desejamos é que esse recurso vá para o município, porque indo para o Estado em formas diversas como vem acontecendo até agora, esse Fundo, essa porcentagem destinada ao Estado, não é empregada exclusivamente na zona mineradora, não. Eles devem ser empregados em outros serviços, que não aqueles que dizem diretamente ao estado de predatório de quase todas as cidades mineradoras de Minas Gerais.

Foi a razão a que me submeti, depois de uma luta de mais de 10 anos nesta casa e na Assembléia Legislativa de Minas Gerais para a criação do Fundo de Exaustão. E acredito que não podemos ficar na expectativa do futuro mineral, porque evidentemente um país, agora com pesquisas mais avançadas, com o decorrer do tempo, mas que não será rápido, como é o caso do sonho de Carajás, evidentemente que, aprovando esse projeto agora, iniciamos, já de agora, uma melhoria para os municípios.

E, no decorrer do tempo, vamos melhorando e conseguindo isso aos poucos, para esse interregno.

O ilustre Senador teve a oportunidade de dizer que a porcentagem dos municípios de Carajás e de Serra Pelada, quando terminar o serviço lá, evidentemente vão ser município, riquíssimos. É possível até, que os 10% que hoje têm os municípios, seja até demais para aqueles municípios, quando evidentemente estiverem exportando o minério de ferro de Carajás, bem como o ouro que continua a aflorar à flor da terra na Serra Pelada e outras zonas do Pará, que eu conheço bem, e a sua produção evidentemente irá aumentar, principalmente se o Governo tiver meios de acabar com o contrabando de minério de ferro, de minérios valiosos da Amazônia, que é mais explorado pelas multinacionais do que mesmo em favor do Brasil.

Evidentemente, Sr. Presidente, esta é uma oportunidade que temos, é bem verdade, numa fase tumultuada em que foi discutido esse projeto, de podermos, de início, favorecer os municípios produtores de minerais. E, evidentemente, minorará dúvidas, porque estou há 10 anos com um projeto nesta Casa, sem poder prosseguir, por não ter a certeza de sua aprovação, principalmente do Governo Federal. No que se refere, fiz até uma interpelação ao Secretário de Minas nessa reunião das cidades mineradoras, se ele não tinha medo do leão, mas nós da oposição realmente temos medo do leão. Eu até estranhei como é que o leão desta vez foi tão farto na parcela, maior do que a do município de 1% dos 10 que recebe. Quando a própria União já delegou poderes ao Estado, para arrecadação e fiscalização desses municípios, demonstrando, evidentemente, que esse 1%, que ele está dando agora

para a composição do Fundo de Exaustão, não representa absolutamente nada para a União. Evidentemente, que se os 10% fez com que o Governo transmitisse para os Governos Estaduais a sua fiscalização e a sua própria arrecadação, esse 1% que a União faz não vai irritar tanto assim o Leão. Essa, sempre foi a minha preocupação nesse projeto que dei andamento nessa Casa. De modo que, eu faria um apelo aos Srs. Deputados e Senadores, para que nós não percamos essa oportunidade de, pelo menos por 1 ou 2 anos, que não acredito que haja nenhuma reforma nesse sentido de que os municípios venham a receber isso. E depois, então, que saíamos para um outro caminho, um outro caminho que acho essencial e acredito que toda a Nação tomará parte, é restabelecer o problema das alíquotas no que se refere ao imposto cobrado da exportação. Porque nós sabemos que, retirando a Vale do Rio Doce, o que nós temos em termos de exportação mineral, elas estão todas nas mãos das multinacionais. E é um apelo que faço aos nobres Deputados e Senadores que, pelo menos, até que achemos uma forma melhor, como deseja o ilustre Senador do Pará, que aprovemos este projeto, já é um caminho, já é uma entrada que terão os municípios no sentido de sua melhoria. Porque, realmente, em Minas Gerais a ação depredatória da exploração do minério de ferro está levando as nossas cidades mineradoras, principalmente no que se refere ao minério de ferro, a um verdadeiro desalento, com as crateras abertas. Recordo-me sempre de uma expressão do Professor Arthur Bernardes, que dizia que país que exporta matéria-prima é país subdesenvolvido. E dizia o velho Presidente da necessidade da instalação de uma grande siderúrgica no Vale do Paraopeba.

Felizmente agora, é bem verdade que não vai lá muito bem, devido à política interna da SIDERBRÁS, mas a política está lá implantada e acredito que com pouco esforço da Nação, com mais liberalidade da SIDERBRÁS e do Governo Federal, possamos ter uma grande indústria, para que possamos explorar o nosso mineral que a melhor condição que tem é a própria exploração dentro do nosso território. Ao invés de exportar a matéria-prima que nós exportemos os braços e os trabalhos dos trabalhadores brasileiros, que fazem a grandeza da nossa Pátria; em vez de exportar matéria-prima que possamos exportar um ferro que vai faltar para a estrada de ferro lá no Pará e vai faltar para outra de Itaquí, se eu não me engano, aqui do Sul e o Governo sempre a falar que nós estamos com a produção de ferro em condições de atender essas demandas.

Ainda há pouco, numa visita à ACESITA tive oportunidade de conversar com um dos diretores, não da cúpula, é bem verdade, em que fala que estamos precisando vender o aço, mas a conjuntura que estamos atravessando chega até a esse ponto, não vamos vender esse aço agora, e, amanhã, quando tivermos que repor os trilhos das nossas estradas de ferro nós vamos ter que importar, não só o trilho de ferro, mas também os vagões, porque duas fábricas de vagões já foram fechadas em Minas Gerais, talvez na esperança de mais tarde obter um contrato maior de exportação para a Ucrânia, em troca de vagões de ferro.

É este o apelo que faço em nome do meu modesto Estado de Minas Gerais, certo de que isso não prejudicará em absoluto os outros Estados, que caminham para a pesquisa e evidentemente serve de alerta e de alento para esses Estados que só agora estão entrando na mineração e futuro dos nossos minerais pode garantir até talvez os desmandos de nosso modelo econômico, que tem levado nossa Pátria a tantos sacrifícios e tanto tem sofrido o povo brasileiro, em razão do País não ter caminhado para uma industrialização racional e sobretudo em querer que a balança de pagamentos seja feita com o sacrifício de Minas Gerais para a exportação do nosso minério de ferro, que devia ser aqui trabalhado para que a exportação se fizesse, não do próprio minério, mas de um produto que levasse o suor e o trabalho do trabalhador brasileiro. Esse é o apelo que faço aos nobres Colegas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Chaves) — Há mais alguém que deseje discutir o parecer?

O SR. ROBERTO SATURNINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores:

Se bem entendi, pela sistemática da distribuição da nova emenda substitutiva, haveria a seguinte alteração na distribuição do imposto cujo montante não seria alterado. Hoje os Estados ficam com 70% e passariam a ficar com 63%; os municípios hoje ficam com 20% e passariam para 28%; e a União, que fica com 10%, passaria para 9%.

Na verdade, Sr. Presidente, o objetivo ressaltado pelo nobre Deputado Jorge Ferraz, o objetivo que é, pelo autor da emenda, e que está na mente de todos nós, que é transferir recursos para os municípios, é cumprido de uma forma, a meu ver, medíocre. Quer dizer, os municípios cresceriam a sua parcela de 20 para 28% de um imposto que é relativamente muito pequeno. Mas o grave é que este crescimento da parcela municipal seria feito a custa da parcela estadual, que baixaria de 70 para 63%, enquanto a parcela da União ficaria praticamente a mesma; passaria de

10 para 9%; quer dizer logo seria uma transferência dos Estados para os municípios, beneficiando mediocrementemente os municípios e prejudicando as empresas estaduais de mineração, que têm nessa fonte de receita um importante componente dos seus orçamentos. Ao passo que a União, que afinal de contas é a detentora da grande fatia do bolo arrecadado no Brasil, não perderia praticamente nada.

Essas condições, Sr. Presidente, tendo em vista que a emenda suscitou uma polêmica muito grande, como V. Ex.<sup>a</sup> ressaltou, e tendo em vista que o objetivo, que a meu ver seria fortalecer as receitas municipais, como eu disse, seria mediocrementemente atendido e atendido à custa dos Estados e não da União, o meu parecer, o meu voto, Sr. Presidente, seria, acompanhado o voto de V. Ex.<sup>a</sup> contrário à emenda substitutiva como à emenda original.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Chaves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Delson Scarano.

O SR. DELSON SCARANO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados:

No que se refere ao parecer do eminente relator, V. Ex.<sup>a</sup> não ressaltou, nobre Senador Roberto Saturnino, o objetivo real do parecer que é a criação do fundo de exaustão, que vai atender realmente aquelas cidades que ficaram simplesmente arrasadas, anuladas no seu progresso, em virtude disso.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Permite um aparte?

O SR. DELSON SCARANO — Pois não.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Nos 28% dos municípios, já está o fundo, quer dizer supondo que o fundo do exaustão seja todo municipal. Porque veja bem o fundo de exaustão é 10%, mas a parcela de 20% sobre 90%, são 18, mais 10, dão 28%; quer dizer, os municípios, supondo que o fundo de exaustão seja todo municipal, que não está dito aqui, supondo isso os municípios ficaram com 28%. Eles atualmente têm 20 e passariam para 28.

O SR. DELSON SCARANO — V. Ex.<sup>a</sup> vai-me permitir, nobre Senador, mas fica criado o fundo de exaustão que já é um passo bastante adiantado para o futuro de um trabalho que se possa fazer no sentido de que a União possa contribuir com toda sua parcela. Já é pelo menos um passo que se dá no caminho de se alcançar um objetivo de exaustão.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Eu acho que, se se criasse um fundo de exaustão com os 10% da União, muito bem! Ai já se daria um grande passo.

O SR. DELSON SCARANO — Mas já se está tomando alguma coisa dela; pelo menos 1% já se começou a tomar.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Tomar 1% da União e 7% dos Estados, quer dizer, essa distribuição é que não me parece justa.

O SR. DELSON SCARANO — Mas, nobre Senador, V. Ex.<sup>a</sup> sabe muito bem que o Estado, muitas vezes, com esse tipo de fundo em sua mão nunca vai atender, na realidade, aqueles municípios que serão os mais prejudicados e que estão...

O SR. ROBERTO SATURNINO — Muito menos a União.

O SR. DELSON SCARANO — Mas o fundo de exaustão vai diretamente aos municípios — Eu acho que a finalidade do parecer e da proposta está na grande vitória que se alcançará na criação do fundo de exaustão de recursos minerais. Esta é que é a parte importante. Não é absolutamente que os recursos sejam a mais ou a menos. Isso até, para mim, que sou de um Estado mineiro, e tenho certeza que o Estado do Pará será no futuro um dos Estados poderosos da União, com a nova descoberta de Serra dos Carajás, futuramente o próprio Estado do Pará há de chorar se isso não for aprovado. Porque enquanto estão lá minerando, estão lá as assistências, que foram mencionadas aqui, de escolas, de hospitais, de benefícios. Quando essas firmas terminam a sua mineração, todos esses benefícios acompanham a firma e lá não permanecem; eles não têm interesse de manter uma estrutura nessas condições se não estão obtendo resultado naquela cidade ou naquele município.

Então, o fundo de exaustão é permanente, porque é uma parte constitucional e ficará no texto da Constituição para sempre. Então, a vitória que nós temos aqui, e já aprovamos o parecer e a emenda que foi apresentada, está exatamente na criação do fundo de exaustão, porque, com referência a percentuais, ora aqui especificados, foi o que se conseguiu fazer. Mas tenho a impressão de que daqui a um ou 2 anos, encetaremos uma brava luta, como disse o nobre Deputado Jorge Ferraz, que aumentarmos os percentuais, fazer novas alíquotas, porque o fundo já existindo na Constituição, tudo encaminhará para aquele fundo em benefício dos municípios que sofrem depredações com a mineração.

Então, nobre Senador, em verdade a grande vitória disto é a criação do fundo de exaustão. Nada mais! E eu acho uma gran-

de vitória para os municípios que são sacrificados e que estão hoje, a gente tem exemplo em Minas Gerais, de municípios completamente abandonados, sem nenhuma infra-estrutura e ninguém mais atendendo, porque aquelas firmas que lá permaneceram, ao terminar a sua mineração, abandonaram por completo aquelas comunidades; elas não existem praticamente com recursos, com meios para a sua própria sobrevivência. Então, o fundo de exaustão é a grande vitória desse projeto.

E eu peço a V. Ex.<sup>a</sup> que raciocine sobre esse meu argumento, porque V. Ex.<sup>a</sup> é um homem público bastante evoluído e tem amor ao seu Estado, ao seu País, porque na verdade o fundo de exaustão é a grande vitória que nós vamos criar aqui.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Se o nobre Relator concordasse em substituir a sua emenda substitutiva, colocando: 70% para os Estados, 20% para os municípios e 10% para o fundo de exaustão, terá o meu voto favorável, sem dúvida nenhuma, tirando a parte da União. A União é a toda poderosa, a União faz tudo e todo mundo quer reforçar os municípios; qualquer congresso que se faça, neste País, qualquer seminário, todo mundo é a favor do reforço aos municípios. Agora, quando se vai reforçar os municípios, na hora de tirar a União, que tem a maior fatia e que tem mais de 2/3 do total de recursos coletados neste País, ninguém quer mexer na União, vamos mexer nos Estados. E os Estados? E a situação dos Estados? Nós estamos aí todo o dia a votar empréstimos e mais empréstimos, cada vez mais vultosos para os Estados. Então, retirar dos Estados, por quê? Por que não retirar da União?

Então, esse é o meu ponto de vista. Se é para constituir fundo de exaustão, muito bem, estamos de acordo. Mas vamos constituir com os 10% da União. Agora, retirar dos Estados, sinceramente isso não me convence, não posso concordar, nem votar a favor.

O SR. DELSON SCARANO — Mas, nobre Senador, o Estado se compõe de municípios, as células do Estado são os municípios. O que é um Estado sem municípios?

O SR. ROBERTO SATURNINO — Claro, agora a União se compõe de Estados, o raciocínio é de V. Ex.<sup>a</sup> mesmo.

O SR. DELSON SCARANO — Mas é um raciocínio lógico. O que é um Estado? O Estado é uma composição de pequenas comunidades, formando um Estado. Se daí estamos alcançando um município...

O SR. ROBERTO SATURNINO — A União também é a mesma coisa, é composta de Estados que se dizem autônomos e que, na verdade, estão com essa autonomia sangrada.

O SR. DELSON SCARANO — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Chaves) — Srs. Deputados, Srs. Senadores, estão presentes nesta reunião, neste momento, 11 membros da Comissão Mista, ela precisa de 12 membros para deliberar; para discutir podemos fazê-lo com o número com o qual foram abertos os nossos trabalhos.

A terceira prorrogação do prazo desta Comissão termina no dia 31 de agosto de 1981; Trinta e um é uma segunda-feira, acho que é praticamente impraticável e impossível marcarmos qualquer reunião para quinta-feira, sexta-feira ou segunda-feira. De sorte que hoje é praticamente um prazo fatal.

Não havendo votação do parecer, a emenda será remetida a plenário e deverá ser proferido em plenário um parecer oral. Esta é a norma que se contém no art. 20, do Regimento Comum do Congresso Nacional. Nós já estamos com 1 hora de iniciados os nossos trabalhos, todos os oradores inscritos já falaram. A discussão está encerrada e não há número.

Ainda ocorre uma questão que foi já anteriormente suscitada de que esta emenda substitutiva deveria ser subscrita por 1/3 de Senadores e 1/3 de Deputados, só 22 Senadores subscrevem o substitutivo, que não constitui 1/3 de 67. E nenhum Deputado a subscreveu. De sorte que esta condição, este requisito prévio não estaria atendido para o efeito de votação do substitutivo.

Assim, a aplicação do art. 20 é a norma mais benigna, porque não há rejeição, apenas remete a plenário quando será dado o parecer oral.

Nestas condições, aplicando-se o art. 20, do Regimento Comum, declaro que a matéria será remetida à Mesa do Congresso Nacional, e o parecer será oral em plenário.

Está encerrada a reunião da Comissão.

(Levanta-se a reunião às 18:000 horas.)



# COMISSÃO MISTA

Do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei n.º 23, de 1981-CN, que "institui sublegendas para as eleições de governador, no ano de 1982, e dá outras providências".

1.ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 1981

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e um, às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, na Sala da Comissão de Economia, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores João Lúcio, José Lins, Aderbal Jurema, Nelson Carneiro, Marcos Freire, Affonso Camargo, Mendes Canale e Deputados Josias Leite, Jairo Magalhães, Salvador Juliano, Darcílio Ayres, Adriano Valente, Cristina Tavares, Alberto Goldman e Modesto da Silveira, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei n.º 23, de 1981-CN, que "Institui Sublegendas para as eleições de Governador, no ano de 1982, e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Lourival Baptista, Martins Filho, Passos Pôrto, Humberto Lucena e Deputado Ricardo Fiuza, Antônio Mariz e Henrique Eduardo Alves.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Nelson Carneiro que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Nelson Carneiro convida o Senhor Senador José Lins para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

## Para Presidente:

Senador Nelson Carneiro .....	14 votos
Senador José Lins .....	1 voto

## Para Vice-Presidente:

Senador Passos Pôrto .....	13 votos
Senador Mendes Canale .....	1 voto
Deputado Ricardo Fiuza .....	1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Nelson Carneiro e Passos Pôrto.

Investido no mandato de Presidente da Comissão de Presidente da Comissão, cargo este que já exercia, eventualmente, o Senhor Senador Nelson Carneiro agradece, em nome do Senhor Senador Passos Pôrto e no seu próprio a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Ricardo Fiuza para relatar a matéria.

Prosseguindo, o Senhor Deputado Alberto Goldman sugere seja convidado o Senhor Ministro de Estado da Justiça, Doutor Ibrahim Abi-Ackel, para fazer uma exposição sobre a matéria.

Discutem a proposta do referido Deputado, os Senhores Senadores Marcos Freire, José Lins, Affonso Camargo e Deputados Darcílio Ayres, Cristina Tavares e Modesto da Silveira.

O Senhor Presidente comunica aos Senhores Parlamentares que fará, pessoalmente, o convite ao Senhor Ministro, a fim de que este compareça perante a Comissão para realizar uma palestra sobre o projeto.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico dos debates.

**ANEXO A ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), DA COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL, INCUMBIDA DE EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 23, DE 1981-CN, QUE "INSTITUI SUBLEGENDAS PARA AS ELEIÇÕES DE GOVERNADOR, NO ANO DE 1982, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 1981, ÀS 17 HORAS E 45 MINUTOS, INTEGRAL DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, SENADOR NELSON CARNEIRO.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Estão abertos os nossos trabalhos.

Convido o nobre Senador José Lins para ser o nosso escrutinador.

O SR. JOSÉ LINS — Vou contar os votos.

Sr. Presidente, anunciando o resultado: para Presidente, Senador Nelson Carneiro, 14 votos. (Palmas). Para Vice-Presidente Senador Passos Pôrto com 13 votos.

Foram votados ainda para Vice-Presidente o Deputado Ricardo Fiuza com um voto, o Senador Mendes Canale com um voto, e para Presidente o Senador José Lins com um voto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Prezados colegas, assumi a Presidência por ser o mais velho e por isso dirigi os trabalhos. Já agora estou investido num mandato que me foi conferido pela maioria absoluta da Comissão. Faço votos para que possamos, dentro do prazo regimental, apresentar e votar o nosso parecer e levá-lo ao exame do Plenário.

Cumpr-me na forma regimental, designar o Relator, e eu designo o Deputado Ricardo Fiuza.

Durante oito dias a Comissão receberá emendas, o prazo para apresentação de emendas termina no dia 1.º de outubro. E creio que os Srs. Membros desta Comissão já possuem o avulso e certamente contribuirão com as suas experiências e ilustração para que o projeto seja escoimado de vícios, que acaso tenha, e possamos enviar ao Plenário um projeto que traduz as aspirações da classe política do País em consonância com as aspirações do povo brasileiro.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Lins.

O SR. JOSÉ LINS — Gostaria, Sr. Presidente, de me congratular comigo mesmo, mas, certamente, falo também em nome da Comissão, pela escolha de V. Ex.ª para a Presidência e do Senador Passos Pôrto para Vice-Presidente; a grandeza de V. Ex.ª, o seu equilíbrio e o seu senso de justiça certamente muito honrará a nós membros desta Comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Muito obrigado a V. Ex.ª

Se não houver quem deseje usar da palavra, vou dar por encerrado os nossos trabalhos, convocando a Comissão tão logo sejam apresentadas as emendas e o Relator ofereça o seu parecer.

O SR. ALBERTO GOLDMAN — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem a palavra V. Ex.ª

O SR. ALBERTO GOLDMAN — Acredito que poderíamos ter uma convocação ainda antes do próprio parecer do ilustre Relator. Porque, aqui, me parece muito interessante que ao menos se promova um convite ao Ministro Ibrahim Abi-Ackel, para que venha expor as razões, já que as razões dadas na justificativa desse projeto de lei colidem com a justificativa do projeto de lei que extinguiu os Partidos Políticos em 1979. Quando se tratava da sublegenda naquela justificativa, se falava que a sublegenda só deveria vir para os municípios, já que os nossos partidos não deveriam ter o processamento de sublegendas. Só se justificaria a sublegenda a nível dos municípios e nunca a nível dos Estados. Como agora existe uma variação de posição do Ministro, do Ministério ou do Governo, acho que seria interessante que ainda antes do prazo fatal do Relator, logo após termine o prazo das emendas, que é no dia 1.º de outubro, se fizesse uma convocação da Comissão para que levantássemos essa questão e, eventualmente, se for decisão da maioria da Comissão convocarmos o Ministro Ibrahim Abi-Ackel para fazer uma exposição sobre as razões que estão além da justificativa escrita do projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Entendo que a proposta tem que ser aprovada pela Comissão. Não cabe ao Presidente decidir sobre ela. O próprio autor da proposição sugere que depois de apresentadas as emendas se faça essa reunião. De modo que, a meu ver, S. Ex.ª não sugere que isso seja decidido hoje, mas só depois.

O SR. ALBERTO GOLDMAN — No dia treze, que é o dia da apresentação do relatório, se escolhesse uma dessas datas em que ele pudesse vir, e viesse, então, fazer uma exposição sobre as razões desse projeto.

O SR. ISAIAS LEITE — (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cristina Tavares.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Eu queria reforçar o argumento do Deputado Alberto Goldman, até porque, na justificativa da mensagem enviada, fala que a instituição da sublegenda somente valeria para eleições de 1982, ou seja, a necessidade de se ouvir o Sr. Ministro da Justiça, torna-se ainda mais premente, em face de que estamos claramente diante de um casuismo para uma eleição.

Este é um argumento que me parece, reforça a tese do Deputado Alberto Goldman, ao mesmo tempo em que acho que a

questão levantada pelo Deputado Isaias Leite poderia ser dirimida imediatamente pelo Regimento Interno.

O SR. ALBERTO GOLDMAN — Não é exclusividade apenas da eleição. A Comissão não se esgota apenas nesse trabalho. O art. 10, parágrafo segundo, determina que são eleitos presidente e o vice-presidente, mas não diz que a reunião é exclusiva para isso; determina o mínimo, não determina o máximo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Freire.

O SR. MARCOS FREIRE — Sr. Presidente, do ponto de vista formal, não há dúvida de que a primeira reunião da Comissão tem que eleger os seus dirigentes. Isso é pacífico, mas nada indica que uma vez processada a eleição, proclamados os resultados, a Comissão possa, daí em diante, deliberar outras coisas pertinentes à matéria. Não é a primeira vez que se aprova, numa primeira reunião, requerimento desse teor, convidando personalidades ou autoridades para trazer depoimentos à Comissão.

Em segundo lugar, acho que é muito oportuna a iniciativa do Deputado Alberto Goldman, porque esse instituto da sublegenda é muito complicado, ele implica matéria muito complexa, basta dizer que o Governo levou quase um ano, entre o *to be or not to be*, porque o próprio Presidente João Figueiredo era contra, quando da extinção dos partidos, propunha a extinção desse instituto, a não ser excepcionalmente, a título provisório, para a esfera municipal. O Ministro da Justiça, o então Senador Petrônio Portella, afirmou nesta Casa mesmo, eu fui testemunha, quando S. Ex.<sup>a</sup> afirmou que a sublegenda no pluripartidarismo era uma excrescência, e os correligionários do Partido aplaudiram, entusiasticamente, aquela posição do então Ministro da Justiça. Ora, este mesmo Governo envia agora a esta Casa uma mensagem que contraria, não apenas a mensagem anterior, à qual se referiu o Deputado Alberto Goldman, como até não só mantém o instituto para a senatoria, como estende para Governador. A matéria deve ser muito complicada, e o Ministro da Justiça deve ter realmente razões, as mais profundas, para ter convencido o Governo e reformular o seu ponto de vista. É necessário que, sem dúvida alguma, aqueles que sempre aplaudiram o Ministro Petrônio Portella, quando dizia que a sublegenda era uma excrescência, deem subsídios para que se possa também mudar de orientação, como mudou o Executivo. Portanto, acho que no mérito torna-se imprescindível a presença do Ministro, que, sem dúvida alguma, terá argumentos que irão convencer a todos nós da necessidade da sublegenda. Estou convencido disso. De forma que acho, que, do ponto de vista formal, além da eleição e da proclamação dos resultados, se delibere sobre qualquer outro assunto pertinente à matéria e, em segundo lugar, que a maioria não vai negar a sua presença aqui como Partido que tem poder de decisão. De forma que, se submetida à votação, sou a favor do requerimento apresentado pelo Deputado Alberto Goldman, como é praxe, aliás, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Darcílio Ayres.

O SR. DARCÍLIO AYRES — Sr. Presidente, quanto à convocação do Sr. Ministro da Justiça para vir prestar esclarecimentos a esta Comissão, tendo em vista que V. Ex.<sup>a</sup> indicou hoje um Relator para esta Comissão, o qual está ausente, e como é praxe que de todo requerimento se dê vista ao Relator, seria até uma deselegância para com o Deputado designado por V. Ex.<sup>a</sup> para esta Comissão, que ele já encontrasse aqui uma série de decisões tomadas, sem que a palavra dele também fosse ouvida. Estranho muito o requerimento da Oposição, porque toda vez que vem uma Mensagem ao Congresso Nacional, a Oposição sempre diz que estamos atrelados ao Governo, que temos que ouvir o Governo, que é o Governo quem manda, que temos que ouvir o Governo, que é o Governo quem determina este, acho que não se tem que ouvir o Governo, que é o Governo quem determina etc., acho que não se tem que ouvir Governo nenhum; tem-se é que votar contra ou a favor da proposição. Não é que temos que ouvir o Governo, nós do Governo. Então, acho isso também estranho, o requerimento. Por isso, eu votaria contra o requerimento, mas acho que ele não deve ser submetido à votação, porque a convocação da reunião foi para a instalação da Comissão.

O SR. JOSÉ LINS — Sr. Presidente, apenas para comentar o assunto. Nós somos contra a votação do requerimento, neste momento, mas sem nenhum compromisso, antes de analisar o assunto, é claro que a Mesa é livre para marcar uma outra reunião e analisar o assunto com a maior amplitude. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Modesto da Silveira.

O SR. MODESTO DA SILVEIRA — Foi instalada a Comissão, há número legal, nem houve uma invocação de impedimento da convocação. Eu peço a V. Ex.<sup>a</sup> que coloque em votação, pois há

número legal; o Relator não é imprescindível a esta sessão e, então, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que coloque logo em votação, pois há número legal.

O SR. MARCOS FREIRE — Sr. Presidente, nem se quer do ponto de vista ético, pois o Relator, quando aqui chegar, não vai encontrar nenhuma matéria decidida, do ponto de vista material, pelo contrário, vai convocar uma autoridade que vai trazer subsídios para um melhor esclarecimento. Portanto, não haverá nada decidido em termos substantivos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Eu teria muito prazer em decidir isso num comum entendimento entre todos os ilustres membros desta Comissão, mas verifico que aquela maioria que existia, os doze presentes para deliberar, já não existe mais a esta altura, somos apenas oito; não podemos, portanto, numa comissão de vinte e dois, deliberar sem que estejam presentes doze, e no momento só estão presentes oito. Isto não impede, entretanto, de eu me avistar com o Ministro da Justiça e acertar com ele, exatamente, a possibilidade dele comparecer à Comissão entre o dia primeiro e o dia treze, no dia em que ele marcar...

O SR. MODESTO DA SILVEIRA — Até antes, não importa que seja antes da apresentação de emendas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Eu digo esse prazo porque, evidentemente, é o prazo em que vamos apresentar emendas, entre o dia primeiro e o dia treze; procurarei amanhã o Ministro fazendo-lhe um apelo, para ver se ele atende, porque não é uma deliberação da Comissão, a Comissão aqui tem número para deliberar no momento. Seria um convite para que ele comparecesse e trouxesse a sua contribuição para a Comissão. É melhor que seja depois que ele conheça as emendas, porque já poderá inclusive depor sobre as emendas. Hoje ele viria aqui e faria uma exposição dos motivos que ditaram o projeto do Executivo, mas, amanhã, ele já poderá, inclusive, ser interrogado sobre alguma sugestão que tenha aparecido e de que ele já tenha conhecimento. Acredito que, se tivéssemos número, poderíamos deliberar, e eu ia submeter ao Plenário, como era do meu dever e é da minha formação. O Plenário é que deliberaria. Mas, no momento, não há número para deliberar. Acho que essa é a fórmula, eu procurar o Ministro pessoalmente e pedir a ele, sem prejuízo de fazermos, antes do dia 13, uma outra reunião em que, com número, possamos convidar oficialmente o Ministro, se S. Ex.<sup>a</sup> não atender à minha sollicitação.

Eu marquei entre os dias 1.º e 13 uma reunião e, dentro dos cálculos, para também dar tempo ao Relator, eu, em princípio, marcaria essa reunião para o dia 7, uma quarta-feira, que é um dia em que há maior comparecimento ao Congresso.

De modo que eu marcaria essa reunião para o dia 7 e faria um apelo a todos os membros da Comissão para que comparecessem.

O SR. MARCOS FREIRE — Sobre tudo a Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Eu faria um apelo para que todos comparecessem a essa reunião do dia 7, que será às 5 horas da tarde aqui mesmo.

O SR. MARCO FREIRE — E com relação à votação do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não, a votação não. Antes eu vou estar com o Ministro e acho que no dia 7 poderemos ter uma reunião preliminar para debater aspectos, assuntos relativos à matéria, antes mesmo do parecer do Relator, com sugestões.

Agora, estar sugerindo uma data entre o fim do prazo das emendas e o prazo que o Relator tem, porque ele também deve ter um prazo para meditar sobre as críticas que forem feitas aqui em plenário.

O SR. JOSÉ LINS — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. JOSÉ LINS — Sr. Presidente, quero elogiar a ponderação e o equilíbrio com que V. Ex.<sup>a</sup> se pronuncia sobre o assunto, mas gostaria de esclarecer que se trata de uma posição pessoal do Presidente e não de uma deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Não, não é uma deliberação. Digo, eu vou pessoalmente ao Ministro encarecer a S. Ex.<sup>a</sup> que a Comissão, não por sua maioria, porque não está expressa a sua maioria, mas por numerosos membros da Comissão, desejaria ouvi-lo. Se S. Ex.<sup>a</sup> quiser vir voluntariamente, está bem, se não... Agora, no dia 7 faríamos uma reunião para debater, inclusive a presença dele, a necessidade da presença de S. Ex.<sup>a</sup> ou não, porque pode ser que antes disso S. Ex.<sup>a</sup> dê uma entrevista ou qualquer coisa que esclareça e evite o debate.

Mas, quero dar um prazo para que a Comissão já saiba mais ou menos o dia em que vou sugerir ao Ministro a presença de S. Ex.<sup>a</sup>, porque é um dia em que há maior comparecimento ao Congresso Nacional, que é na quarta-feira, entre 1.<sup>o</sup> e 13. Ai seria mais fácil o comparecimento de S. Ex.<sup>a</sup> Mas, como parlamentar que é, acredito que S. Ex.<sup>a</sup> não será insensível a um convite para vir esclarecer um projeto que encaminhou, com uma exposição de motivos, ao Congresso Nacional.

Mas, como V. Ex.<sup>a</sup> vê, não pude deliberar, porque eu não deliberaria sozinho, porque isso não é da competência do Presidente, isso é da competência da Comissão e eu teria que...

O SR. JOSÉ LINS — V. Ex.<sup>a</sup> me desculpe, a minha intenção foi esclarecer que, independente disso, o assunto pode ser objeto de deliberação da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Ah, pode ser deliberação da Comissão. No dia 7 nós nos reuniríamos para, inclusive, se o Ministro não atender à solicitação que lhe farei, a Comissão deliberar sobre o seu comparecimento.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Aqui diz o Regimento Interno: "o Ministro comparecerá ou não, independente da convocação, porque a Comissão não tem força de convocação. S. Ex.<sup>a</sup> virá se quiser.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Mas, evidentemente, se vamos fazer uma convocação e Sr. Ex.<sup>a</sup> pode deixar de atendê-la, é melhor que se faça um convite...

É mais gentil e mais oportuno fazer um convite do que intimá-lo, sabendo que S. Ex.<sup>a</sup> pode dizer que não vem.

De modo que acho que será mais útil agirmos assim. Concedo a palavra ao nobre Senador Affonso Camargo.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Sr. Presidente, para estranhar o comportamento da Maioria, já nesta primeira reunião, que dá um mau início aos nossos trabalhos, com relação a essa Mensagem do Presidente da República, e na expectativa de que essa primeira atitude de obstrução aqui nessa primeira reunião, seja, apenas, por um receio de que o Ministro da Justiça pudesse não poder ou não querer vir a aceitar e que isso não signifique que, realmente, o decurso de prazo foi avocado para ser usado, porque seria lastimável para o País inteiro que um assunto desses, eminentemente político, eleitoral, de interesse dos Senadores e dos

Deputados, viesse a ser aprovado nesta Casa, usando-se do artifício do decurso de prazo.

O SR. JOSÉ LINS — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. AFFONSO CAMARGO — Pois não.

O SR. JOSÉ LINS — Senador Affonso Camargo, não se trata de nenhuma posição obstrucionista, mas é praxe nesta Casa que, na reunião de instalação não se tomem decisões dessa natureza. Os nossos colegas normalmente não esperam que decisões desse tipo sejam trazidas a plenário. Nós protegemos apenas a possibilidade de todos os colegas do Partido poderem participar das nossas decisões, das análises, das decisões na Comissão. É só isso, e não há nenhum movimento obstrucionista.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Mas é isso exatamente que gostaria de ouvir de V. Ex.<sup>a</sup>, que é Líder da Maioria e que, por justiça, se diga, é um homem bastante presente na Casa, de que daqui para a frente teremos, na Comissão e no Plenário, os parlamentares do PDS, presentes, para votarem a favor ou contra esse projeto que, realmente, é um projeto polêmico. Não há dúvida alguma que o Governo passou uma borracha no que pensava anteriormente, propõe aquilo que o Presidente disse que seria incompatível com o pluripartidarismo, e é muito importante que esse assunto seja debatido amplamente na Comissão e, depois no Plenário.

Fico satisfeito com a informação de V. Ex.<sup>a</sup> de que o que se deu hoje aqui não é o início de uma manobra obstrucionista da Maioria.

O SR. MARCOS FREIRE — Embora, Sr. Presidente, tenha se caracterizado como uma manobra obstrucionista. Pode não ter continuidade no tempo, mas foi uma tática obstrucionista usada pela Maioria.

Aliás, não é de se estranhar, porque o instituto da sublegenda diz exatamente isso: ganhar sem maioria de votos. É exatamente a finalidade do instituto da sublegenda. De forma que hoje aqui a Maioria ganhou, sem ter votos.

O SR. ALBERTO GOLDMAN — Digamos que foi uma fuga temporária.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Agradecendo a presença dos ilustres colegas, declaro encerrada a sessão, convocando uma outra para o dia 7 de outubro.

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 67

Está circulando o nº 67 da REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 358 páginas, contém as seguintes matérias:

## HOMENAGEM

João Mangabeira — Senador *Paulo Brossard*

## COLABORAÇÃO

Apontamentos sobre o uso das ficções no Direito Internacional —  
*Antônio Augusto Cançado Trindade*

Prerrogativas do Poder Legislativo — *Nelson de Souza Sampaio*

Relações entre os Poderes Legislativo e Executivo — *A. Machado Pauperio*

O ombudsman parlamentar — *Osmar Alves de Melo*

O judiciarismo republicano e sua realização através da doutrina brasileira do *habeas corpus* — *Haroldo Valladão*

Rui Barbosa e o Supremo Tribunal Federal — *Rubem Nogueira*

Direito de informação — *Barbosa Lima Sobrinho*

Inscrição de estrangeiros nos quadros da OAB e a exigência constitucional da reciprocidade — *Arx Tourinho*

Intervenção do Estado nas relações industriais nos anos 80 — *Coqueijo Costa*

Illegalidade no lançamento dos impostos predial e territorial urbano — *Alberto Xavier*

Diretor de S.A. e relação de emprego — *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*

Normas de trabalho no anteprojeto da nova CLT — *José Martins Catharino*

Reajustamento e recomposição de preços em contrato administrativo — *Hely Lopes Meirelles*

O Direito Disciplinar — *Ney da Fontoura Boccanera*

Novos rumos do Direito Civil português — *Carlos Alberto Bittar*

Sugestões para uma reforma da lei do divórcio — *Celso Antonio Rossi*

Domínio público em matéria de Direito de Autor — *Antônio Chaves*

Sistema tradicional e sistema finalista na dogmática jurídico-penal continental européia — *Nelson Pizzotti Mendes*

A Revista pode ser adquirida na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar) — Brasília-DF (CEP 70160) ou pelo reembolso postal.

**Preço: Cr\$ 120,00**



# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 66

Está circulando o nº 66 da REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 348 páginas, apresenta as seguintes matérias:

Técnica de la formulación de las Constituciones — *Segundo V. Linares Quintana*.

Em torno das idéias constitucionalistas de João Mangabeira — *Arx Tourinho*.

Liberdade e poder regulamentar — *Geraldo Ataliba*.

O Controle da constitucionalidade das leis na República Federal da Alemanha e no Brasil — um estudo de Direito Constitucional comparado — *João Batista de Oliveira Rocha*.

Medidas de emergência e estado de emergência — *Osmar Alves de Melo*.

O princípio da liberdade na prestação jurisdicional — *José Ignácio Botelho de Mesquita*.

A liberdade e o direito à intimidade — *René Ariel Dotti*.

O contencioso diplomático e os recursos de direito interno — *Antônio Augusto Cançado Trindade*.

Poluição e responsabilidade no Direito brasileiro — *Antônio Chaves*.

O controle administrativo da empresa pública e sociedade de economia mista, no Direito brasileiro — *Fides Angélica Ommati*.

O dirigismo econômico e o direito contratual — *Carlos Alberto Bittar*.

Do contrato de adesão no Direito brasileiro — *Arnoldo Wald*.

Terrorismo — *William Clifford*.

Violência nas prisões — *Armida Bergamini Miotto*.

Direito Agrário — novas dimensões (A Lei nº 6.739/79) — *Otávio Mendonça*.

Notas sobre trabalho e trabalhador agrícola no Brasil — *Vilma de Figueiredo*.

A nova lei do comércio exterior nos EUA — *Luiz Gastão Paes de Barros Leães*.

Da afronta ao sistema de incidência única na tributação de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos — *Carlos Walberto Chaves Rosas*.

A Revista pode ser adquirida na Subsecretaria de Edições Técnicas  
Senado Federal — 22º andar — Brasília — DF  
ou pelo REEMBOLSO POSTAL (CEP: 70160).

**PREÇO: Cr\$ 120,00**

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

### Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	2 000,00
Ano	Cr\$	4.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

### Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	2 000,00
Ano	Cr\$	4.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 950.052/5, a favor do:

### Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1 203 — Brasília — DF  
CEP 70 160

# **REFORMA ADMINISTRATIVA**

Organização da Administração Federal  
(Decreto-Lei nº 200/67)

3ª edição — 1981 — atualizada

A obra contém, além dos textos do Decreto-lei nº 200 e da Legislação Alteradora e Correlata, anotações a respeito das transformações sofridas pelos organismos do Governo, tendo em vista, sobretudo, a criação, a extinção e a alteração de denominação de órgãos.

**Preço:**

**Cr\$ 350,00**

A publicação pode ser adquirida na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar) — Brasília-DF (CEP 70160) ou pelo reembolso postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 1.203**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE 32 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00**